

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
CURSO DE ARQUEOLOGIA

CÁSSIA APARECIDA DE MORAIS BARBOZA

ENTRE O CAMPUS E AS COMUNIDADES:
A Extensão Universitária como Ferramenta de Educação Patrimonial – O Caso do GEPAR

TERESINA – PIAUÍ

2024

CÁSSIA APARECIDA DE MORAIS BARBOZA

ENTRE O CAMPUS E AS COMUNIDADES:

A Extensão Universitária como Ferramenta de Educação Patrimonial – O Caso do GEPAR

Trabalho de conclusão de curso apresentado como
requisito para obtenção de título de Bacharel em
Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí.

Orientadora: Prof.^a. Me. Elaine Ignácio

TERESINA – PIAUÍ

2024

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca do Centro de Ciências da Natureza
Serviço de Processos Técnicos

B238e Barboza, Cássia Aparecida de Moraes.
Entre o campus e as comunidades : a extensão universitária como
ferramenta de educação patrimonial – o caso do GEPAR / Cássia
Aparecida de Moraes Barboza. – 2024.
115 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade
Federal do Piauí, Centro de Ciências da Natureza, Bacharelado em
Arqueologia, Teresina, 2024.

“Orientadora: Prof.^a. Me. Elaine Ignácio.”

1. Arqueologia. 2. Arqueologia Pública. 3. Educação Patrimonial.
4. Patrimônio Cultural. I. Ignácio, Elaine. II. Título.

CDD 930.1

Bibliotecário: Gésio dos Santos Barros - CRB3/1469

CÁSSIA APARECIDA DE MORAIS BARBOZA

ENTRE O CAMPUS E AS COMUNIDADES:

A Extensão Universitária como Ferramenta de Educação Patrimonial – O Caso do GEPAR

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito para obtenção de título de
Bacharel em Arqueologia pela Universidade
Federal do Piauí.

Teresina, 20 de janeiro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ELAINE IGNACIO**
Data: 26/03/2025 16:27:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a. Me. Elaine Ignácio

UFPI

Documento assinado digitalmente
 **ANA LUISA MENESES LAGE DO NASCIMENTO**
Data: 26/03/2025 09:40:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a. Dra. Ana Luísa Meneses Lage do Nascimento

UFPI

Documento assinado digitalmente
 **SONIA MARIA CAMPELO MAGALHAES**
Data: 26/03/2025 15:46:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a. Dra. Sonia Maria Campelo Magalhães

UFPI

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso e da realização deste trabalho.

A minha mãe Marlene, minha maior inspiração, que sempre me apoiou, me ensinou a superar as adversidades e nunca desistir dos meus sonhos, que sempre fez tudo que estava ao seu alcance para me proporcionar a oportunidade de estudar. Essa vitória é nossa!

A minha esposa, Nádia, que sempre esteve do meu lado me incentivando a dar o meu melhor e me dando forças para continuar, me ensinando a ser paciente e a acreditar que sou capaz de qualquer coisa.

A minha orientadora/mentora/amiga Prof.^a. Me. Elaine Ignácio que me apresentou a educação patrimonial e me deu a honra de compartilhar comigo todo seu conhecimento, que acreditou no meu potencial e me deu a oportunidade de me tornar uma profissional melhor, e me agraciou com sua amizade.

Ao Grupo de Educação Patrimonial e Arqueologia (GEPAR), que mudou a minha vida e fez eu me apaixonar pela Educação Patrimonial, me proporcionou momentos incríveis e inesquecíveis. E a todos os colaboradores do GEPAR pela parceria e companheirismo.

RESUMO

A problemática do patrimônio cultural frequentemente gera impasses e desafios, uma vez que se configura como um campo intrinsecamente relacionado à política cultural da memória, operando por meio de processos que envolvem tanto a recordação quanto o esquecimento. Neste contexto, este Trabalho de Conclusão de Curso tem por escopo explorar as contribuições do Grupo de Educação Patrimonial e Arqueologia (GEPAR), vinculado à Universidade Federal do Piauí, para a preservação do patrimônio cultural no estado. Com base em uma abordagem qualitativa, a pesquisa analisa as ações realizadas pelo GEPAR entre 2021 e 2024, focando na disseminação do conhecimento arqueológico e na valorização do patrimônio cultural por meio de atividades educativas. Foram investigados os impactos de cursos, oficinas, jornadas e visitas guiadas, que buscaram integrar comunidades locais e estudantes em práticas de educação patrimonial. Os resultados destacam o papel do GEPAR na promoção do senso de pertencimento e na elucidação na importância da preservação do patrimônio material e imaterial. Conclui-se que a educação patrimonial, ao envolver diretamente as comunidades e reforçar sua relação com o patrimônio, é uma ferramenta essencial para a valorização e conservação da memória cultural.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Arqueologia Pública; Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

The issue of cultural heritage frequently generates challenges and dilemmas, as it is intrinsically linked to the cultural politics of memory, operating through processes involving both remembrance and forgetting. In this context, this research aims to explore the contributions of the *Grupo de Educação Patrimonial e Arqueologia* (GEPAR), affiliated with the Federal University of Piauí, to the preservation of cultural heritage in the state. Based on a qualitative approach, the study analyzes the activities carried out by GEPAR between 2021 and 2024, focusing on disseminating archaeological knowledge and valuing cultural heritage through educational initiatives. The research examined the impact of courses, workshops, journeys, and guided visits, which aimed to integrate local communities and students into heritage education practices. The results highlight GEPAR's role in fostering a sense of belonging and raising awareness about the importance of preserving tangible and intangible heritage. It is concluded that heritage education, by directly involving communities and reinforcing their relationship with heritage, is an essential tool for the appreciation and conservation of cultural memory.

Keywords: Heritage Education; Public Archaeology; Cultural Heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Piripiri - Piauí.	28
Figura 2 – Mapa de Buriti dos Lopes - Piauí.	29
Figura 3 – Mapa de Bom Princípio do Piauí no Piauí.	29
Figura 4 – Mapa de Parnaíba no Piauí.	30
Figura 5 – Mapa de Altos no Piauí.	30
Figura 6 – Mapa de Pedro II no Piauí.	31
Figura 7 – Senhor Antônio Carlos Cardoso Sousa explicando o bioma da região.	38
Figura 8 – Senhor Antônio Carlos Cardoso guiando a equipe do GEPAR pela trilha.	38
Figura 9 – Mapa do povoado Cajazeiras, local visitado pelo GEPAR.	39
Figura 10 – Área de localização dos sítios na região de cacimba preta.	40
Figura 11 – Sítio um - Pequeno Círculo.	40
Figura 12 – Sítio dois - O Desespero da Subida.	41
Figura 13 – Sítio três - Círculos concêntricos.	41
Figura 14 – Sítio três - Círculos concêntricos.	41
Figura 15 – Sítio três - Círculos concêntricos.	42
Figura 16 – Sítio quatro -Lagartas de fogo.	42
Figura 17 – Sítio quatro – Lagartas de fogo.	42
Figura 18 – Sítio cinco – Movimentos em zigue-zagues.	43
Figura 19 – Sítio cinco - Movimentos em zigue-zagues.	43
Figura 20 – Sítio seis - Zigue-Zague invertido.	43
Figura 21 – Sítio 6 – Zigue-zague invertido.	44
Figura 22 – Oficina de Arte Indígena - A.	45
Figura 23 – Oficina de Arte Indígena – B.	45
Figura 24 – Pajé Chicão e a Professora Elaine Ignácio.	46
Figura 25 – Pajé Chicão e os alunos do projeto.	46
Figura 26 – Chico dos Romances durante o evento.	47
Figura 27 – Chico dos Romances junto dos alunos do projeto.	47
Figura 28 – A e B: IV Encontro Quilombola da Comunidade Marinheiro.	48
Figura 29 – A - Professora Elaine interagindo com moradores do Quilombo.	48
Figura 30 – B - Professora Elaine interagindo com moradores do Quilombo.	48
Figura 31 – Visita guiada ao centro histórico de Piripiri.	49
Figura 32 – Professora Elaine Ignácio, aprendendo a enrolar o cabelo com turbante guiada por uma moradora local do Quilombo Sussuarana.	50
Figura 33 – Encontro e roda de conversa em comunidade quilombola.	51
Figura 34 – Roda de conversa com os senhores Henrique Pereira dos Santos, Alcides José Soares, José Gomes da Costa, Alfredo José dos Santos Soares e Antônio Alves do Nascimento.	51
Figura 35 – Visita do grupo à antiga fazenda da região.	52
Figura 36 – Dona Francinete de Carvalho Silva mostrando seu oratório.	52
Figura 37 – Detalhes do interior da propriedade.	52
Figura 38 – Foto da equipe com seu Guilherme Soares e sua esposa, Francinete de Carvalho Silva.	53
Figura 39 – Início da oficina de prospecção com alunos da U.E. Darcy Ribeiro em Bom Princípio do Piauí – PI.	54
Figura 40 – Prospecção com os alunos nas ruas de Bom Princípio do Piauí.	55
Figura 41 – Prospecção com os alunos nas ruas de Bom Princípio do Piauí.	55
Figura 42 – Aluno recolhendo material.	55
Figura 43 – Aluno limpando o material com o pincel.	56
Figura 44 – Aluno depositando material na caixa feita especialmente para essa oficina.	56
Figura 45 – Momento de conversa e entre os alunos e os monitores.	56
Figura 46 – Alunos após finalizarem a prospecção.	57
Figura 47 – Material coletado pelos alunos.	57
Figura 48 – Material coletado pelos alunos.	58
Figura 49 – Batismo dos alunos com ocre vermelho, simbolizando a imersão na arqueologia.	58
Figura 50 – Entrega do certificado.	58

Figura 51 – Entrega do certificado.....	59
Figura 52 – Aluna batizada como arqueóloga mirim.....	59
Figura 53 – Batismo dos alunos com ocre vermelho, simbolizando a imersão na arqueologia.....	59
Figura 54 – Francisco de Assis, proprietário do terreno que a equipe visitou no Brejinho.	60
Figura 55 – Francisco Davi, neto de seu Francisco.	60
Figura 56 – Francisco Davi e Livia Regina (Aluna da extensão) tirando fotos das pinturas.....	61
Figura 57 – Professor Francisco Junior dando uma introdução sobre sítios dunares.	61
Figura 58 – Alunos da extensão durante a explicação.....	62
Figura 59 – Caminho percorrido até os sítios dunares.....	62
Figura 60 – Professor Francisco Júnior explicando sobre material encontrado na praia.	62
Figura 61 – Vestígio de carvão.	63
Figura 62 – A e B - Vestígios de cerâmica	63
Figura 63 – Localização de Ilha Grande no Piauí.....	64
Figura 64 – Lucielma Maria da Silva Sousa.....	64
Figura 65 – Visita a Associação da Ilha, na Ilha Grande de Santa Isabel, em Parnaíba.....	65
Figura 66 – Visita a Associação da Ilha, na Ilha Grande de Santa Isabel, em Parnaíba. Artesanato...	65
Figura 67 – Visita a Associação da Ilha, na Ilha Grande de Santa Isabel, em Parnaíba. Artesã produzindo.....	65
Figura 68 – Cesto colorido feito de palha de carnaúba.....	66
Figura 69 – Processo de confecção do lombo.....	66
Figura 70 – Visita a Associação da Ilha, na Ilha Grande de Santa Isabel, em Parnaíba.....	67
Figura 71 – Casa das Rendeiras.....	68
Figura 72 – Maria do Socorro Freitas dos Santos confeccionando a renda de Bilro.	68
Figura 73 – Processo de produção.	68
Figura 74 – Maria do Socorro Reis Galeno, presidente da casa explicando o processo de confecção.....	69
Figura 75 – Renda de Bilro.....	69
Figura 76 – I Oficina de escavação arqueológica com alunos da Escola Cívico-Militar Antônio Inácio de Oliveira em Altos - PI.....	72
Figura 77 – Monitores da oficina explicando o processo de escavação para os alunos da escola.	72
Figura 78 – Oficina de escavação arqueológica.	72
Figura 79 – Aluna Cássia aparecida explicando o processo de escavação.	73
Figura 80 – Alunos trabalhando a prática arqueológica.	73
Figura 81 – Alunos trabalhando a prática arqueológica.	73
Figura 82 – Oficina de Caça ao Tesouro Arqueológico realizada nos corredores da escola	74
Figura 83 – Monitores da Oficina.....	74
Figura 84 – Alunos analisando os objetos coletados na escola.....	75
Figura 85 – Alunos analisando os objetos coletados na escola.....	75
Figura 86 – Batismo dos alunos e entrega dos certificados.	75
Figura 87 – Batismo dos alunos e entrega dos certificados.	76
Figura 88 – Oficina de prospecção com os alunos da Escola Municipal de Tempo Integral Santa Ângela em Pedro II - PI.	78
Figura 89 – Alunos nas ruas de Pedro II procurando material.	79
Figura 90 – Exposição de artefatos e discussão.	79
Figura 91 – Processo de maceração do ocre.	80
Figura 92 – Alunos da escola fazendo pintura a dedo dos cartazes disponibilizados durante a oficina de pintura rupestre.....	80
Figura 93 – Alunos aprendendo o processo de produção das tintas.....	81
Figura 94 – Pinturas realizadas pelos alunos da oficina.....	81
Figura 95 – Entrega dos certificados.....	82
Figura 96 – Visita a comunidade Salobro.	83
Figura 97 – Visita ao Mirante Pedra da Mesa.....	83
Figura 98 – Mirante Pedra da mesa.....	84
Figura 99 – Mirante Pedra da Mesa.	84
Figura 100 – Dona Luiza Rodrigues do Nascimento mostrando seus trabalhos.....	85
Figura 101 – Tapetes baseados em pinturas rupestre dos sítios do assentamento.....	85

Figura 102 – Desenho que dona Luiza fez ao observar as pinturas e se inspirar para tecer nos tapetes.	85
Figura 103 – Professora Elaine Ignácio e Dona Luiza.....	86
Figura 104 – Nivaldo de Carvalho dos Santos “Neguim da Roça”	87
Figura 105 – Cascalho de opala.	87
Figura 106 –Página do GEPAR no Instagram.	89
Figura 107 – Publicações no Feed sobre o evento JOCUPAP; Divulgação de novas vagas no grupo; Apresentação do GEPAR e dos membros da extensão.	89
Figura 108 – Postagens do story do Instagram do GEPAR durante o evento JOCUPAP.	90
Figura 109 – Divulgação das inscrições do JOCUPAP no site Unidos pelo patrimônio.....	90
Figura 110 – Matéria relatando a abertura do JOCUPAP no site Unidos pelo patrimônio	91
Figura 111 – Matéria relatando a visita ao povoado Brejinho durante o JOCUPAP no site Unidos pelo patrimônio	91
Figura 112 – Matéria relatando a visita ao Sítio arqueológico Três Marias durante o JOCUPAP no site Unidos pelo patrimônio.....	92
Figura 113 – Publicação no site da UFPI relatando a visita a um sítio de gravura em Buriti dos Lopes durante o JOCUPAP.	92
Figura 114 – Matéria sobre o encerramento do JOCUPA realizado em junho de 2023.	93
Figura 115 – Página do GEPAR no Instagram.	93
Figura 116 – Publicações no Feed sobre o I encontro de educação patrimonial em Altos-PI, posts informativos sobre o patrimônio material e imaterial e divulgação de palestras organizadas pelo GEPAR	94
Figura 117 – Storys do Instagram durante o SIUFPI.....	94
Figura 118 – Matéria sobre o I encontro de educação patrimonial em Altos-PI.	95
Figura 119 – Publicação no site da UFPI relatando o I encontro de educação patrimonial em Altos-PI.	95
Figura 120 – Publicação "Explorando as belezas de Pedro II: uma jornada entre comunidades e sítios arqueológicos".....	96

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	ARQUEOLOGIA PÚBLICA.....	7
2.1	CONCEITO E ORIGENS	9
2.2	LEGISLAÇÃO	11
2.3	ARQUEOLOGIA NO BRASIL	14
2.3.1	Arqueologia Pública no Brasil.....	19
3	TRAJETÓRIA E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL..	23
3.1	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: INTERSEÇÕES ENTRE MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL	25
4	O GEPAR: GRUPO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUEOLOGIA	28
5	METODOLOGIA	33
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
6.1	CURSO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL (2021)	35
6.2	JOCUPA – JORNADA DE CULTURA E PATRIMÔNIO (PIRIPÍPI – PI, 2022).....	35
6.3	JOCUPAP – JORNADA DE CULTURA E PATRIMÔNIO PARA PROFESSORES (BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ, 2023).....	53
6.4	I ENCONTRO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL (ALTOS – PIAUÍ, 2023).....	70
6.5	JOCUPA – JORNADA CULTURA E PATRIMÔNIO (PEDRO II – PIAUÍ, 2024) ..	77
6.6	PUBLICAÇÕES	88
6.7	DEPOIMENTOS DOS ALUNOS DA EXTENSÃO	96
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
	ANEXOS	105

1 INTRODUÇÃO

O Patrimônio Cultural não deve ser compreendido como algo estático, mas sim como um conjunto dinâmico de seleções, preservações e reconstruções de elementos do passado no presente. Nesse sentido, o significado atribuído ao patrimônio pode variar ao longo do tempo e entre diferentes contextos, conforme o valor simbólico conferido pelas comunidades (Pinto, 2022). No entanto, conforme apontam Andrade & Lamas (2020), “as pessoas parecem não ter condições de efetivar sua participação por estarem desprovidas de um entendimento sobre a noção de patrimônio cultural”. Diante disso, torna-se indispensável a disseminação do conhecimento acerca do patrimônio cultural, de modo a possibilitar a sua valorização e preservação por meio de uma participação social mais consciente e efetiva.

O Grupo de Educação para o Patrimônio e Arqueologia (GEPAR), projeto de extensão vinculado à Universidade Federal do Piauí (UFPI), visa a socialização do conhecimento arqueológico e patrimonial por meio de ações educativas voltadas à valorização cultural. Atuando junto às comunidades de municípios do norte do Piauí, o GEPAR busca promover uma interação direta entre os habitantes e o patrimônio histórico-cultural local.

Conforme ressaltado por Medeiros & Surya (2009), o acesso ao conhecimento sobre o passado permite que a comunidade desenvolva um senso de pertencimento e respeito por suas expressões culturais e materiais. Dessa forma, o GEPAR fortalece os laços entre as populações e seus bens culturais, incentivando a preservação e garantindo que esses valores sejam compreendidos e transmitidos para as futuras gerações.

Neste sentido, o presente estudo se justifica pela necessidade de abordar os desafios e impasses relacionados ao patrimônio cultural, especialmente no que tange à formulação de políticas públicas que assegurem o tombamento, preservação, recuperação, conservação e divulgação do patrimônio cultural material e imaterial. A relevância desta pesquisa reside no entendimento de que o patrimônio cultural é uma construção social, dependente de processos de memória que envolvem tanto a valorização quanto o esquecimento de elementos do passado.

O objetivo geral deste estudo é investigar a metodologia inovadora de educação patrimonial promovida pelo GEPAR, enfatizando a disseminação do conhecimento sobre o patrimônio cultural e arqueológico no Piauí, assim como o protagonismo dos alunos e das comunidades envolvidas. Para alcançar esse objetivo, serão apresentados os resultados das jornadas culturais realizadas pelo GEPAR, entre 2021 e 2024, avaliando seu impacto na sensibilização e valorização do patrimônio pelas comunidades locais.

O presente trabalho está estruturado em sete capítulos, visando proporcionar uma compreensão ampla e detalhada sobre o tema abordado. No Capítulo 2, discute-se a Arqueologia Pública, apresentando seu conceito, origens, legislação e trajetória no Brasil. O Capítulo 3 aborda a evolução da Educação Patrimonial no Brasil, suas interseções com a memória social e os desafios enfrentados para a valorização do patrimônio cultural. No Capítulo 4, é apresentado o Grupo de Educação Patrimonial e Arqueologia (GEPAR), destacando suas principais iniciativas e contribuições. O Capítulo 5 descreve a metodologia utilizada na pesquisa, com ênfase na abordagem qualitativa e descritiva aplicada às ações do GEPAR. O Capítulo 6 apresenta os resultados e discussão das atividades realizadas pelo grupo entre 2021 e 2024, detalhando eventos como cursos, jornadas e encontros educativos. Por fim, o Capítulo 7 traz as considerações finais, ressaltando a importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio cultural e os impactos positivos das ações desenvolvidas pelo GEPAR junto às comunidades locais.

2 ARQUEOLOGIA PÚBLICA

O termo “Arqueologia Pública” foi empregado pela primeira vez como título da obra de Charles McGimsey III, publicada na década de 1970 nos Estados Unidos. Em seu livro *Public Archaeology* (1972), McGimsey aborda os desafios impostos pelo rápido processo de destruição de sítios arqueológicos e aponta o desenvolvimento da legislação de gerenciamento de recursos culturais (*CRM - Cultural Resource Management*). Nesse período, os Estados Unidos viviam uma intensa urbanização e industrialização, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, o que ameaçava gravemente os recursos culturais do país (McGimsey, 1972, *apud* Fernandes, 2008).

Na época de sua publicação, o livro de Charles R. McGimsey III (1972) obteve certo reconhecimento no Reino Unido e na Europa, sendo escrito com o objetivo de atingir dois públicos distintos: os colegas de profissão e o crescente número de legisladores e cidadãos preocupados com a preservação dos sítios arqueológicos em seus respectivos estados. McGimsey não direcionava sua obra apenas ao campo acadêmico, mas também aos formuladores de políticas públicas e à sociedade em geral, destacando a necessidade de um esforço colaborativo na preservação do patrimônio arqueológico (Schadla-Hall, 1999). Nesse contexto, Fernandes (2008) aborda:

As preocupações sobre a administração pública estavam atreladas principalmente ao reconhecimento do papel social da pesquisa científica, que para além de gerar curiosidade, possibilitasse ‘reconstruir’ aspectos significantes da história da ocupação humana em território americano em benefício público. Assim, a responsabilidade social e profissional da Arqueologia remete à existência de questões dentro dela que vão além de problema teóricos e metodológicos. Esses temas podem ser considerados questões públicas da Arqueologia, pois estariam situados na interface da Arqueologia com a Sociedade. Ambas possuem interesses convergentes e divergentes, visto que a sociedade é formada por um conjunto de indivíduos que estão agrupados ou podem ser reunidos em inúmeros segmentos específicos (ex. faixa etária, classe social, grupo profissional, local de moradia etc.). A partir desta compreensão, a disciplina dialoga não com a Sociedade como um todo, mas com diferentes públicos. É nesse diálogo que se explicitam os comprazeres de ambas as partes e a comunidade arqueológica, por sua vez, busca nessa intervenção alcançar seus interesses (Fernandes, 2008, p.6).

A Arqueologia Pública no Brasil tem se consolidado como uma vertente essencial para a democratização do conhecimento arqueológico e a valorização do patrimônio cultural. Segundo Funari (2003), essa abordagem busca aproximar a arqueologia da sociedade, promovendo a participação comunitária e a conscientização sobre a importância da preservação dos vestígios históricos. Essa perspectiva é fundamental para a construção de identidades coletivas e o fortalecimento da cidadania.

Nesse contexto, diversos projetos têm sido desenvolvidos para integrar as comunidades locais às práticas arqueológicas. Schaan (2011) destaca as iniciativas no estado do Pará, onde ações educativas e de envolvimento comunitário têm permitido que os moradores reconheçam e valorizem o patrimônio arqueológico presente em suas regiões. Tais projetos evidenciam a relevância da Arqueologia Pública na promoção do diálogo entre pesquisadores e sociedade.

Além disso, a legislação brasileira tem avançado no sentido de proteger o patrimônio arqueológico e incentivar a participação pública. Conforme Barreto (1999), a Constituição Federal de 1988 e o Decreto-Lei nº 25 de 1937 estabelecem diretrizes para a preservação dos bens culturais, incluindo os sítios arqueológicos. Esses marcos legais reforçam a necessidade de políticas públicas que integrem a sociedade na salvaguarda do patrimônio, consolidando a Arqueologia Pública como um campo de atuação indispensável no Brasil.

A proteção do patrimônio arqueológico no Brasil é amparada por um conjunto de leis que refletem o desenvolvimento histórico do entendimento sobre a importância da preservação dos vestígios culturais e históricos. Entre as principais legislações está a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, marco fundamental na preservação do patrimônio arqueológico brasileiro. Essa lei foi promulgada inicialmente em resposta à destruição dos sambaquis no sul do país, depósitos arqueológicos formados por acúmulos de conchas e restos de alimentos, ameaçados pela urbanização e atividades econômicas.

A Lei nº 3.924/1961 estabelece que “os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público”. Ela regulamenta a pesquisa arqueológica, exige autorizações específicas para intervenções em sítios arqueológicos e define penalidades para infrações relacionadas à exploração ou destruição do patrimônio arqueológico. Esse instrumento legal representou um grande avanço ao estabelecer diretrizes claras para a proteção e o tombamento de bens culturais.

Além dessa legislação específica, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio cultural brasileiro, incluindo bens de natureza material e imaterial que são referências da identidade e memória dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira. A Constituição determinou que tanto o Poder Público quanto a sociedade têm o dever de garantir a preservação desse patrimônio.

Outra legislação relevante é a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais. Essa lei introduziu sanções penais e administrativas para a destruição ou dano ao patrimônio cultural, incluindo sítios arqueológicos, reforçando as disposições da Lei nº 3.924/1961.

No âmbito das regulamentações específicas, a Instrução Normativa nº 1 do IPHAN, de 25 de março de 2015, regula a arqueologia preventiva no contexto do licenciamento ambiental, exigindo estudos de impacto arqueológico em grandes empreendimentos. Essa normativa visa prevenir danos irreversíveis ao patrimônio arqueológico e garantir que as comunidades locais sejam envolvidas em programas de educação patrimonial, promovendo o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural.

Essas legislações e regulamentações sublinham o compromisso do Brasil com a proteção do seu patrimônio arqueológico, integrando preservação, pesquisa e educação. A criação de instrumentos legais como a Lei nº 3.924/1961 foi pioneira no reconhecimento da importância desse patrimônio e continua a ser uma referência fundamental para a gestão e proteção dos vestígios arqueológicos no país.

2.1 CONCEITO E ORIGENS

A Arqueologia Pública, cuja expansão tem sido notável desde a década de 1990, exige uma análise detalhada quanto ao seu significado e alcance. Trata-se de uma subárea da arqueologia que trabalha na participação ativa do público em geral, bem como das comunidades locais e outras partes interessadas, no processo de investigação, conservação e interpretação do patrimônio arqueológico. Nick Merriman, em sua obra *Public Archaeology* (2004), delinea duas abordagens centrais para o termo:

[...] O primeiro é a associação da palavra "público" com o Estado e suas instituições (órgãos públicos, edifícios públicos, cargos públicos, interesse público), que surge na era de intensa formação estatal a partir do início do período moderno (ibid.). No que diz respeito à arqueologia, a inauguração do Museu Britânico em 1753 é provavelmente o primeiro exemplo de um Estado criando uma instituição pública que inclui a exibição de coleções arqueológicas como parte de sua missão central. O segundo significado é o conceito de "público" como um grupo de indivíduos que debate questões e consome produtos culturais, cujas reações moldam a "opinião pública" (ibid.). Essa noção se desenvolveu durante o Iluminismo e recebeu sua análise mais completa na obra de Habermas *A Transformação Estrutural da Esfera Pública* (1962) (Tradução própria. Merriman, 2004, p. 1).

Nesse sentido, Merriman, em uma primeira abordagem, discute a Arqueologia Pública como uma prática que fomenta o engajamento direto da sociedade com o patrimônio arqueológico, incentivando a participação ativa do público na preservação e interpretação do passado. Já a segunda perspectiva a apresenta como um campo acadêmico voltado para o exame das implicações sociais e políticas da arqueologia, abordando questões como acessibilidade, pertencimento e a democratização do saber arqueológico. Esses dois enfoques posicionam a

Arqueologia Pública não apenas como uma atividade técnico-científica, mas como uma ferramenta de transformação social, fortalecendo o vínculo entre o patrimônio cultural e as comunidades que com ele interagem.

As reflexões de Merriman alinham-se com a abordagem proposta por Fernandes (2007), que entende a Arqueologia Pública como uma linha de pesquisa focada na interação entre a sociedade e a arqueologia, buscando promover um diálogo que assegure a proteção e a preservação do patrimônio arqueológico. Assim, pode-se afirmar que a arqueologia assume um compromisso social ao construir interpretações reflexivas e históricas sobre o passado, analisando-o de maneira a contribuir para a compreensão do presente, por meio da valorização e preservação do patrimônio cultural. Sobre o tema Raymond Williams (1956 *apud* IPHAN, 2017):

A cultura é de todos. Este é o fato primordial. Toda sociedade humana tem sua própria forma, seus próprios propósitos, seus próprios significados. Toda sociedade humana expressa tudo isso nas suas instituições, nas artes e no conhecimento. A formação de uma sociedade é a descoberta de significados e direções comuns, e seu desenvolvimento se dá no debate ativo e no seu aperfeiçoamento sob a pressão da experiência, do contato, das invenções, inscrevendo-se na própria terra (Raymond Williams, 1956, p. 2 *apud* IPHAN, 2017, p. 20).

A Arqueologia Pública surge no contexto norte-americano como uma resposta às políticas governamentais voltadas para a preservação do patrimônio arqueológico. Esse movimento se define como “voltado para o povo”, pois o Estado assume o papel de protetor do patrimônio cultural, guiado pela ideologia que representa os interesses gerais da população (Silva, 2011).

A questão da ética na arqueologia, segundo Morse (1994, *apud* Costa, 2020), começou a ser discutida amplamente nos anos 60, quando arqueólogos passaram a se preocupar não apenas com a conservação dos materiais arqueológicos, mas também com a preservação do patrimônio como um todo. Esse debate levou ao desenvolvimento de uma reflexão ética sobre a relação entre arqueólogos e outros interessados nos vestígios do passado, como comunidades locais e instituições de preservação. Carvalho & Funari (2007) apontam:

A Arqueologia passa por um processo semelhante de reflexões sobre sua própria existência. Esse movimento interno, que ocorre desde a década de 1970, influenciado tanto por teorias pós-processualistas como por teorias marxistas, gerou a fundação de uma nova visão sobre os papéis da ciência arqueológica; criou-se o conceito de Arqueologia Pública (AP). O nome em é composto por uma redundância intencional. Isso porque, para um grande número de defensores da Arqueologia Pública, toda Arqueologia, independentemente de seu recorte temático ou escolhas teórico-metodológicas, deveria ser, em essência, pública (Carvalho; Funari, 2007, p. 133).

Na década de 70, Fagan destaca, em seu artigo publicado na *American Antiquity*, intitulado *Teaching Archaeology to the Great Loving Public* que “o interesse público pela arqueologia ainda está presente, e, de fato, está crescendo, numa onda de escapismo que levanta sérias indagações intelectuais, caçadas de potes e loucuras absolutas” (Fagan, 1977, p. 119). Tal crítica revela a tensão entre a prática arqueológica científica e as interpretações populares que muitas vezes distorcem os propósitos e métodos da disciplina. No referido artigo, Fagan ressalta a necessidade de desenvolver uma relação mais compreensiva e interativa entre o arqueólogo e o público leigo, que demonstra interesse nas práticas arqueológicas.

No Brasil, a legislação que protege o patrimônio arqueológico teve início com a Lei nº 3.924/1961, um marco fundamental criado inicialmente em resposta à destruição dos sambaquis no Sul do país. Estes sítios arqueológicos, formados por acúmulos de conchas e restos de alimentos, estavam sendo devastados por atividades econômicas e obras de infraestrutura. A lei, proposta pelo arqueólogo Paulo Duarte, garantiu a proteção dos bens arqueológicos e pré-históricos, estabelecendo diretrizes para a preservação, tombamento e regulamentação das pesquisas arqueológicas no território nacional. Conforme o Art. 1º da Lei 3.924/1961: “Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público” (Brasil, 1961).

Além de regular a prática arqueológica e a necessidade de autorização para escavações e pesquisas, a lei também foi pioneira ao incluir sanções para aqueles que desrespeitassem as normas, evitando a exploração indevida do patrimônio e garantindo sua conservação.

Outro documento relevante no contexto nacional é a Carta de Goiânia, de 1985, produzida durante a III Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). A carta consolidou uma orientação ética para a arqueologia brasileira e destacou a responsabilidade dos arqueólogos na promoção da pesquisa e preservação do patrimônio. A SAB, ao elaborar a Carta, reforçou a necessidade de políticas públicas mais estruturadas, envolvendo o poder público, universidades e a sociedade civil.

Portanto, a Lei nº 3.924/1961 e a Carta de Goiânia representam pilares fundamentais para a legislação arqueológica nacional, servindo como instrumentos legais e éticos na proteção do patrimônio cultural brasileiro e na promoção da Arqueologia.

2.2 LEGISLAÇÃO

No que tange a área jurídica, já nas décadas de 1920 e 1930, a arqueologia identificava o acelerado processo de destruição de sítios arqueológicos decorrente de atividades alheias à prática arqueológica. No entanto, foi somente a partir da década de 1960 que o governo passou a instituir políticas de gestão e legislações específicas para a proteção desse patrimônio arqueológico (Davis, 1972).

Durante esse período, várias legislações foram promulgadas com o objetivo de proteger o patrimônio arqueológico nos Estados Unidos. Entre as principais, destacam-se: o *Reservoir Salvage Act* (1960), que introduziu medidas de salvamento de vestígios arqueológicos em áreas impactadas pela construção de represas, o *National Historic Preservation Act* (1966), que reconheceu a importância dos vestígios arqueológicos elegíveis para o Registro Nacional de Lugares Históricos, estabelecendo cuidados específicos para sua preservação, o *National Environmental Policy Act* (1969), que tornou obrigatória a consideração de vestígios arqueológicos em estudos de impacto ambiental, a ordem presidencial *Proteção e Melhoramento do Ambiente Cultural* (1972), que exigiu a identificação e preservação de vestígios arqueológicos em todas as terras públicas federais (Davis, 1972 *apud* Silva, 2011; Raab *et al.*, 1980 *apud* Silva, 2011) e o *Archaeological and Historic Preservation Act* (1974), que formalizou mecanismos de salvamento de vestígios arqueológicos sob risco de destruição por obras de infraestrutura federais (Raab *et al.*, 1980 *apud* Silva, 2011).

Na opinião do autor, essas legislações representam marcos fundamentais no desenvolvimento da gestão e preservação do patrimônio arqueológico, instituindo diretrizes que alinham a arqueologia com as exigências legais e as práticas de conservação cultural em face do desenvolvimento econômico e das intervenções governamentais. Endossando a posição supracitada, Jameson (2004 *apud* Fernandes, 2008):

A publicação da Lei de Preservação Histórica Nacional - NHPA (*National Historic Preservation Act*) em 1966, a Lei que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente (*National Environmental Policy Act*), em 1969, o Decreto-Lei 11593 – Proteção do Ambiente Cultural (*Protection of the Cultural Environment*) de 1971, e finalmente, a Lei de Preservação Histórica e Arqueológica (*Archaeological and Historic Preservation Act*) de 1974, aplicaram um efeito transformador no papel da preservação e da pesquisa arqueológica, mudando radicalmente a maneira como a Arqueologia era administrativamente conduzida nos Estados Unidos. As leis proporcionaram uma ampla proteção dos recursos arqueológicos no país de bacias hidrográficas a empreendimentos federais. Estas promoveram a abertura de financiamentos para pesquisas arqueológicas mitigatórias no contexto do licenciamento de empreendimentos (Jameson, 2004 *apud* Fernandes, 2008, p. 10).

Durante a década de 70, a comunidade arqueológica norte-americana passou a reconhecer a importância de estabelecer critérios de significância para os recursos arqueológicos. A Arqueologia Pública era amplamente entendida como um movimento voltado

à preservação do patrimônio arqueológico material, concebido como um bem cívico. Nesse contexto, cabia às forças políticas do Estado a responsabilidade de zelar pela proteção e conservação desses recursos culturais, estabelecendo um compromisso entre a gestão do patrimônio e o interesse público. Reforçando essa perspectiva, Fernandes (2008):

O contexto iniciado na década de 1970 com as discussões sobre preservação e conservação do patrimônio arqueológico inauguraram um novo panorama na arqueologia americana. Os desdobramentos desse processo refletiram na mudança de olhar da sociedade sobre a arqueologia e da disciplina sobre ela mesma, reforçando assim o seu papel científico e profissional. Com o incremento na profissionalização da Arqueologia, aumentava consideravelmente o número de arqueólogos necessários nos órgãos governamentais, em empresas especializadas, parques e instituições de ensino e pesquisa (Fernandes, 2008, p. 14).

Nos anos 1980, o pós-processualismo emergiu como uma resposta crítica à arqueologia, introduzindo novas abordagens teóricas e temáticas, como gênero, identidade, simbolismo e poder. Influenciado por teorias marxistas e pelo revisionismo da Escola de Frankfurt, o pós-processualismo se opôs ao cientificismo e à homogeneização da “Nova Arqueologia”, permitindo maior flexibilidade interpretativa e subjetividade na disciplina. Obras como as de Hodder, Friedman e Tilley exemplificam essa nova orientação, que valoriza a análise das relações entre práticas sociais e cultura material. A arqueologia crítica, uma vertente desse movimento, defende a transparência metodológica e a exposição aberta dos processos de construção do conhecimento, buscando desmistificar o trabalho arqueológico e torná-lo acessível ao público (Silva, 2011).

A Carta de Lausanne, publicada em 1990 nos “Cadernos de Sociomuseologia”, estabelece diretrizes fundamentais para a gestão e proteção do patrimônio arqueológico, priorizando uma abordagem de conservação integrada que abrange desde as técnicas arqueológicas tradicionais até políticas mais amplas de gestão e cooperação intersetorial. O documento enfatiza a necessidade de integrar a proteção do patrimônio a setores como agricultura, planejamento urbano e educação, por meio de uma colaboração efetiva entre especialistas de diversas disciplinas, serviços públicos, empresas privadas e a sociedade civil. Ademais, a Carta sublinha a relevância da participação ativa das comunidades locais, especialmente as autóctones, como agentes fundamentais na proteção e manutenção do patrimônio, com ênfase no acesso ao conhecimento como condição para decisões informadas e inclusivas (ICOMOS, 1990).

Essa perspectiva se alinha com as propostas de Michael Shanks e Ian Hodder no final dos anos 1990 e início dos 2000. Os autores revisaram o pós-processualismo, propondo o conceito de “arqueologias interpretativas” para destacar a importância da interpretação na

arqueologia, em vez de enfatizar a oposição entre correntes teóricas. Argumentaram que o passado, assim como o presente, nunca foi homogêneo, sendo repleto de incertezas, conflitos e múltiplas interpretações. Eles defendem que a história é complexa e polissêmica, o que torna a arqueologia interpretativa alinhada com a arqueologia pública, ao valorizar diferentes perspectivas e promover a inclusão de várias vozes na construção do conhecimento arqueológico (Silva, 2011).

Dessa forma, nas últimas décadas, a Arqueologia Pública tem se tornado progressivamente mais comprometida com a promoção da diversidade e da responsabilidade social, buscando incluir múltiplas perspectivas e vozes no processo de interpretação e preservação do patrimônio arqueológico. Em conformidade, Costa (2020):

Nas últimas décadas, a arqueologia tem promovido a diversidade e a responsabilidade social, algo que o Congresso Arqueológico Mundial (WAC) tem enfatizado desde a sua fundação em 1986. O tema da responsabilidade social foi amplamente discutido na conferência Taos organizada pela WAC e pela Sociedade de Arqueologia Americana. (SAA) 1988. A criação do Comitê de Educação Pública (PEC) durante a Conferência de Taos foi importante no planejamento das atividades de preservação e transferência do patrimônio arqueológico. Ambos os eventos serviram para legitimar a arqueologia pública como disciplina científica da área (Costa, 2020, p.6).

Reforçando essa perspectiva Carvalho & Funari (2007):

A AP, portanto, é uma área da Arqueologia voltada para o interesse público em geral [...] existem diversas vertentes de teorias e práticas dentro deste campo. O que tange todas essas discussões é a reflexão sobre como as pesquisas arqueológicas, realizadas dentro das academias ou mesmo pelas empresas de Arqueologia, se relacionam com a sociedade (Carvalho; Funari, 2007, p. 134).

Esses eventos e movimentos históricos desempenharam um papel crucial no desenvolvimento da Arqueologia Pública como uma área dedicada à inclusão social e ao diálogo com o público. A disciplina se tornou uma ponte entre o passado e o presente, destacando a importância de abordagens participativas e colaborativas na pesquisa arqueológica, ao mesmo tempo em que reconhece o valor das narrativas locais e o papel das comunidades na preservação do patrimônio cultural global.

2.3 ARQUEOLOGIA NO BRASIL

A Arqueologia Pública, conforme supracitado no capítulo anterior, consolidou-se como um campo acadêmico à medida que a disciplina arqueológica foi reconhecida como uma profissão, moldada por fatores históricos, políticos e sociais, principalmente no contexto anglo-americano. Esse desenvolvimento também foi influenciado por novas correntes teóricas e pelo

pensamento arqueológico contemporâneo, que ajudaram a redefinir o papel da arqueologia. Nos debates atuais, o campo está fortemente imerso na abordagem pós-processual, que enfatiza a importância de refletir criticamente sobre a prática arqueológica e promover um diálogo interdisciplinar com as Ciências Humanas e Sociais (Trigger, 1990; Funari, 1998; Patterson, 1990).

No âmbito brasileiro, a arqueologia no Brasil surgiu dentro das universidades, impulsionada por campanhas preservacionistas lideradas por intelectuais preocupados com a destruição de sítios arqueológicos, e não por projetos intelectuais específicos. Figuras como Luís de Castro Faria, Paulo Duarte e José Loureiro Fernandes foram pioneiras na criação de centros de pesquisa arqueológica, como o Centro de Estudos Arqueológicos no Rio de Janeiro, o Instituto de Pré-História em São Paulo e o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas no Paraná. Esses centros acadêmicos se formaram em torno da preservação do patrimônio arqueológico em risco e, posteriormente, passaram a contar com especialistas estrangeiros, que influenciaram a formação teórica da arqueologia brasileira (Barreto, 2000).

A disciplina foi amplamente influenciada por tradições europeias, especialmente francesas, focadas no estudo do passado pré-histórico, e permaneceu distante das influências teóricas do marxismo e da arqueologia social desenvolvida em outros países latino-americanos. Esse isolamento teórico resultou em uma arqueologia tecnicista e voltada para métodos práticos, como escavação e datação, distanciando-se das ciências sociais e da antropologia, que floresciam no Brasil. A influência de intelectuais estrangeiros, como Peter Lund, marcou profundamente o desenvolvimento da arqueologia brasileira na segunda metade do século XX (Barreto, 2000).

Com o fim da segunda guerra mundial o Brasil experimentou o período democrático, e nesse contexto a “Política preservacionista” começou a ganhar força e a arqueologia começou a se desenvolver no âmbito educacional, sendo integrada em universidades através da criação de centros de pesquisas. As missões arqueológicas francesas no Brasil, inseridas no contexto latino-americano, surgiram do crescente interesse por culturas pré-históricas menos conhecidas. A maior influência francesa no Brasil veio por meio do casal Joseph Emperaire e Annette Laming, que introduziram métodos científicos rigorosos, como a datação por C14 e a análise de artefatos líticos, e formaram uma nova geração de arqueólogos brasileiros. No entanto, o foco em sítios pré-cerâmicos e o uso de um jargão técnico francês tornaram os resultados pouco acessíveis à comunidade acadêmica e ao público (Barreto, 2000).

A influência americana, embora tardia, destacou-se com Wesley Hurt, Betty Meggers e Clifford Evans, que realizaram importantes escavações e desenvolveram o Programa Nacional

de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). Sua abordagem direta envolveu a coleta de dados que durou até 1970, por meio de pesquisas de campo e escavações (realização de prospecções e poços testes), com publicação regular de seus resultados. Foi um avanço crucial para a arqueologia brasileira, porém é importante ressaltar que durante o programa não foram levantados debates sobre questões públicas da disciplina. Assim, tanto as influências francesas quanto as americanas moldaram a arqueologia no Brasil, mas sem criar uma linha unificada de pensamento, refletindo as especificidades do contexto acadêmico brasileiro (Barreto, 2000).

A partir desse momento, tem início o período acadêmico da arqueologia no Brasil, vinculado a projetos científicos das ciências sociais e à promulgação de leis de proteção ao patrimônio. Esse movimento foi amplamente apoiado por Paulo Alfeu Junqueira Duarte, arqueólogo, antropólogo e humanista brasileiro. Por meio de sua amizade com Paul Rivet, então diretor do *Musée de l'Homme* em Paris, Duarte fundou, em 1952, a Comissão de Pré-História na Universidade de São Paulo, como parte de sua luta pela proteção legal do patrimônio arqueológico brasileiro (Barreto, 2000).

As ações políticas de Duarte geraram resultados significativos, culminando, em 1961, com a promulgação da Lei 3.924 (Projeto de Lei 3537/57) pelo Congresso Brasileiro, que garantiu a proteção do patrimônio arqueológico nacional. A lei dispôs sobre a proteção de monumentos arqueológicos e pré-históricos, estabelecendo medidas para a preservação desses bens e instituindo o tombamento de itens de valor histórico e cultural em todo o país (Artigos 1º e 2º). Além disso, definiu diretrizes para a profissão de arqueólogo, regulamentando os requisitos e qualificações necessárias para a realização de pesquisas arqueológicas (Capítulos II e III). A legislação também previu sanções para a destruição ou exploração econômica indevida do patrimônio arqueológico (Artigos 3º e 4º) e proibiu o envio de vestígios para o exterior (Artigo 20º). Todavia, a Lei 3.924 não contempla aspectos relacionados à divulgação e educação sobre o patrimônio arqueológico, o que representa uma lacuna significativa no que tange ao fortalecimento da conscientização pública e ao engajamento social.

Art. 1º Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o art. 180 da Constituição Federal (Brasil, lei 3.924 de 26 de julho de 1961).

A exigência de formação acadêmica tornou-se essencial para os arqueólogos, resultando em uma clara divisão entre amadores e especialistas. A legislação passou a ser utilizada como um mecanismo para definir quem estava qualificado a exercer a profissão. Inicialmente, a maioria dos arqueólogos era formada por profissionais das ciências naturais, devido à ausência

de cursos específicos de arqueologia naquela época. Nas décadas de 1960 e 1970, houve um crescimento significativo da comunidade arqueológica, com a criação de vários centros de estudo e o surgimento de cursos acadêmicos especializados, conforme destacado por Souza (1991, *apud* Fernandes, 2008):

Na continuidade da década de 1970 seguiu-se certo crescimento da comunidade arqueológica com a inauguração de novos centros de pesquisa e museus e a criação de mais fóruns de debate sobre a disciplina, acompanhado pelo fortalecimento do ensino formal de arqueologia, criando assim uma demanda para a criação de um curso de graduação. Em 1972 o Centro de Informação Arqueológica (RJ) inicia suas sugestões junto ao Conselho Federal de Educação para a fixação de um currículo mínimo de arqueologia. Um amplo levantamento desenvolvido nesta ocasião demonstrou, que da amostra de 89 pesquisadores em atividade na área de arqueologia, a maioria possuía formação em outras áreas das ciências de modo geral e somente 2,24% continham algum tipo de educação formal específica. O mesmo levantamento também mediu a distribuição de arqueólogos por região, os resultados apresentaram uma distribuição desproporcional onde a maioria concentrava-se no sul e sudeste e apenas 20,88% no restante do país (Souza, 1991 *apud* Fernandes, 2008, p. 46).

Durante a ditadura militar (1964-1985), a arqueologia foi frequentemente utilizada para reforçar as narrativas políticas e ideológicas do regime. Muitos projetos arqueológicos eram conduzidos de forma autoritária, com foco exclusivo em fins econômicos e na construção de uma imagem nacionalista. No entanto, a partir da década de 1980, houve um despertar crescente para a importância do patrimônio cultural compartilhado e a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e abrangente à arqueologia. Esse novo entendimento impulsionou a criação de projetos públicos arqueológicos, que passaram a buscar não apenas a exploração do passado, mas também a promoção da sensibilização, educação e preservação do patrimônio cultural do Brasil. Segundo Carvalho e Funari (2007), essa mudança marcou um importante avanço no campo da arqueologia pública no país.

O processo de redemocratização política no Brasil, em meados da década de 1980, foi crucial para a consolidação da AP no país. Com o fim da violência e da censura, pesquisadores puderam criar novos espaços de comunicação entre eles, suas práticas arqueológicas e a sociedade em que estavam inseridos. Apesar das ações da AP brasileira se intensificarem na década de 1980, nas primeiras décadas do século XX, já havia defensores do patrimônio, de sua divulgação e interligação com a sociedade (Carvalho; Funari, 2007, p. 134).

Nos anos 1970, a arqueologia de salvamento emergiu como uma abordagem voltada à proteção de sítios arqueológicos ameaçados por grandes empreendimentos, especialmente projetos hidrelétricos. Um exemplo emblemático dessa prática foi o Projeto Arqueológico Itaipu, conduzido entre 1975 e 1983 sob a coordenação do arqueólogo Igor Chmyz, resultado de uma parceria entre a Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional e o IPHAN (então SPHAN). Esse projeto evidenciou o potencial da arqueologia no contexto de grandes obras de infraestrutura,

promovendo a preservação de vestígios ameaçados. Com o crescimento dessa prática, a I Jornada Brasileira de Arqueologia, realizada em 1978 no Rio de Janeiro, impulsionou discussões sobre a regulamentação da profissão, culminando na criação da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) no ano seguinte (Chmyz, 2004).

Na década de 1970, debates sobre a educação formal e informal em Arqueologia no Brasil ganharam força, impulsionados pela expansão de centros de pesquisa e museus, além da crescente profissionalização da disciplina. Já se discutia a figura do profissional arqueólogo, e as soluções emergentes refletiram-se na historiografia arqueológica nas décadas de 1970 e 1980 (Souza, 1991).

No início da década de 1980, a publicação da Lei nº 6.938, de 1981, que criou a Política Nacional do Meio Ambiente, teve impacto direto na Arqueologia, trazendo novas questões de preservação e ética. A lei visava a preservação e melhoria da qualidade ambiental, garantindo condições para o desenvolvimento socioeconômico e a proteção da vida humana. O Artigo 9º da lei definiu instrumentos como padrões de qualidade ambiental, zoneamento, avaliação de impactos, e licenciamento de atividades, influenciando diretamente a Arqueologia, especialmente em projetos de grande impacto que poderiam afetar o patrimônio arqueológico (Fernandes, 2008).

Em 1985, durante a III Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), realizada em Goiânia, a comunidade arqueológica assumiu um importante papel político, conforme Souza (1991). Nesse encontro, a comunidade se consolidou e discutiu questões fundamentais como a regulamentação da profissão, o papel da arqueologia e do arqueólogo, as deficiências da legislação vigente e a interferência do Poder Público. Essas discussões resultaram na Carta de Goiânia, que estabeleceu uma orientação ética comum para os arqueólogos. Após a publicação da carta, a SAB passou a atuar de forma mais organizada, auxiliando na resolução de pendências e interações com órgãos governamentais, funcionando informalmente como um órgão de classe. A Carta de Goiânia:

É um importante tarefa e um dever da SAB e de todos os arqueólogos brasileiros a recuperação do patrimônio cultural dos sítios arqueológicos, bem como a colocação da sociedade atual face ao novo conhecimento produzido sobre seu passado. E, face à documentação resgatada, deve igualmente sugerir aos órgãos governamentais as políticas a serem desenvolvidas e as prioridades a serem estabelecidas e estratégias recomendadas em função da competência dos arqueólogos brasileiros, alicerçada em sua experiência no campo de pesquisa. A política de pesquisa arqueológica deve continuar a ser estruturada em torno de seus elementos institucionais básicos, arqueólogos, instituições e centros de pesquisa, organizados tanto nas universidades públicas e privadas, como fora delas, e as instituições financiadoras (Carta de Goiânia, 1985).

No final da década de 1980, a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), com o apoio da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), promoveu o “Seminário sobre Política de Preservação Arqueológica”, que representou um marco significativo nas discussões e formulações de políticas voltadas à preservação do patrimônio arqueológico no Brasil. O evento reuniu especialistas e representantes governamentais, com o objetivo de fortalecer as práticas de preservação e debater a regulamentação da profissão de arqueólogo, além de buscar soluções para garantir a proteção dos sítios arqueológicos diante do desenvolvimento econômico. No mês seguinte, em dezembro de 1988, a regulamentação da Lei nº 3.924/61 foi formalizada pela Portaria 007 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que estabeleceu os procedimentos necessários para a comunicação prévia, permissões e autorizações referentes às pesquisas arqueológicas, assegurando o resguardo do valor científico e cultural dessas atividades (Fernandes, 2008).

2.3.1 Arqueologia Pública no Brasil

Com base no contexto histórico apresentado, pode-se inferir que a Arqueologia no Brasil surgiu como disciplina estreitamente vinculada às questões públicas enquanto Estado, especialmente no que tange à legislação e aos primeiros dispositivos de gestão do patrimônio arqueológico. No entanto, foram realizados importantes iniciativas educativas que abrangiam tanto o ensino formal da disciplina nas instituições acadêmicas quanto ações voltadas para a conscientização e o engajamento da sociedade em geral. Essas medidas refletem um esforço conjunto para promover o reconhecimento da Arqueologia como uma ferramenta fundamental para a preservação e valorização do patrimônio cultural brasileiro.

A proteção do patrimônio arqueológico no Brasil está embasada em uma série de legislações que refletem a evolução do entendimento sobre a importância da preservação dos vestígios culturais e históricos ao longo do tempo. A primeira legislação significativa é o Decreto-Lei nº 25 de 1937, que instituiu a figura do tombamento, um mecanismo jurídico que permite ao Estado proteger bens de valor histórico, artístico, arqueológico, natural ou paisagístico. O tombamento é um ato administrativo que garante que esses bens sejam preservados, evitando sua destruição ou descaracterização. No que tange o patrimônio histórico e artístico nacional:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei (Brasil, 1937).

Além da Lei nº 3.924 de 1961, que regulamenta a proteção dos monumentos arqueológicos e pré-históricos em todo o território nacional, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, ampliou a concepção de patrimônio cultural, abrangendo bens de natureza material e imaterial, e atribuiu tanto ao Poder Público quanto à sociedade o dever de proteger esse patrimônio, incluindo os sítios arqueológicos, tornando a preservação uma prioridade de interesse público e uma responsabilidade coletiva.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - As formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1998).

Em maio de 1997, o IPHAN, por meio da Coordenação de Intercâmbio do Departamento de Promoção (Deprom), implementou o programa de Educação Patrimonial. Essa iniciativa visou sensibilizar a sociedade sobre a importância da preservação do patrimônio cultural, promovendo o envolvimento comunitário e a valorização dos bens culturais através de ações educativas, com o objetivo de fortalecer o vínculo da população com o patrimônio histórico e arqueológico (Fernandes, 2008).

A Lei nº 9.605 de 1998, também conhecida como a Lei de Crimes Ambientais, trouxe uma nova dimensão ao impor sanções penais e administrativas para atividades que causam danos ao meio ambiente e ao patrimônio cultural. Isso inclui a destruição de sítios arqueológicos, adicionando um reforço à proteção legal desses bens e estabelecendo punições mais rigorosas para os infratores (Brasil, 1998).

Outro avanço veio com o Decreto nº 6.844 de 2009, que regulamenta o processo de licenciamento ambiental no Brasil. O decreto estabeleceu a necessidade de estudos de impacto sobre o patrimônio arqueológico para projetos de grande porte, como obras de infraestrutura, tornando obrigatória a avaliação e a salvaguarda de sítios arqueológicos em áreas afetadas por empreendimentos (Brasil, 2009).

Por fim, a preservação e a valorização do patrimônio cultural requerem ações estruturadas no campo da Educação Patrimonial, visto que esta constitui uma estratégia

indispensável para o engajamento ativo das comunidades na proteção dos bens arqueológicos. A Instrução Normativa IPHAN 001/2015 por exemplo, regula a Arqueologia Preventiva, exigindo que, no contexto do licenciamento ambiental, estudos de impacto arqueológico sejam realizados em empreendimentos de grande porte. Esse mecanismo garante a proteção dos sítios arqueológicos, determinando que ações preventivas sejam tomadas para evitar danos irreversíveis. Além disso, a normativa assegura que as comunidades locais participem de programas de Educação Patrimonial, promovendo o envolvimento social e a conscientização sobre a importância do patrimônio cultural. A normativa (2015) estabelece:

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, quando instado a se manifestar nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal em razão da existência de intervenção na Área de Influência Direta - AID do empreendimento em bens culturais acautelados em âmbito federal.

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa são os seguintes os bens culturais acautelados em âmbito federal:

I - tombados, nos termos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937;

II - arqueológicos, protegidos conforme o disposto na Lei nº 3.924, de 26 de Julho de 1961;

III - registrados, nos termos do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000; e

IV - valorados, nos termos da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007 (IPHAN, 2015).

A Portaria IPHAN nº 137, de 28 de abril de 2016, estabelece diretrizes para a implementação de políticas de Educação Patrimonial no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e das Casas do Patrimônio. Essa normativa visa não apenas sensibilizar a sociedade para o valor do patrimônio cultural brasileiro, mas também fomentar uma compreensão crítica e engajada das práticas de preservação. A portaria enfatiza a importância de ações educativas integradas que promovam o diálogo entre os diversos atores sociais, estimulando a participação ativa das comunidades na gestão e na salvaguarda do patrimônio. Dessa forma, busca-se fortalecer a identidade cultural coletiva e assegurar a transmissão intergeracional de saberes e práticas.

Nas últimas décadas, uma variedade crescente de iniciativas tem sido implementada com o objetivo de ampliar a conscientização pública e facilitar o acesso, tanto direto quanto indireto, aos projetos arqueológicos. A Arqueologia Pública tem se destacado por seu papel na disseminação do conhecimento sobre o patrimônio cultural e na inclusão de diferentes grupos sociais nos processos de patrimonialização (Hora; Porto, 2020)

No Brasil, a Arqueologia Pública adota uma abordagem interdisciplinar, integrando-se às Ciências Humanas e enfatizando as relações sociais do passado. A Arqueologia Pública reconhece a diversidade do público, composto por indivíduos com diferentes níveis de conhecimento e interpretações sobre o passado. Em vez de tratar o público como um grupo

homogêneo, a disciplina utiliza a Teoria Crítica para promover reflexividade e multivocalidade, integrando múltiplas perspectivas na interpretação arqueológica. Nesse sentido, a conscientização pública é considerada fundamental para garantir a preservação do patrimônio, pois fortalece a legitimidade política e a viabilidade econômica dos esforços de conservação. A educação sobre o passado é, portanto, um dos principais objetivos da Arqueologia Pública, que busca engajar amplamente o público, não apenas como espectadores, mas como agentes transformadores da compreensão histórica e cultural, oferecendo um entendimento mais profundo de sua relevância no presente (Hora; Porto, 2020). De acordo com Hora; Porto, 2020:

Como está hoje, a Arqueologia Pública é guiada por certas teorias, métodos e valores que trabalham juntos para criar um programa mutuamente benéfico entre o arqueólogo e o público. Devido à própria natureza da disciplina, a Arqueologia Pública é guiada por teorias que defendem valores para incluir múltiplas interpretações dos envolvidos no projeto arqueológico (Rychlo, 2013, p.8 *apud* Hora; Porto, 2020, p.148).

O envolvimento das comunidades é, portanto, fundamental para a viabilidade e a longevidade de qualquer empreendimento arqueológico, uma vez que os indivíduos locais atuam como principais guardiões e disseminadores do patrimônio cultural, como observado por Silva (2007, *apud* Hora; Porto, 2020).

De maneira geral, a Arqueologia Pública conecta arqueologia e sociedade por meio da preservação do patrimônio arqueológico, que reflete a herança cultural e a identidade de diferentes povos. Essa disciplina valoriza a relação entre patrimônio e identidade cultural, promovendo um sentimento de pertencimento que une passado e presente, enriquecendo a vida social. A interação social, portanto, torna-se essencial para que o patrimônio arqueológico seja compreendido e valorizado pela coletividade (Sousa, 2018).

Nesse contexto, o arqueólogo desempenha o papel de mediador entre o patrimônio e a sociedade, incentivando a comunidade a participar da construção do conhecimento arqueológico. Ao articular projetos e diálogos com diversos públicos, o arqueólogo contribui para a preservação dos recursos arqueológicos e fortalece a relação entre a comunidade e seu patrimônio cultural, promovendo uma educação patrimonial participativa e inclusiva. Logo, sem socialização arqueológica e participação social não há Arqueologia Pública (Sousa, 2018).

3 TRAJETÓRIA E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL

A Educação Patrimonial, traduzida do inglês *Heritage Education*, começou a se difundir no Brasil em 1983, impulsionada pelo I Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”. Inspirada nas experiências britânicas, a proposta visava integrar museus e monumentos ao ensino escolar como recursos didáticos. Essa prática educativa busca sensibilizar as pessoas sobre a importância de valorizar e preservar sua herança cultural, promovendo a interação com o patrimônio tangível e, posteriormente, com os aspectos intangíveis da memória coletiva (Hora; Porto, 2020). De acordo com Horta *et al.* (1999, p. 6) a educação patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta *et al.*, 1999, p. 6).

Na mesma época, a Fundação Nacional Pró-Memória lançou o Projeto Interação, uma iniciativa inovadora que estabelecia diretrizes para o trabalho educativo voltado à cultura. O projeto buscava aproximar a educação básica dos contextos culturais diversos do Brasil, reduzindo a distância entre a educação escolar e o cotidiano dos alunos. Ele partia da premissa de que cultura e educação são indissociáveis, promovendo uma abordagem que valorizava a cultura como parte essencial do aprendizado. (Florêncio, 2015).

A Educação Patrimonial no Brasil evoluiu para além da simples preservação de acervos, integrando a compreensão dos territórios como documentos vivos, que refletem saberes diversos e servem de base para múltiplas estratégias educativas. Ela promove a percepção da realidade e a construção do conhecimento a partir das experiências e expectativas das comunidades envolvidas. E, mais do que divulgação de informações técnicas, a Educação Patrimonial busca construir relações autênticas com essas comunidades, reforçando identidades, valorizando a diversidade cultural e promovendo diálogos interculturais. Isso permite visibilidade para culturas frequentemente marginalizadas, promovendo tolerância e respeito à diversidade cultural (Florêncio, 2015).

Dessa forma, o conceito de Educação Patrimonial, atualmente adotado pelo Iphan, é resultado de uma construção coletiva com a sociedade civil, coordenada pela Coordenação de Educação Patrimonial. Ele abrange processos educativos formais e informais, focados no

patrimônio cultural como recurso para entender referências culturais em suas várias formas, promovendo reconhecimento, valorização e preservação. A abordagem valoriza uma construção democrática do conhecimento, incentivando o diálogo contínuo entre agentes culturais e a participação ativa das comunidades detentoras e produtoras dessas referências culturais (Florêncio, 2015).

Nesse sentido, a Educação Patrimonial no Brasil enfrenta diversos desafios que dificultam seu desenvolvimento, entre eles a fragmentação conceitual e a falta de um espaço de discussão unificado. A expressão “educação patrimonial” surgiu nos anos 1980, mas foi criticada e substituída por termos alternativos, resultando em uma dispersão teórica que limita a consolidação do campo (Scifoni, 2017).

Outro grande obstáculo é a permanência de conceitos ultrapassados, como o lema “conhecer para preservar”, que embora tenha sido útil na década de 1930 para introduzir a preservação do patrimônio no Brasil, hoje se mostra despolitizante e insuficiente. Esse enfoque pressupõe a ignorância do público em relação ao patrimônio e omite os reais interesses econômicos e políticos que frequentemente ameaçam o patrimônio, como especulação imobiliária e flexibilização de normas para favorecer empreendimentos. Ao não contextualizar o patrimônio dentro das disputas de poder e interesses contemporâneos, a educação patrimonial perde a oportunidade de engajar a sociedade em uma discussão crítica sobre a proteção e o significado do patrimônio cultural (Scifoni, 2017).

Adicionalmente, a transformação da cultura em mercadoria impõe uma lógica de mercado às práticas patrimoniais, priorizando números de público e a produção de conteúdos padronizados em vez de valorizar a qualidade e do patrimônio. Instituições culturais e de patrimônio, muitas vezes pressionadas a mostrar resultados quantitativos para justificar investimentos, acabam relegando os educadores a papéis mecânicos, privando-os da liberdade criativa e crítica necessária para desenvolver atividades significativas (Scifoni, 2017).

Por fim, a exigência de programas de educação patrimonial nos licenciamentos ambientais e na arqueologia de contrato, apesar de positiva em potencial, frequentemente resulta em materiais educativos simplistas e desvinculados do contexto real, como cartilhas e jogos que abordam o patrimônio de forma técnica e descontextualizada. Em vez de gerar uma verdadeira sensibilização, essas ações podem apenas cumprir formalidades sem fomentar um engajamento genuíno. As novas regulamentações, como a Instrução Normativa 01 de 2015 e a Portaria 137/2016, tentam remediar essas lacunas ao exigir planos integrados de educação patrimonial e ao fomentar práticas educativas que respeitem o território e os interesses das

comunidades locais, mas sua eficácia depende de uma implementação comprometida com a inclusão e a participação social (Scifoni, 2017).

No entanto, ao mesmo tempo em que a Educação Patrimonial enfrenta obstáculos, ela se posiciona como uma ferramenta essencial para preservar e valorizar as memórias que moldam as referências culturais de diferentes comunidades. Essa abordagem educativa permite que o patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial, seja compreendido não apenas como um bem a ser protegido, mas como um elemento vivo que dialoga com a história e o cotidiano das pessoas, reforçando o sentido de pertencimento e continuidade cultural. Dessa forma, a Educação Patrimonial constrói vínculos autênticos com a memória coletiva e o patrimônio cultural, fundamentando uma base sólida para a valorização e preservação cultural no Brasil.

A promoção da identidade cultural, a preservação de uma cultura, a valorização de um patrimônio é possível através da Educação Patrimonial, pois, conforme afirma Soares (2003, p. 25 *apud* Hora; Porto, 2020) a melhor forma de conservar a memória é lembrá-la. A melhor maneira de contar a história é pensá-la e o melhor jeito de assegurar a identidade é mantê-la. Tudo isso se faz através da educação, e educar para a preservação, conservação e valorização cultural é um dos principais atributos da Educação Patrimonial (Hora; Porto, 2020).

3.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: INTERSEÇÕES ENTRE MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

A Educação Patrimonial é um elemento fundamental na promoção da identidade cultural, na preservação das tradições e na valorização do patrimônio. Sendo assim, o conceito de patrimônio cultural está intrinsecamente ligado à memória social, pois é por meio da memória que uma sociedade preserva, transmite e reinterpreta seus legados culturais. A memória, ao permitir o armazenamento e a recuperação de experiências, sentimentos e imagens, funciona como um mecanismo vital para que as culturas mantenham vivas as conexões com o seu passado. O patrimônio cultural, por sua vez, materializa essa memória ao englobar elementos que simbolizam a história e a identidade de uma comunidade ou grupo social.

Ao considerar que a composição do patrimônio está conectada à memória, observa-se, ao dialogar com Michel Pollak (1992 *apud* Sousa, 2018), que o autor define a memória como um componente essencial do sentimento de identidade. Assim, entende-se que existe uma relação intrínseca entre memória e patrimônio cultural, sendo a memória uma das bases para a formação da identidade.

O indivíduo só é capaz de lembrar quando se coloca sob a perspectiva de um ou mais grupos com os quais interage. A memória coletiva sustenta sua continuidade ao se apoiar em um conjunto de memórias individuais. Em muitos momentos, mesmo quando o indivíduo está fisicamente só, suas reflexões são de natureza coletiva, movendo-se de um grupo para outro; os indivíduos relembram acontecimentos passados a partir da interação com os outros (Santos, Castro, Leite, 2017). Halbwachs (1990, p. 51 *apud* Sousa, 2018, p. 19) afirma que: “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”.

Acerca do tema, Pelegrini (2006) disserta:

[...] à medida que o cidadão se percebe como parte integrante do seu entorno, tende a elevar sua autoestima e valorizar a sua identidade cultural. Essa experiência permite que esse cidadão se torne um agente fundamental da preservação do patrimônio em toda a sua dimensão. O conhecimento adquirido e a apropriação dos bens culturais por parte da comunidade constituem fatores indispensáveis no processo de conservação integral ou preservação sustentável do patrimônio, pois fortalece os sentimentos de identidade e pertencimento da população residente, e ainda, estimula a luta pelos seus direitos, bem como o próprio exercício da cidadania (Pelegrini, 2006, p. 127).

Na opinião do autor, o papel do patrimônio cultural na sociedade vai além da simples preservação de objetos ou monumentos, que, descontextualizados das comunidades que os originaram, perdem seu verdadeiro valor; o patrimônio cultural é central na construção e manutenção da identidade coletiva. Por meio de bens materiais, como construções históricas, vestígios arqueológicos, obras de arte, ou de bens imateriais, como tradições, festas, crenças religiosas e costumes, o patrimônio cultural contribui para o fortalecimento dos laços comunitários e para a continuidade da cultura ao longo do tempo. A memória coletiva é, portanto, construída e sustentada por esses elementos. Segundo o ex-Ministro da Cultura Gilberto Gil, o patrimônio deve englobar aspectos como o jeito, a dança e a espiritualidade das pessoas. Para que esse conceito expandido de patrimônio seja efetivo, é essencial construir um paradigma colaborativo entre instituições governamentais e não-governamentais, com diretrizes educativas que aproximem a sociedade dessa noção ampliada de patrimônio.

Nesse sentido, o patrimônio cultural envolve todas as manifestações e expressões culturais que a sociedade e os homens criam, portadoras de significado que transcende o tempo e o espaço, capazes de construir um caminho coletivo de memória, identidade e diálogo sobre sua herança cultural e histórica. O que possibilita cada geração deixar sua marca nesse processo, ou seja, dá sua contribuição de forma distinta, preservando ou esquecendo uma determinada herança que compõem tal patrimônio (Sousa, 2018).

Nos trabalhos de Educação Patrimonial, é essencial priorizar o diálogo com as comunidades que vivenciam diariamente uma paisagem cultural, permitindo que se vejam como protagonistas na preservação de seu próprio contexto. Essa participação não deve ocorrer por imposição estatal ou privada, mas por reconhecer que o espaço é construído coletivamente, com a diversidade das relações humanas. Cabe à Educação Patrimonial valorizar essa dinâmica heterogênea e mostrar às comunidades sua importância na construção do patrimônio, incorporando elementos do cotidiano, como as tradições locais, vivências compartilhadas e memórias afetivas que tornam esses lugares únicos (Braga, 2011).

4 O GEPAR: GRUPO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUEOLOGIA

O Grupo de Educação Patrimonial e Arqueologia (GEPAR) é uma iniciativa vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC) sob processo número PJ01/2020-CCN-365-NVPJ/PG na Universidade Federal do Piauí (UFPI). O projeto de extensão se dedica à promoção da preservação cultural em comunidades do interior do Piauí. O GEPAR realiza visitas guiadas a sítios arqueológicos em áreas rurais de cidades como Piripiri (Figura 1), Buriti dos Lopes (Figura 2), Bom Princípio do Piauí (Figura 3), Parnaíba (Figura 4), Altos (Figura 5) e Pedro II (Figura 6), além de encontros em comunidades quilombolas e escolas públicas, visando sensibilizar sobre a importância da valorização e preservação do patrimônio cultural (UFPI, 2023; GEPAR, s.d.).

Figura 1 – Mapa de Piripiri - Piauí.



Fonte: adaptado de https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-de-localizacao-do-municipio-de-Piripiri-PI-2020_fig1_359512676. Acesso em: 20 dez. 2024.

Figura 2 – Mapa de Buriti dos Lopes - Piauí.



Fonte: adaptado de https://pt.wikipedia.org/wiki/Buriti_dos_Lopes. Acesso em: 20 dez. 2024.

Figura 3 – Mapa de Bom Princípio do Piauí no Piauí.



Fonte: adaptado de https://pt.wikipedia.org/wiki/Bom_Princ%C3%ADpio_do_Piau%C3%AD. Acesso em: 20 dez. 2024.

Figura 4 – Mapa de Parnaíba no Piauí.



Fonte: adaptado de <https://pt.wikipedia.org/wiki/Parna%C3%ADba>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Figura 5 – Mapa de Altos no Piauí.



Fonte: adaptado de <https://pt.wikipedia.org/wiki/Altos>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Figura 6 – Mapa de Pedro II no Piauí.



Fonte: adaptado de https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_II_%28Piau%C3%AD%29. Acesso em: 20 dez. 2024.

O projeto teve início em 2010, inicialmente conhecido como Educação Patrimonial (EPA), e em 2021 passou a ser denominado GEPAR. Coordenado pela professora Elaine Ignácio, o grupo busca integrar o conhecimento acadêmico com as vivências das comunidades, promovendo uma reflexão crítica sobre a cultura material e imaterial e fortalecendo identidades locais (Ignácio, 2021).

O Projeto GEPAR tem como sua missão fundamental a disseminação do conhecimento relacionado ao patrimônio cultural, com ênfase na arqueologia. Sua abordagem se concentra na interação com amostras das comunidades residentes nos municípios que englobam bens de importância histórica, tombados/registrados, assim como aqueles de importância local que perpetuam a história dos moradores. Uma das bases centrais desse projeto é o engajamento direto do público-alvo nas atividades educativas cuidadosamente delineadas. Por meio de uma série de ações cuidadosamente planejadas, o projeto visa fomentar uma conexão significativa entre as comunidades e o patrimônio que as envolve (Ignácio, 2021).

Além disso, o projeto tem como objetivo empoderar/promover a socialização do conhecimento necessário para apreciar, compreender e contribuir para a preservação desses tesouros culturais. Ao mediar essa socialização do conhecimento, o GEPAR não apenas fortalece o vínculo entre as comunidades e seu patrimônio, mas também incentiva a preservação deste pela população.

Entre as conquistas do GEPAR, destaca-se a regularização da Lei n. 250/1993 em Piripiri, que dispõe sobre o tombamento e preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental do município, resultado da parceria entre o GEPAR e Núcleo de Estudo e Pesquisa em História, Cultura e Sociedade de Piripiri (NEPHI), do qual a professora Elaine Ignacio faz parte. O GEPAR também mantém parcerias com instituições como o Instituto Federal do Piauí (IFPI), a Academia Buritiense de Artes, Ciências e Cultura (ABACC), Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), museu PeryPery em Piriri, quilombo Sussuarana e Marinheiro, Escola Estadual Professor Darcy Ribeiro em Bom Princípio do Piauí e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) do Piauí, ampliando o alcance de suas ações educativas e de preservação cultural (Ignácio, 2021.).

5 METODOLOGIA

Este Trabalho de Conclusão de Curso adotou uma abordagem metodológica qualitativa, com foco em uma pesquisa descritiva e exploratória. A metodologia foi desenvolvida no âmbito do Grupo de Educação Patrimonial e Arqueologia (GEPAR), vinculado à Universidade Federal do Piauí (UFPI), com ações realizadas entre 2021 e 2024.

O objetivo central foi analisar as práticas de educação patrimonial realizadas em diferentes municípios do norte do estado do Piauí, com ênfase na valorização do patrimônio cultural e na interação com as comunidades locais. Para isso, utilizou-se uma combinação de técnicas e fontes de dados, integrando registros técnicos, audiovisuais, observação participante e revisão bibliográfica.

A pesquisa caracterizou-se por seu enfoque descritivo, ao detalhar as atividades realizadas e seus respectivos resultados, e exploratório, ao buscar compreender as dinâmicas específicas das comunidades envolvidas e as estratégias empregadas para a valorização e preservação do patrimônio cultural.

Os dados coletados foram analisados qualitativamente, utilizando a técnica de análise de conteúdo, que de acordo com Cardoso, Oliveira & Ghelli (2021, p. 100 *apud* Moraes, 1999 p. 2) é uma metodologia de pesquisa que descreve e interpreta diferentes tipos de comunicação. Ela permite realizar descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, facilitando a reinterpretação das mensagens e proporcionando uma compreensão mais profunda de seus significados, indo além da leitura superficial. Essa abordagem possibilitou a identificação de categorias temáticas relacionadas às práticas educativas realizadas, aos impactos observados nas comunidades e às contribuições das ações para a formação acadêmica e profissional dos participantes do GEPAR.

A coleta de dados foi realizada em múltiplas etapas, abrangendo relatórios técnicos produzidos pelos membros do GEPAR, registros audiovisuais das atividades realizadas, observação participante durante a execução das ações. Complementarmente, a revisão bibliográfica subsidiou a análise, ancorando-a em referenciais teóricos sobre arqueologia, educação patrimonial, políticas culturais e preservação do patrimônio.

A pesquisa delimitou-se às ações realizadas nos municípios de Piripiri, Bom Princípio do Piauí, Parnaíba, Pedro II e Altos. Os participantes incluíram alunos do curso de Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre da UFPI, professores e gestores escolares, além de comunidades locais, como quilombolas, indígenas e mestres de saberes, que desempenharam papel ativo nas atividades. Além disso, a pesquisa foi circunscrita ao estado do Piauí, deixando

de abordar outras regiões que poderiam enriquecer as discussões, o que pode ser colocado como uma limitação do estudo.

Este trabalho seguiu rigorosos princípios éticos, em conformidade com a Resolução N° 510, de 7 de abril de 2016 regimentada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), que define:

Art. 1 Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução (Brasil, 2016).

Todos os participantes deram seu consentimento para participar das atividades e para o uso dos dados e fotos coletados. Além disso, as informações foram utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme supramencionado, o Grupo de Educação Patrimonial e Arqueologia (GEPAR) tem como objetivo principal a disseminação do conhecimento relacionado ao patrimônio cultural, priorizando o envolvimento das comunidades locais nos municípios onde bens tombados, registrados ou culturalmente significativos são preservados para as comunidades. Para alcançar essa meta, o programa de extensão desenvolve atividades educativas que integram o público-alvo em práticas interativas. Os alunos do GEPAR foram incentivados a criar projetos voltados para suas respectivas cidades, com foco na realização de ações educativas que promovam a valorização e preservação do patrimônio cultural, bem como o engajamento das comunidades locais.

Neste contexto, entre os anos de 2021 e 2024, o GEPAR promoveu uma série de ações educacionais em diversas comunidades do Piauí, envolvendo alunos do curso de Arqueologia, Ciências Sociais, Jornalismo e Psicologia que integram a extensão universitária. Essas iniciativas tiveram como objetivo principal fomentar o diálogo entre o conhecimento arqueológico e as populações locais, por meio de eventos educativos, oficinas, minicursos, visitas guiadas a sítios arqueológicos, rodas de conversa e atividades práticas. Nas subseções abaixo, os principais projetos desenvolvidos serão descritos.

6.1 CURSO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL (2021)

Desenvolvido entre outubro e dezembro de 2021, o curso foi ministrado de forma online, totalizando uma carga horária de 60 horas, distribuídas em nove módulos. Coordenado pela professora Elaine Ignácio, o curso capacitou participantes de diversas regiões, abordando conceitos teóricos e práticos sobre o patrimônio cultural, estratégias de preservação e a relevância da educação patrimonial como ferramenta para integração entre sociedade e cultura.

6.2 JOCUPA – JORNADA DE CULTURA E PATRIMÔNIO (PIRIPÍPI – PI, 2022)

O território de Piripiri-PI constitui um espaço marcado por uma rica diversidade cultural e étnica, abrigando povos indígenas, comunidades ciganas, quilombolas, comunidades de terreiros e rurais tradicionais. Esses grupos desenvolvem suas práticas e saberes em interação com a natureza, construindo modos de vida biointerativos que refletem tanto a resistência quanto a reinvenção cultural ao longo do tempo.

A região é caracterizada por um complexo de cachoeiras, rios, açudes e formações rochosas, além de abrigar diversos sítios arqueológicos com pinturas rupestre, elementos que enriquecem o patrimônio natural e cultural do município.

Entretanto, Piripiri tem experimentado um crescimento urbano associado ao desenvolvimento econômico, o que, em parte, tem acarretado a destruição do patrimônio histórico e arquitetônico do centro urbano, especialmente nas áreas de comércio local. Esse cenário é agravado pela ausência de políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio cultural e histórico.

Diante dessa problemática, o GEPAR e o Núcleo de Estudos e Pesquisas em História de Piripiri (NEPHI) têm desempenhado um papel ativo no território. Essas instituições promovem debates e denúncias sobre a necessidade de criar e implementar instrumentos de proteção do patrimônio cultural, previstos na legislação brasileira. Além disso, desenvolvem ações como a educação patrimonial, itinerários de visita e rotas turísticas, que visam não apenas valorizar o patrimônio histórico, cultural e ambiental, mas também fomentar a sensibilização da comunidade acerca da sua preservação e importância para as futuras gerações.

Sendo assim, a Jornada Cultura e Patrimônio (JOCUPA), realizado entre os dias 24 e 27 de novembro de 2022, teve como palco a cidade de Piripiri-PI e contou com a parceria do NEPHI, o Museu de PeryPery e o espaço PeryPery Café Cultural. O evento foi organizado pelo GEPAR e ofereceu atividades como visitas guiadas ao centro histórico, oficinas de arte indígena, rodas de conversa com mestres locais e apresentações culturais. O evento foi destinado a um público variado, acima de 14 anos, incluindo professores, estudantes, comunidades detentoras de saberes culturais e interessados em patrimônio e arqueologia.

A organização do evento contou com uma estrutura bem delineada, iniciando com reuniões quinzenais realizadas pela equipe, durante as quais foram discutidas as preparações para a jornada, incluindo a distribuição de funções entre os membros da comissão organizadora e a definição da programação das atividades. As práticas foram planejadas para ocorrer ao longo de quatro dias, sendo cada momento coordenado por monitores voluntários designados durante os preparativos.

A comissão organizadora foi composta por 9 alunos do curso de Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre da Universidade Federal do Piauí (UFPI), sendo eles: Marina Sousa Soares, Cássia Aparecida de Moraes Barboza, João Vitor Silva Soares, Estephannie Santana, Lívia Regina Ribeiro Gomes, Kamila Feitosa, Nyskaline Nascimento da Fonseca e Naira Echili Mendes da Silva.

A equipe também contou com a participação de Ana Maria Chimendes Mesquita, aluna do curso de Turismo da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), e de Camila Marissa Ximenes da Cunha e Miakaely Cardoso Reis, alunas do Instituto Federal do Piauí (IFPI). A coordenação do projeto ficou a cargo da professora Elaine Ignácio, enquanto os integrantes locais de Piripiri, como Oliveira Junior, Helton de Araújo, Adriana da Silva, Kleb Leite, Luiz Mario Geritana, Márcia Damasceno, Max Ronny e Rodolfo Pereira, desempenharam papéis fundamentais no suporte às atividades.

A saída de Teresina ocorreu na manhã de quinta-feira (24/11), às 8h03, com chegada ao Museu de PeryPery às 10h37, onde a equipe do GEPAR-UFPI foi recepcionada pelos professores Luiz Mario Geritana, Helton de Araújo e Rodolfo Pereira. Após a acomodação no IFPI, houve uma reunião no auditório do museu para ajustar os últimos detalhes do JOCUPA. A abertura oficial do evento aconteceu às 19h, com uma mesa de honra composta por lideranças acadêmicas, culturais e comunitárias, incluindo a professora Elaine Ignácio, o professor Luiz Mario Geritana, a Cacique Tabajara Dona Raimunda e o cordelista Chico dos Romances, que encantou o público com a leitura de seus cordéis.

A programação contou ainda com a apresentação do "Projeto Encantar" pelo professor Francisco Moreira, que, por meio de música, dança e teatro, narrou lendas locais, como *O Galo da Apertada Hora* e *Inácia, a Virgem do Açude Caldeirão*, proporcionando momentos memoráveis para os participantes, especialmente os monitores do GEPAR-UFPI.

Na manhã do dia seguinte, sexta-feira (15/11), ocorreu a visita à comunidade quilombola e aos sítios arqueológicos, com saída às 7h39. A equipe seguiu em direção ao povoado Cajazeiras, onde, após um longo percurso, foi recebida na residência do senhor Antônio Carlos Cardoso Sousa e de seus familiares, Maria dos Remédios Ferreira Lima, Francisco Ferreira Lima e Francisco José Lima Sousa. O senhor Antônio Carlos foi responsável pela descoberta de sítios arqueológicos na região e, ao compreender a relevância do achado, passou a protegê-lo, demonstrando um forte senso de responsabilidade com o patrimônio cultural e ambiental.

Durante a visita, a equipe do GEPAR-UFPI teve a oportunidade de observar, sob a orientação do senhor Carlos, indígena Tabajara, as pinturas rupestre presentes na área. O trajeto até os sítios foi enriquecido por explicações sobre o bioma da região (Figuras 7 e 8), caracterizado como uma zona de transição entre cerrado e mata de cocais. A equipe dividiu as tarefas: alguns membros marcaram as localizações dos sítios utilizando GPS, enquanto outros documentaram o percurso por meio de fotografias e gravações.

Figura 7 – Senhor Antônio Carlos Cardoso Sousa explicando o bioma da região.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2022).

Figura 8 – Senhor Antônio Carlos Cardoso guiando a equipe do GEPAR pela trilha.



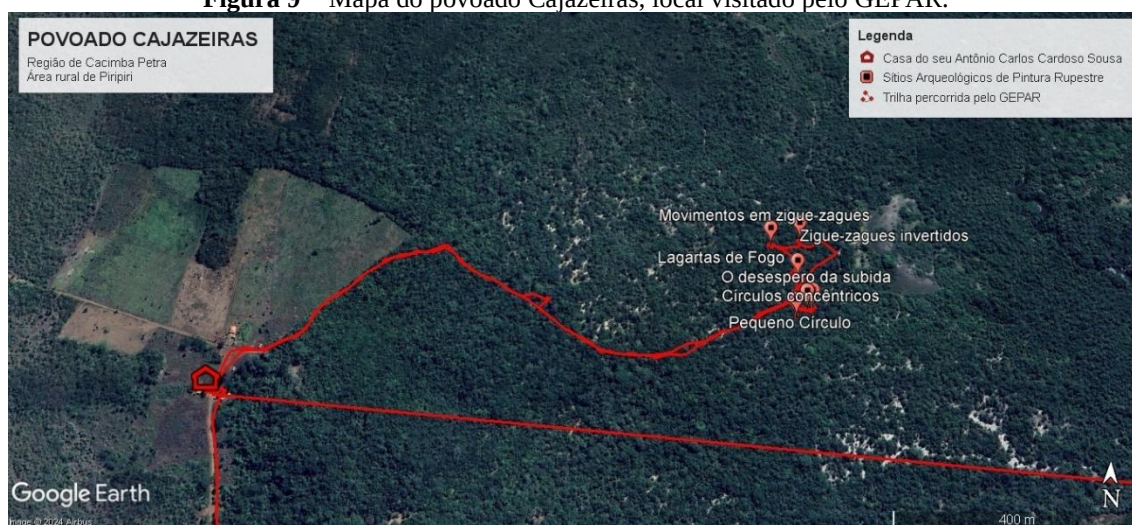
Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2022).

Ao longo de aproximadamente 5 km, foram visitados sítios arqueológicos de pinturas rupestre localizados na região da Cacimba Petra, onde o afloramento rochoso é predominante (Figura 9 e 10). A equipe do GEPAR coletou os dados necessários para realizar o registro dos sítios junto ao IPHAN, no total foram cadastrados seis sítios arqueológicos (Anexos A ao F):

- Sítio um - Pequeno Círculo com pinturas em tonalidade vermelha, coordenadas 4°17'7.98"S 41°49'49.02"O (Figura 11);
- Sítio dois - O Desespero da Subida que possui em sua maioria pinturas em carimbos de mãos, além de apresentar movimentos geométricos. A cores predominantes nas pinturas são diferentes tonalidades de vermelho, coordenadas 4°17'7.38"S 41°49'48.05"O (Figuras 12 e 13);

- Sítio três - Círculos concêntricos que possui cerca de sete círculos concêntricos em tonalidade vermelha, coordenadas 4°17'7.44"S 41°49'48.37"O (Figuras 14 e 15);
- Sítio quatro – Lagartas de Fogo com movimentos geométricos em formatos de zigue-zagues e grades em tonalidade vermelha, coordenadas 4°17'5.55"S 41°49'48.81"O (Figuras 16 e 17).
- Sítio cinco – Movimentos em zigue-zagues com movimentos geométricos em formato de zigue-zagues em tonalidade vermelha, coordenadas 4°17'3.50"S 41°49'50.27"O (Figuras 18 e 19).
- Sítio seis – Zigue-zagues invertidos que apresenta pinturas invertidas em tonalidade vermelho escuro, com movimentos geométricos em formatos de zigue-zagues, coordenadas 4°17'3.10"S 41°49'48.56"O (Figuras 20 e 21).

Figura 9 – Mapa do povoado Cajazeiras, local visitado pelo GEPAR.



Fonte: Elaborado pela autora utilizando o software Google Earth Pro.

Figura 10 – Área de localização dos sítios na região de cacimba preta.



Fonte: Elaborado pela autora utilizando o software Google Earth Pro.

Figura 11 – Sítio um - Pequeno Círculo.



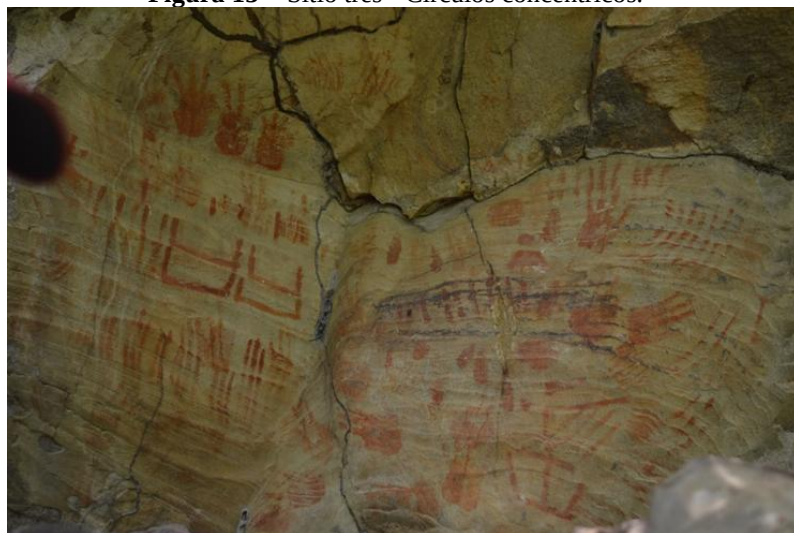
Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2022.)

Figura 12 – Sítio dois - O Desespero da Subida.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2022.)

Figura 13 – Sítio três - Círculos concêntricos.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2022.)

Figura 14 – Sítio três - Círculos concêntricos.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2022.)

Figura 15 – Sítio três - Círculos concêntricos.



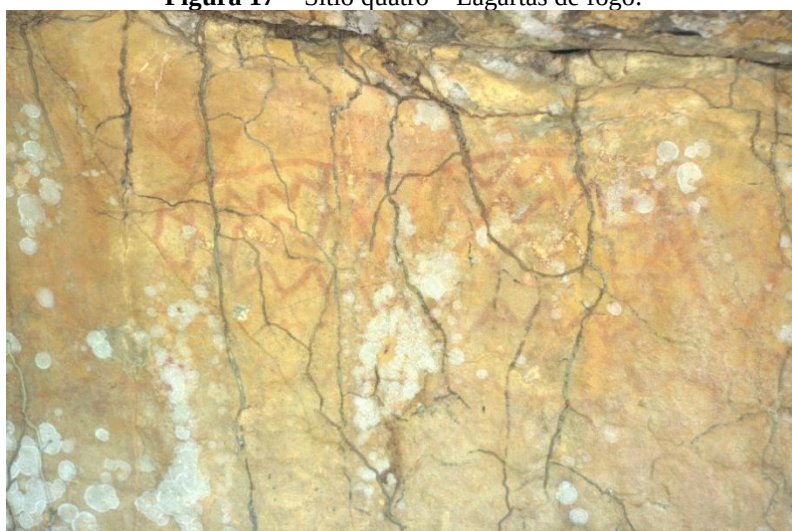
Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2022).

Figura 16 – Sítio quatro -Lagartas de fogo.



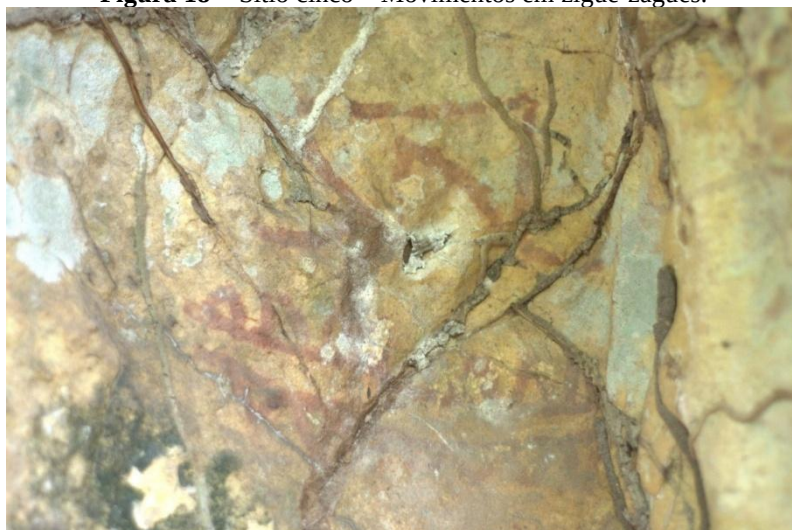
Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2022).

Figura 17 – Sítio quatro – Lagartas de fogo.



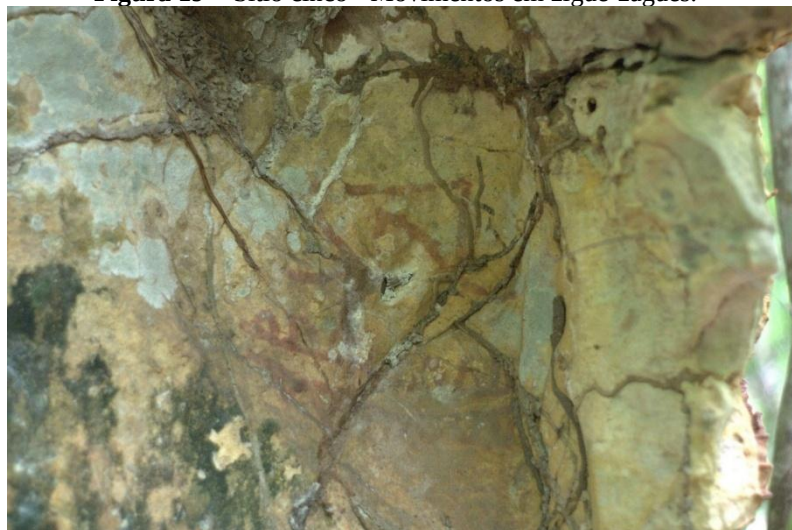
Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2022).

Figura 18 – Sítio cinco – Movimentos em zigue-zagues.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2022).

Figura 19 – Sítio cinco - Movimentos em zigue-zagues.



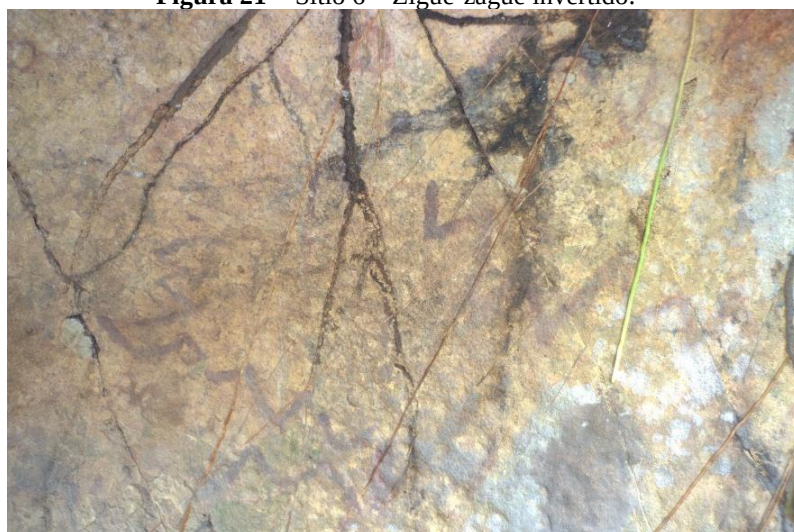
Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2022).

Figura 20 – Sítio seis - Zigue-Zague invertido.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2022).

Figura 21 – Sítio 6 – Zigue-zague invertido.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2022).

Entre os registros rupestres encontrados, destacaram-se representações de cervídeos, antropomorfos e tridígitos. Um aspecto de grande relevância observado foi a iniciativa do senhor Carlos em proteger os vestígios. Ele revelou que não marcou o trajeto até os sítios com o intuito de evitar atos de vandalismo, dado que a área está próxima a rotas de circulação frequente.

Essa atitude reflete um profundo sentimento de pertencimento e responsabilidade em relação ao patrimônio cultural, alinhando-se aos objetivos da educação patrimonial, que busca fomentar a identidade cultural e o senso de preservação nas comunidades locais. A visita foi concluída às 11h39, quando a equipe retornou ao IFPI para se preparar para as atividades da tarde.

Ainda na sexta-feira, durante a tarde, ocorreram reuniões organizacionais no Museu de Piripiri, acompanhadas por oficinas e minicursos diversos, que incluíram temas como arte indígena, cordel, tambor de crioula e a relação entre fotografia e sociedade, ministrados por especialistas como o pajé Chicão e o professor Oliveira Júnior.

As oficinas iniciaram às 14h. A primeira, intitulada “Mundo das Imagens, Mundo das Memórias: Relações entre Fotografia e Sociedade”, foi ministrada pelo professor Oliveira Junior no Casarão Histórico de Piripiri, com apoio dos monitores Cássia Aparecida, João Vitor e Estephane Santana. Durante a atividade, o professor apresentou slides e discutiu a produção de documentários, oferecendo dicas sobre processos de filmagem e edição.

As duas oficinas seguintes ocorreram, simultaneamente, no Museu de PeryPery: a oficina de “Arte Indígena”, ministrada pelo Pajé Chicão (Figuras 22 a 24), e a oficina de

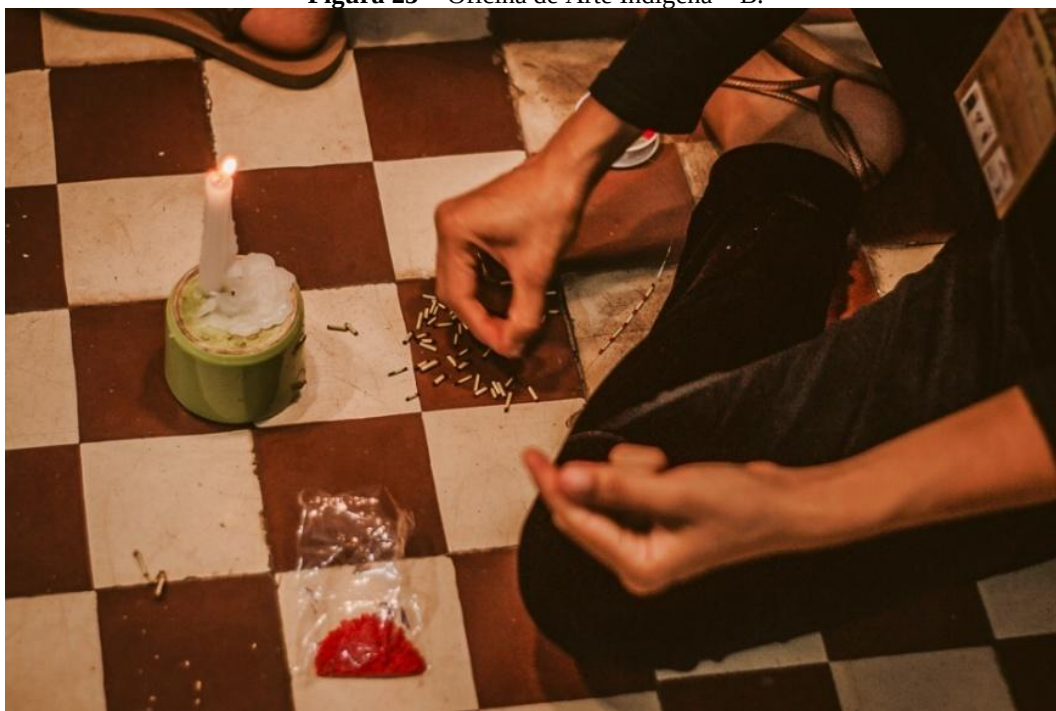
“Cordel”, conduzida pelo cordelista Chico dos Romances (Figuras 25 a 27), ambas contando com a participação ativa dos monitores do GEPAR-UFPI.

Figura 22 – Oficina de Arte Indígena - A.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2022).

Figura 23 – Oficina de Arte Indígena – B.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2022).

Figura 24 – Pajé Chicão e a Professora Elaine Ignácio.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2022).

Figura 25 – Pajé Chicão e os alunos do projeto.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2022).

Figura 26 – Chico dos Romances durante o evento.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2022).

Figura 27 – Chico dos Romances junto dos alunos do projeto.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2022).

À noite, a equipe prestigiou o IV Encontro Quilombola da Comunidade Marinheiro, onde teve a oportunidade de testemunhar celebrações culturais e práticas tradicionais, enriquecendo a experiência com um contato direto com os saberes da cultura quilombola (Figuras 28 a 30).

Figura 28 – A e B: IV Encontro Quilombola da Comunidade Marinheiro.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2022).

Figura 29 – A - Professora Elaine interagindo com moradores do Quilombo.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2022).

Figura 30 – B - Professora Elaine interagindo com moradores do Quilombo.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2022).

Seguindo, na manhã do sábado (26/11), às 8h, ocorreu uma visita guiada ao centro histórico de Piripiri, conduzida pelo professor Luiz Mario Geritana. A atividade contou com a participação da equipe do GEPAR-UFPI e de uma turma de alunos da Escola Municipal Raimundo Cardoso, localizada em Barros.

O trajeto iniciou-se pela Praça da Bandeira e pela Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, dois marcos importantes do município. Após uma pausa para lanche, os participantes seguiram para o Olho D'Água e o casarão histórico atualmente conhecido como PeryPery Café Cultural. Durante o percurso, o professor destacou pontos históricos e figuras significativas para a memória coletiva de Piripiri. O roteiro foi finalizado na Estação Ferroviária, onde, mesmo fechada, o grupo discutiu a importância histórica e cultural do local (Figura 31).

Figura 31 – Visita guiada ao centro histórico de Piripiri



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2022).

Na parte da tarde, às 14h, foi realizado o minicurso “Educação Patrimonial, Arqueologia e Arte Rupestre”, ministrado pela professora Elaine Ignácio. A docente apresentou os temas de forma didática, além de expor o livro de sua autoria “Insígnia Rupestre: uma estória que conta histórias”, que conta a história de Nanbiagüara, uma onça suçuarana mítica criada pela sacerdotisa Yebajaci no sul do Piauí, com objetivo de proteger os patrimônios histórico-culturais durante sua jornada, explorando sítios arqueológicos, centros históricos, rios e biomas que constituem o rico território e, através da viagem fascinante, adquirindo vivência e conhecimento por meio da experiência contada por personagens encantadores que são encontrados no caminho, representando uma metodologia inovadora para a educação patrimonial. A atividade proporcionou uma experiência interdisciplinar, unindo teoria e prática na valorização do patrimônio cultural.

À noite, no PeryPery Café Cultural, foi realizada uma mostra de filmes, incluindo o documentário “Um Pedaco do Meu Quarteirão”. Após a exibição, promoveu-se uma roda de

conversa, na qual os participantes compartilharam reflexões sobre os temas abordados. O encerramento do dia foi marcado por uma apresentação musical conduzida por André Henrique, músico, poeta e filósofo, que agregou um momento cultural significativo ao evento.

No dia 27/11 (domingo), último dia, a equipe partiu às 8h13min em direção à comunidade quilombola Sussuarana para realizar uma visita educativa e cultural. A primeira parada foi na capela da comunidade, que se encontrava fechada no momento. Apesar disso, a professora Elaine Ignácio aproveitou a oportunidade para apresentar aos alunos uma análise dos aspectos arquitetônicos da construção, destacando elementos históricos e culturais relacionados ao patrimônio local.

Em seguida, o grupo dirigiu-se ao centro da comunidade, onde estava sendo realizado um evento sobre direitos humanos dos quilombolas. No local, houve uma roda de conversa com moradores da comunidade, incluindo os senhores Henrique Pereira dos Santos, Alcides José Soares, José Gomes da Costa, Alfredo José dos Santos Soares e Antônio Alves do Nascimento. Durante a interação, os moradores compartilharam relatos sobre a história e a formação da povoação, proporcionando aos participantes uma visão aprofundada das vivências e tradições quilombolas (Figuras 32 a 34).

Figura 32 – Professora Elaine Ignácio, aprendendo a enrolar o cabelo com turbante guiada por uma moradora local do Quilombo Sussuarana.



Fonte: GEPAR – UFPI, 2023.

Figura 33 – Encontro e roda de conversa em comunidade quilombola.



Fonte: GEPAR – UFPI, 2023.

Figura 34 – Roda de conversa com os senhores Henrique Pereira dos Santos, Alcides José Soares, José Gomes da Costa, Alfredo José dos Santos Soares e Antônio Alves do Nascimento.



Fonte: GEPAR – UFPI, 2022.

Posteriormente, o grupo visitou a antiga fazenda da região, onde foi recepcionado por Guilherme Soares e sua esposa, Francinete de Carvalho Silva. A visita incluiu um passeio pela propriedade, durante o qual foram observados vestígios históricos, como fragmentos de louças e outros objetos antigos encontrados na superfície. Esses elementos foram analisados em sua relação com o passado da comunidade, reforçando a conexão entre o patrimônio material e as memórias locais (Figuras 35 a 38).

Figura 35 – Visita do grupo à antiga fazenda da região.



Fonte: GEPAR – UFPI, 2022.

Figura 36 – Dona Francinete de Carvalho Silva mostrando seu oratório.



Fonte: GEPAR – UFPI, 2022.

Figura 37 – Detalhes do interior da propriedade.



Fonte: GEPAR – UFPI, 2022.

Figura 38 – Foto da equipe com seu Guilherme Soares e sua esposa, Francinete de Carvalho Silva.



Fonte: GEPAR – UFPI, 2022.

Após a visita à fazenda, o grupo se reuniu para um almoço na comunidade antes de retornar a Teresina. A experiência na Sussuarana destacou a importância da preservação e valorização do patrimônio cultural quilombola, além de proporcionar uma rica troca de saberes entre os participantes e os membros da comunidade.

A realização do JOCUPA na cidade de Piripiri destacou a relevância de abordar a educação patrimonial em suas múltiplas dimensões. De acordo com o IPHAN (2014), os diferentes contextos culturais nos quais as pessoas estão inseridas também funcionam como ambientes educativos, que moldam suas formas de ser e estar no mundo.

A transmissão cultural, nesse sentido, desempenha um papel essencial, uma vez que o aprendizado ocorre por meio das interações nos espaços de convivência. Nesse processo, não apenas práticas sociais e artefatos são apropriados, mas também os desafios e contextos para os quais esses elementos foram criados.

6.3 JOCUPAP – JORNADA DE CULTURA E PATRIMÔNIO PARA PROFESSORES (BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ, 2023)

O território de Bom Princípio do Piauí apresenta uma rica diversidade cultural e étnica, composta por diversas comunidades que interagem de forma biointerativa com a natureza, construindo práticas e saberes tradicionais que resistem e se reinventam ao longo do tempo. A cidade reflete essa diversidade tanto nos espaços quanto nas relações sociais que estruturam o modo de vida de seus habitantes.

Nesse contexto, o GEPAR, em parceria com a Escola Estadual Professor Darcy Ribeiro e a Secretaria de Cultura de Bom Princípio do Piauí, desenvolveu ações voltadas para a

promoção de debates sobre a importância da criação de instrumentos de proteção do patrimônio cultural, conforme previsto na legislação brasileira.

Entre os dias 22 e 25 de junho, o GEPAR realizou atividades em Bom Princípio do Piauí e na região litorânea, focadas na valorização do patrimônio cultural e arqueológico. A programação incluiu oficinas de exploração arqueológica, visitas a sítios arqueológicos e comunidades locais, e minicursos sobre arqueologia e arte rupestre. Destacaram-se iniciativas como visitas à Cooperativa das Mulheres do Bordado de Bilro e à Associação dos Artesãos de Vila Isabel, além de uma roda de conversa com mestres do saber e apresentações culturais. O evento encerrou-se com reflexões no Centro Histórico de Parnaíba, promovendo a interação entre comunidades, educadores e o patrimônio cultural.

A abertura do evento ocorreu no dia 22 de junho, às 7h, na Associação Mestre Antônio Carpina, com troca de saberes da professora Elaine Ignácio e do ex-ferroviário Viturino Teotônio de Azevedo Neto. A cerimônia marcou o início da programação, que se seguiu com atividades teóricas e práticas ao longo dos dias.

No dia 23 de junho, as atividades começaram com a “Caça ao Tesouro Arqueológico”, um momento significativo para os monitores do GEPAR, especialmente para aqueles envolvidos diretamente na condução das atividades. Divididos em grupos, os monitores acompanharam turmas do sexto e oitavos anos da rede municipal de ensino. O percurso exploratório incentivou os alunos a observarem a paisagem e coletar materiais enquanto aprendiam sobre líticos e o patrimônio cultural material (Figuras 39 a 46).

Figura 39 – Início da oficina de prospecção com alunos da U.E. Darcy Ribeiro em Bom Princípio do Piauí – PI.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 40 – Prospecção com os alunos nas ruas de Bom Princípio do Piauí



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 41 – Prospecção com os alunos nas ruas de Bom Princípio do Piauí



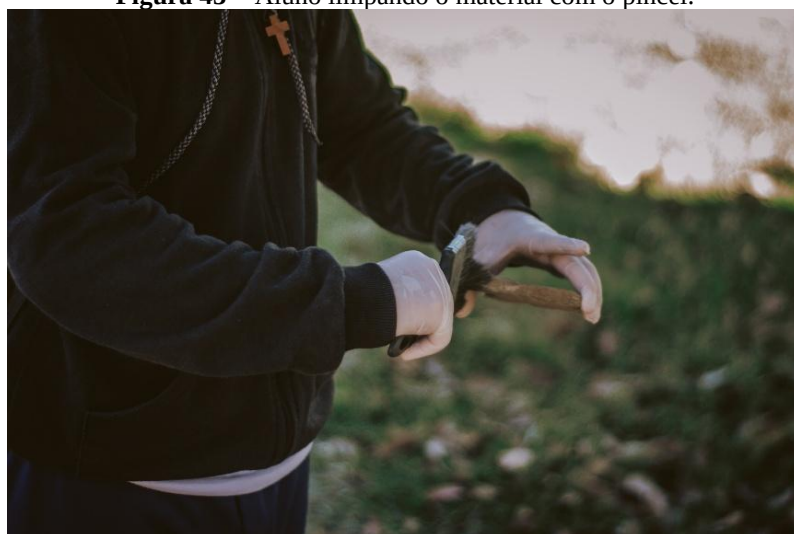
Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 42 – Aluno recolhendo material.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 43 – Aluno limpando o material com o pincel.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 44 – Aluno depositando material na caixa feita especialmente para essa oficina.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 45 – Momento de conversa e entre os alunos e os monitores.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 46 – Alunos após finalizarem a prospecção.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

A experiência foi enriquecida pela participação espontânea de uma moradora local, a senhora Maria de Fátima Pereira da Silva, que compartilhou memórias afetivas relacionadas à estação ferroviária da cidade e ao tempo em que “sentia vento em seu rosto”. A manhã encerrou-se com os alunos relatando os achados (Figuras 47 e 48) e participando de uma cerimônia de batismo com ocre vermelho, simbolizando sua imersão na arqueologia Figuras (49 a 53).

Figura 47 – Material coletado pelos alunos.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 48 – Material coletado pelos alunos.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 49 – Batismo dos alunos com ocre vermelho, simbolizando a imersão na arqueologia.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza; GEPAR, 2023.

Figura 50 – Entrega do certificado.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 51 – Entrega do certificado.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 52 – Aluna batizada como arqueóloga mirim.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 53 – Batismo dos alunos com ocre vermelho, simbolizando a imersão na arqueologia.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

À tarde, a professora Elaine Ignácio ministrou um minicurso sobre arqueologia, patrimônio e arte rupestre. Após o curso, a equipe visitou a comunidade Brejinho acompanhados pelos proprietários locais, seu Francisco de Assis e seu neto Francisco Davi (Figuras 54 e 55). Durante a visita seu Francisco contava histórias e narrativas populares, como a lenda da Botija. Ao longo da trilha, foi identificado a presença de pinturas e gravuras no terreno, enquanto os alunos analisavam e fotografavam o local (Figura 56), seu Francisco confienciava que uma empresa de placa solar já havia feito uma proposta para comprar o

terreno e construir uma fazenda de energia solar, mas seu Francisco ciente do dano cultura e ambiental que poderia causar a sua casa se negou veemente, relatando que jamais deixaria destruírem seu lar.

Figura 54 – Francisco de Assis, proprietário do terreno que a equipe visitou no Brejinho.



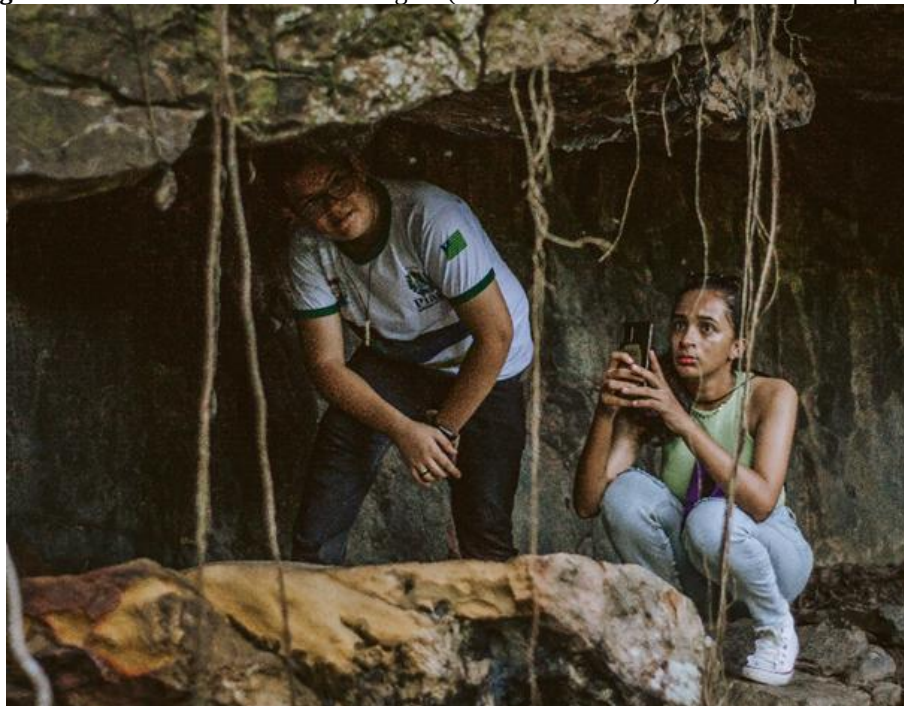
Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 55 – Francisco Davi, neto de seu Francisco.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 56 – Francisco Davi e Livia Regina (Aluna da extensão) tirando fotos das pinturas.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

No dia 24 de junho, as atividades tiveram início com um café da manhã na casa do colaborador Max Ronny, seguido por uma visita ao sítio arqueológico dos dunares, na praia Maramar, em Luís Correia. Sob a orientação do professor Francisco Júnior, os participantes realizaram prospecção e aprenderam a utilizar o sistema de posicionamento global (em inglês *Global Positioning System*), mais conhecido pela sigla GPS, em (Figuras 57 a 60), experienciando um tipo de sítio arqueológico distinto dos anteriormente visitados, onde tiveram a chance de interagir com material arqueológico como vestígios cerâmicos (Figuras 61 e 62).

Figura 57 – Professor Francisco Junior dando uma introdução sobre sítios dunares.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 58 – Alunos da extensão durante a explicação.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 59 – Caminho percorrido até os sítios dunares.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 60 – Professor Francisco Júnior explicando sobre material encontrado na praia.



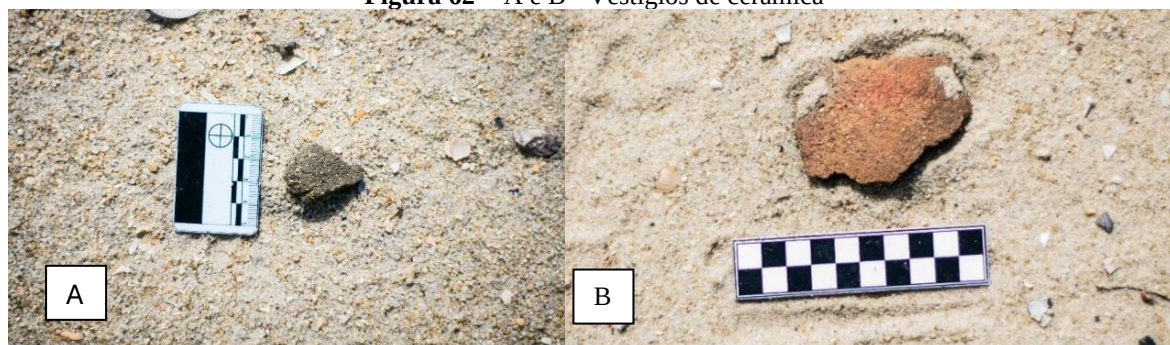
Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 61 – Vestígio de carvão.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 62 – A e B - Vestígios de cerâmica



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Durante a tarde, a equipe visitou a Associação da Ilha, localizada na Ilha Grande de Santa Isabel, em Parnaíba (Figura 63). Na visita, artesãs da comunidade compartilharam relatos e mostraram peças artesanais feitas com palha de carnaúba e tucum. O encontro foi conduzido por Lucielma Maria da Silva Sousa, trançadeira que herdou de sua mãe o talento para a arte, conservando uma tradição familiar transmitida por gerações. Lucielma explicou o processo criativo e ressaltou o grande valor da palha de carnaúba como principal matéria-prima em suas obras. Sua tia, Sandra Maria da Silva Sousa, demonstrou o processo de confecção, explicando o conceito do “lombo”, técnica que utiliza fios finos na palha para criar um forro, proporcionando forma e funcionalidade às peças. (Figuras 64 a 70).

Figura 63 – Localização de Ilha Grande no Piauí.



Fonte: adaptado de https://pt.wikipedia.org/wiki/Ilha_Grande_%28Piau%C3%AD%29 Acesso em: 20 dez. 2024.

Figura 64 – Lucielma Maria da Silva Sousa.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 65 – Visita a Associação da Ilha, na Ilha Grande de Santa Isabel, em Parnaíba.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 66 – Visita a Associação da Ilha, na Ilha Grande de Santa Isabel, em Parnaíba. Artesanato.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 67 – Visita a Associação da Ilha, na Ilha Grande de Santa Isabel, em Parnaíba. Artesã produzindo.



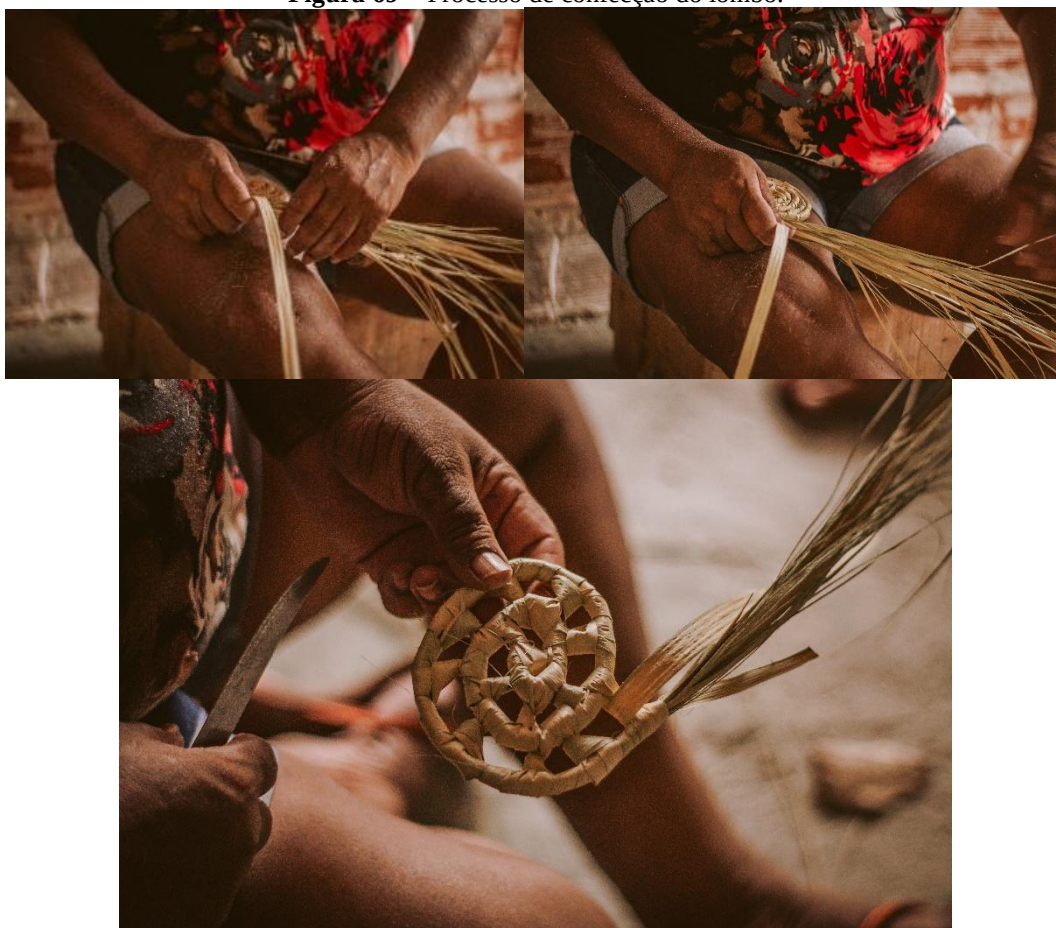
Fonte: Kamila Carvalho Feitoza; GEPAR, 2023.

Figura 68 – Cesto colorido feito de palha de carnaúba.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza; GEPAR, 2023.

Figura 69 – Processo de confecção do lombo.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 70 – Visita a Associação da Ilha, na Ilha Grande de Santa Isabel, em Parnaíba.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Em seguida, a equipe visitou a Cooperativa das Mulheres do Bordado de Bilro, localizada no município de Ilha Grande - PI, a cerca de 7 km de Parnaíba-PI. Foram recebidos pelas carismáticas Maria do Socorro Reis Galeno (presidente da cooperativa) Maria do Socorro Freitas dos Santos e Beatriz Barbosa Vaz. A cooperativa é amplamente reconhecida por suas criações excepcionais e, neste ano, possui mais de 30 mulheres associadas, cujos trabalhos alcançaram desfiles renomados, como a São Paulo Fashion Week, e vestiram celebridades de destaque. Seus bordados cuidadosos e artisticamente elaborados são verdadeiras obras-primas, admiradas no Brasil e no exterior.

Em uma conversa acolhedora, dona Raimunda e as demais rendeiras compartilharam suas experiências e desafios enfrentados ao longo dos anos na arte do bordado de bilro (Figuras 71 a 75). Elas ressaltaram a importância de preservar essa tradição, passada de mãe para filha, eternizando a cultura e a identidade local. O bordado de bilro representa uma herança valiosa, que conecta essas mulheres às suas raízes e fortalece os laços entre elas no presente, formando uma verdadeira irmandade de artesãs.

Nesse momento o professor Francisco Júnior e a professora Elaine Ignácio destacaram a importância do contato direto com as comunidades, considerado essencial para a formação e prática profissional do arqueólogo.

Figura 71 – Casa das Rendeiras.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 72 – Maria do Socorro Freitas dos Santos confeccionando a renda de Bilro.



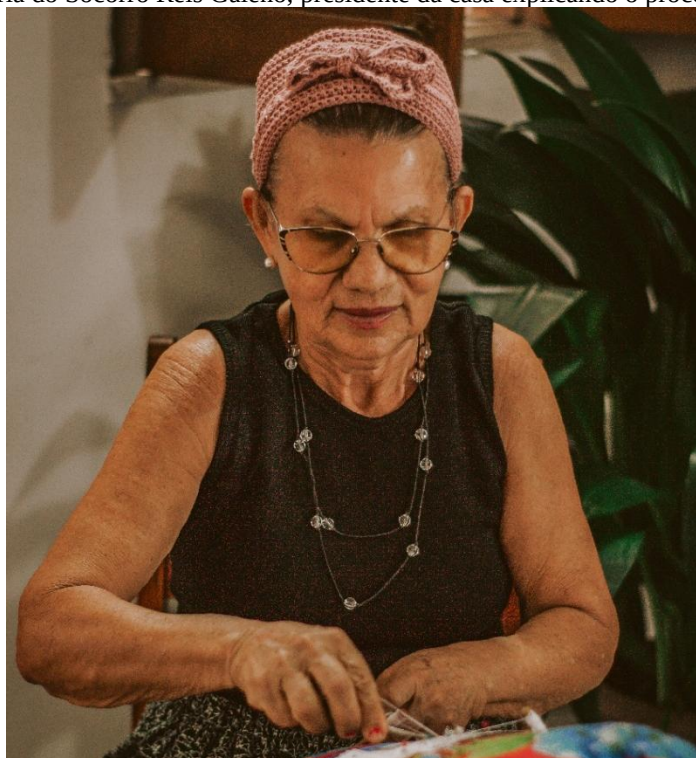
Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 73 – Processo de produção.



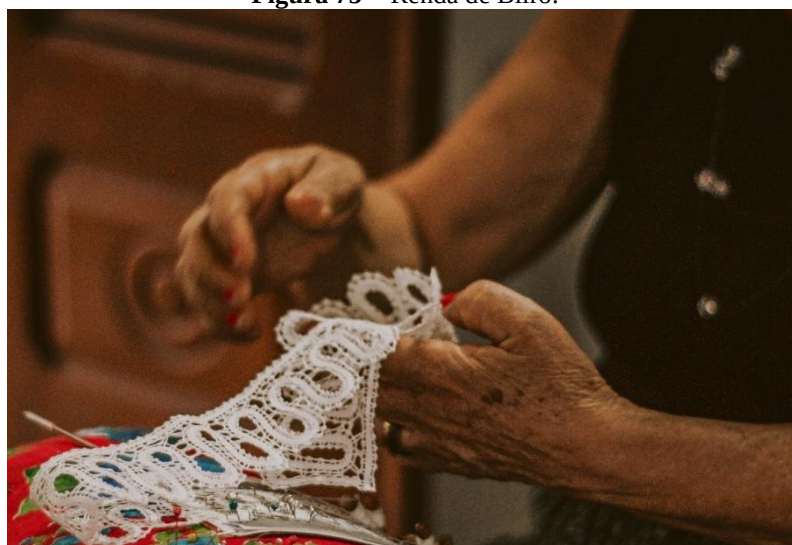
Fonte: Kamila Carvalho Feitoza; GEPAR, 2023.

Figura 74 – Maria do Socorro Reis Galeno, presidente da casa explicando o processo de confecção.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 75 – Renda de Bilro.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Para encerrar as atividades do dia, a equipe realizou uma visita à Pedra do Sal, onde puderam apreciar a paisagem marítima e refletir sobre a integração entre as experiências acadêmicas e culturais proporcionadas pelo GEPAR. Esse momento foi marcado por expressões de gratidão pela oportunidade de vivenciar experiências enriquecedoras que contribuíram significativamente para a formação pessoal e acadêmica dos envolvidos.

O dia 25 de junho foi dedicado a uma visita ao sítio de gravuras nas margens do rio Pirangi, em Buriti dos Lopes, onde foram identificados vestígios de material lítico e cerâmico,

bem como evidências de rituais religiosos de matriz africana. Além disso, o encontro com o senhor Raimundo Cardoso trouxe informações adicionais sobre os vestígios arqueológicos e a história local.

Após a visita, a equipe seguiu para o povoado de Branquinha, onde o senhor Raimundo, um sanfoneiro local, proporcionou momentos de aprendizado e integração cultural. A programação foi concluída com uma reunião de avaliação, na qual a equipe discutiu os aspectos positivos do evento e os pontos a serem aprimorados.

O JOCUPAP proporcionou um momento de profunda reflexão e emoção, especialmente ao ouvir os relatos significativos dos alunos, que compartilharam suas experiências e aprendizados ao longo do evento. Durante todo o processo, a autora deste artigo registrou cuidadosamente cada etapa, desde as visitas aos sítios arqueológicos até os encontros com as comunidades locais, documentando não apenas os aspectos tangíveis do patrimônio cultural, mas também as interações humanas, narrativas e conhecimentos compartilhados. Ao revisar essas gravações, sentiu-se desafiada a refletir criticamente sobre a própria atuação, reconhecendo erros e identificando possibilidades de aprimoramento, o que lhe permitiu desenvolver uma postura mais sensível, ética e atenta como futuro arqueólogo.

Essa experiência marcou de forma permanente a formação desta autora, reforçando o compromisso com a preservação do patrimônio cultural e o respeito às comunidades envolvidas. A interação com moradores locais, como o senhor Francisco de Assis, Francisco Davi e o senhor Raimundo, foi especialmente transformadora, ampliando a compreensão das dinâmicas socioculturais e do valor intrínseco das histórias e saberes que integram a identidade coletiva. Essa vivência não apenas solidificou os conhecimentos técnicos e teóricos, mas também despertou uma consciência crítica e uma gratidão profunda pela oportunidade de contribuir para a valorização do patrimônio cultural.

6.4 I ENCONTRO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL (ALTOS – PIAUÍ, 2023)

O projeto do GEPAR em Altos-PI incluiu uma série de atividades voltadas à valorização do patrimônio cultural e à interação com a comunidade local. No dia 27 de novembro de 2023, as ações iniciaram com uma oficina de exploração arqueológica direcionada a alunos do 8º e 9º ano do ensino fundamental da Escola Cívico-Militar Antônio Inácio de Oliveira. A atividade foi mediada por Kamila Feitoza, Lívia Ribeiro e Kai Moraes, com o apoio da monitora Bianca Silva Probo Teixeira. Na parte da tarde, foi realizado um minicurso sobre arte rupestre, arqueologia e educação patrimonial, ministrado pela professora e coordenadora do GEPAR,

Elaine Ignácio, com a participação de professores e membros da comunidade em geral. O evento encerrou-se com uma roda de conversa que enfatizou o patrimônio cultural de Altos, reunindo professores e a comunidade para um diálogo sobre preservação e valorização cultural.

A região de Altos-PI caracteriza-se por sua rica diversidade cultural, abrangendo tanto a área urbana quanto os povoados ao seu redor. O cotidiano dos moradores reflete práticas culturais tradicionais, como a celebração de São Gonçalo e a produção em casas de farinha, que evidenciam saberes e técnicas passados entre gerações e reforçam as relações sociais locais. Apesar dessa riqueza cultural, muitas construções históricas da cidade têm sido destruídas devido à ausência de políticas públicas efetivas e ao desinteresse em preservar o patrimônio local.

Em resposta a essa realidade, alunas do GEPAR, Cássia Aparecida de Moraes Barboza, Kamila Carvalho Feitoza e Lívia Regina Ribeiro Gomes, implementaram ações de Educação Patrimonial em Altos-PI, com foco na interação e envolvimento da comunidade. O projeto incluiu atividades como prospecção arqueológica e escavação simulada, realizadas em ambiente escolar, especificamente na Escola Cívico-Militar Antônio Inácio de Oliveira. As atividades foram elaboradas de forma lúdica e educativa, visando proporcionar aos participantes uma compreensão prática e simulada dos métodos arqueológicos. Além disso, o projeto contou com minicursos e rodas de conversa, organizados por uma comissão que elaborou um cronograma diversificado para atender a diferentes públicos, fortalecendo o vínculo entre o patrimônio cultural e a comunidade.

Os preparativos para o I Encontro de Educação Patrimonial em Altos-PI iniciaram-se semanas antes do evento. No dia 25 de novembro de 2023, a equipe do GEPAR começou a montar as quadrículas para a oficina de escavação arqueológica, com o apoio do professor Paulo Rogério de Assunção Brito Júnior e do vigia da escola, José Flávio Pereira da Silva. No dia 27 de novembro, o evento teve início às 8h20min, com a organização do espaço e a recepção dos alunos do 9º ano no refeitório da escola. A abertura oficial contou com discursos da diretora Antônia Maria dos Anjos Borges e da professora Elaine Ignácio, que abordaram temas relacionados à arqueologia e suas vertentes.

Na sequência, os alunos foram divididos em três grupos de 18 participantes, supervisionados por monitores do GEPAR. Durante a oficina de escavação simulada, os alunos removeram camadas de areia nas quadrículas previamente preparadas, encontrando fragmentos de cerâmica e artefatos líticos posicionados para a atividade (Figuras 71 a 76). Os monitores explicaram o método sistemático empregado na arqueologia, incentivando a curiosidade e o aprendizado prático.

Figura 76 – I Oficina de escavação arqueológica com alunos da Escola Cívico-Militar Antônio Inácio de Oliveira em Altos - PI.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 77 – Monitores da oficina explicando o processo de escavação para os alunos da escola.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 78 – Oficina de escavação arqueológica.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 79 – Aluna Cássia aparecida explicando o processo de escavação.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 80 – Alunos trabalhando a prática arqueológica.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 81 – Alunos trabalhando a prática arqueológica.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Após a oficina, a Secretária de Educação, Sônia Maria Lira dos Santos, e a Coordenadora de Ensino e Apoio Pedagógico, Sheila Maria de Abreu Simeão Cavalcante, discursaram sobre a relevância do evento, seguidas por falas de um aluno do 9º ano e uma estudante de arqueologia, que compartilharam suas experiências.

A programação da manhã incluiu a atividade “Caça ao Tesouro Arqueológico”, qual os alunos percorreram os corredores da escola em busca de objetos que foram posteriormente analisados no refeitório. Além de coletar itens como pedras, fragmentos de cerâmica e objetos cotidianos, os participantes exploraram conceitos de patrimônio cultural e interagiram com materiais arqueológicos originais (Figuras 82 a 87). Para o encerramento das oficinas houve o batismo dos alunos como arqueólogos mirins junto com a entrega dos certificados (Figuras 81 e 82).

Figura 82 – Oficina de Caça ao Tesouro Arqueológico realizada nos corredores da escola



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 83 – Monitores da Oficina.



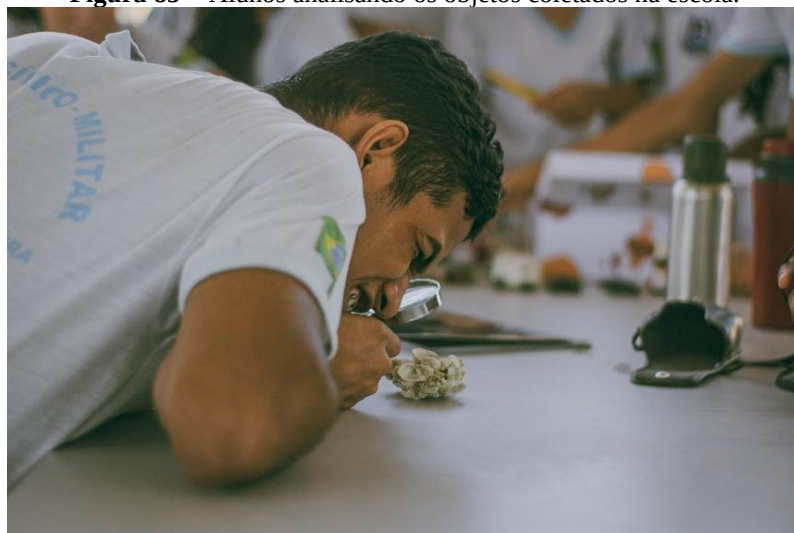
Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 84 – Alunos analisando os objetos coletados na escola.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 85 – Alunos analisando os objetos coletados na escola.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 86 – Batismo dos alunos e entrega dos certificados.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

Figura 87 – Batismo dos alunos e entrega dos certificados.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

À tarde, a professora Elaine Ignácio ministrou uma oficina de arqueologia, arte rupestre e educação patrimonial, envolvendo professores da escola e da comunidade. Durante a palestra, foram discutidas as múltiplas possibilidades de trabalhar o patrimônio cultural em sala de aula, com foco no patrimônio regional e na integração entre disciplinas escolares. A professora apresentou ainda sua metodologia aplicada à arqueologia e à educação patrimonial, enfatizando a importância da preservação do patrimônio como um recurso para fortalecer a identidade cultural e a memória coletiva.

O evento, portanto, promoveu uma interação significativa entre a escola, a comunidade e o GEPAR, contribuindo para a valorização e preservação do patrimônio cultural local por meio de uma abordagem educativa e participativa.

Abaixo serão transcritos dois relatos de participantes do evento.

“Primeiramente gostaria de parabenizar os idealizadores do evento, por pensar em uma temática tão enriquecedora tanto para os alunos quanto para os professores. Falar sobre o patrimônio de Altos, é manter vivo, a importância de se conhecer, preservar, estudar e divulgar o seu local. Agradecer a professora Elaine, por partilhar seus estudos e conhecimentos arqueológicos e principalmente nos colocar a questionar sobre a importância e relevância dos nossos patrimônios locais. Eventos como este tem importância significativa, pois amplia o nosso olhar e o significado sobre o local tornando-o global (Morgana Trindade Rodrigues Melo).”

“O I Encontro de Educação Patrimonial de Altos – Piauí possibilitou aos professores uma experiência valiosa acerca daquilo que de fato precisa ser reconhecido e preservado. A educação patrimonial proporciona através de diversas práticas a aproximação do indivíduo que passa a ver com um novo olhar o mundo ao seu redor compreendendo o espaço sociocultural e a trajetória histórico-temporal onde se insere. Elaine Ignácio trouxe de uma maneira bastante didática e divertida contribuições que propiciaram a segurança em afirmar o que de fato é patrimônio para cada ser pensante que ali estava. A educação patrimonial deveria ser inserida em todas as escolas, visto a importância e as diversas possibilidades de se trabalhar, promovendo assim

vivências significativas aos estudantes e trabalhando a interdisciplinaridade (Natiele da Cruz).”

6.5 JOCUPA – JORNADA CULTURA E PATRIMÔNIO (PEDRO II – PIAUÍ, 2024)

Entre os dias 18 e 21 de janeiro de 2024, ocorreu o desenvolvimento do JOCUPA Pedro II – Piauí, que teve como propósito fomentar conversas e trocas de ideias sobre as diversas conexões entre o patrimônio e a cultura, envolvendo alunos, professores, pesquisadores, detentores culturais, mestres locais e as comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas da área. O território de Pedro II, localizado no estado do Piauí, configura-se como um espaço caracterizado por uma significativa diversidade cultural e étnica, composto por comunidades que interagem de maneira bi interativa com o meio ambiente. Essas comunidades desenvolvem práticas e saberes tradicionais, demonstrando resiliência e capacidade de adaptação ao longo do tempo. A cidade é marcada por uma pluralidade de espaços e relações sociais, refletindo a riqueza cultural e histórica da região.

Nesse cenário, o Grupo de Educação Patrimonial e Arqueologia (GEPAR), em conjunto com o Programa de Extensão da Universidade Federal do Piauí (PREXC-UFPI) e o Instituto Federal do Piauí (IFPI), desenvolveu ações no município de Pedro II voltadas para a promoção do debate sobre a necessidade de criação e implementação de instrumentos de proteção ao patrimônio cultural, conforme previsto na legislação brasileira. Essas ações incluíram atividades como educação patrimonial, elaboração de itinerários de visitação e desenvolvimento de rotas turísticas, todas voltadas à valorização e preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental local.

No dia 18 de janeiro de 2024, às 14h, deu-se início às atividades da Jornada de Cultura e Patrimônio (JOCUPA) na cidade de Pedro II, Piauí. A cerimônia ocorreu no Memorial Tertuliano Filho, uma construção de relevância histórica que demandou uma década para ser finalizada, sendo realizada com o apoio da família Brandão. A ocasião contou com a presença do Sr. Toinho e outros membros da comunidade Salobro, além de representantes da prefeitura e do Secretário de Turismo do município. Essas presenças destacaram a importância da colaboração entre comunidade, instituições acadêmicas e poder público para a valorização do patrimônio cultural local.

Francisco Rogério Ferreira discursou sobre a importância do artesanato local e expressou preocupação com a preservação e transmissão desse conhecimento às gerações futuras. Em sequência, a professora Elaine Ignácio destacou a relevância das legislações relacionadas à educação patrimonial e incentivou os alunos a se engajarem em sua aplicação

prática. Ressaltou, ainda, a necessidade de integração entre os estudantes e a comunidade, abordando a arqueologia não apenas como um estudo técnico, mas como uma forma de compreender os indivíduos do passado em suas humanidades e contextos.

Na manhã do dia 19 de janeiro de 2024, às 6h45min, os alunos do GEPAR deslocaram-se para o Memorial Tertuliano Filho para realizar atividades práticas relacionadas à exploração arqueológica e educação patrimonial, com a participação de 17 alunos da Escola Municipal de Tempo Integral Santa Ângela, acompanhados por uma professora.

Os alunos da extensão organizaram-se em grupos de três ou quatro integrantes para conduzir uma oficina de exploração arqueológica com pré-adolescentes e adolescentes. Inicialmente, a atividade foi introduzida por uma palestra sobre arqueologia, abordando suas funções, objetivos e métodos de prospecção. A professora Elaine Ignácio, acompanhada pelos monitores do curso, detalhou o processo arqueológico, explicando sua relevância para a compreensão do passado.

Durante a oficina, os estudantes da escola local coletaram materiais nas ruas da cidade, depositando-os em uma caixa previamente preparada pelo GEPAR para análise e discussão posterior (Figuras 88 a 89). Ao retornarem ao memorial, os participantes reuniram-se em mesas organizadas com artefatos arqueológicos, como líticos e cerâmicos, onde receberam explicações detalhadas dos monitores sobre os métodos de confecção, o significado cultural e a importância desses materiais para os estudos arqueológicos.

Figura 88 – Oficina de prospecção com os alunos da Escola Municipal de Tempo Integral Santa Ângela em Pedro II - PI.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2024).

Figura 89 – Alunos nas ruas de Pedro II procurando material.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2024).

Na etapa final da atividade, os alunos compartilharam os objetos coletados, discutindo seus significados e a relevância do patrimônio cultural. A interação gerou curiosidade e engajamento, com os participantes levantando questões e contribuindo com comentários pertinentes (Figura 90). A dinâmica reforçou a importância da educação patrimonial como ferramenta de sensibilizar e valorização cultural, promovendo um ambiente de aprendizado ativo e colaborativo.

Figura 90 – Exposição de artefatos e discussão.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2024).

Após, foi realizada uma oficina de arte rupestre envolvendo alunos das disciplinas de Arqueologia e Turismo e Arqueologia Pública. A oficina iniciou-se com breves discursos da professora Elaine Ignácio e dos monitores, que apresentaram os objetivos da atividade e as técnicas a serem utilizadas. Em seguida, os murais previamente preparados e os materiais necessários para a confecção de pigmentos foram disponibilizados aos participantes. Utilizando recipientes improvisados, como cunhas de coco e copos descartáveis, os participantes criaram uma variedade de pigmentos e cores para a produção de desenhos. As obras resultantes foram realizadas de forma livre em cartolinas grandes e posteriormente expostas nas paredes do auditório do Memorial Tertuliano Filho (Figuras 91 a 94).

Figura 91 – Processo de maceração do ocre.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2024).

Figura 92 – Alunos da escola fazendo pintura a dedo dos cartazes disponibilizados durante a oficina de pintura rupestre.



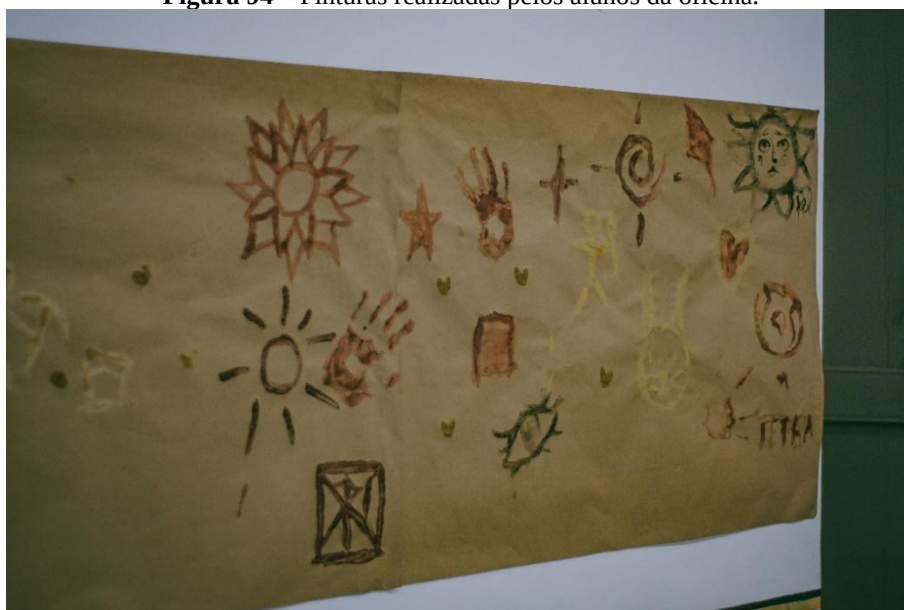
Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2024).

Figura 93 – Alunos aprendendo o processo de produção das tintas.



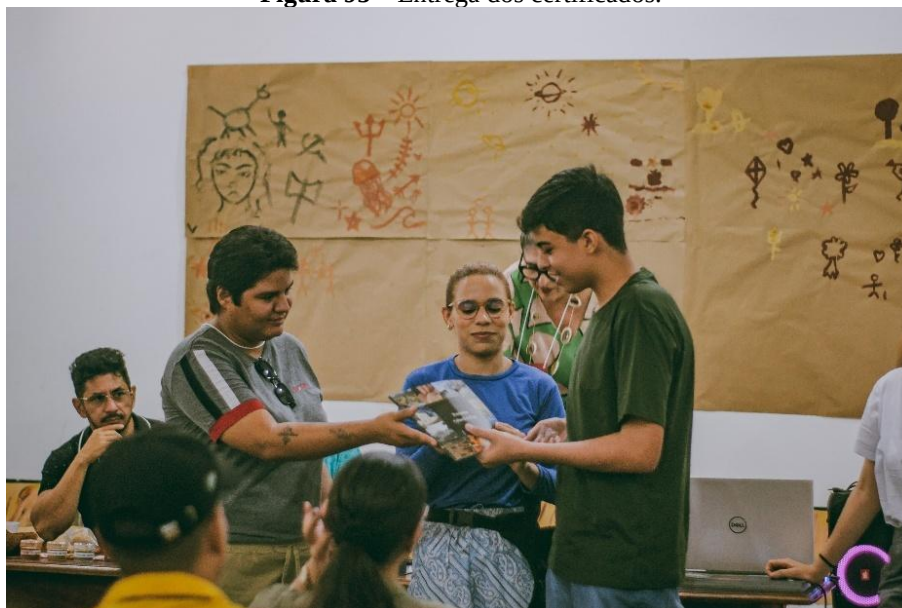
Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2024).

Figura 94 – Pinturas realizadas pelos alunos da oficina.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2024).

Ao final da oficina, foi realizada uma cerimônia de encerramento que incluiu a entrega de certificados e o simbólico "batismo" dos participantes, intitulados "Arqueólogos Mirins". Por fim, foram entregues presentes especiais, como pontas de flechas lascadas atuais e livros sobre o patrimônio cultural do Piauí, para os alunos que demonstraram maior destaque durante as atividades (Figura 95).

Figura 95 – Entrega dos certificados.

Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2024).

No período da tarde, foi realizada uma oficina de arte rupestre e educação patrimonial, conduzida pela professora Elaine Ignácio. Durante a palestra, foram abordados temas relacionados ao patrimônio cultural, com ênfase no patrimônio regional. A professora incentivou os alunos e guias a compartilharem suas referências patrimoniais e exemplos de patrimônios locais, promovendo uma reflexão sobre a relevância cultural e histórica desses elementos.

No dia seguinte (20/01), visitou-se a comunidade Salobro, um assentamento criado por moradores sem habitação, tem seu nome derivado das águas salobras extraídas de cacimbas (Figura 96). Durante a visita, a professora Elaine Ignácio aproveitou para abordar, com os alunos, aspectos sobre o uso de materiais locais, como o barro, que proporciona conforto térmico às casas. Outros pontos de interesse observados na comunidade incluíram poços tubulares, casas de farinha e igrejas.

O mirante Pedra da Mesa, localizado a mais de 600 metros de altitude, oferece uma vista única da região (Figuras 97 a 99). Seu nome foi escolhido pela comunidade devido à semelhança de uma pedra avistada do local com uma mesa. Toninho, o guia da comunidade, compartilhou sobre a importância do mirante para todos, expressando: "Isso aqui é o nosso paraíso, é onde vivemos diariamente, passamos por aqui, olhamos, cuidamos, trabalhamos e vigiamos...". Durante a trilha, a equipe registrou rastros de fauna local, como preás, raposas e guaribas. Ao chegar ao primeiro sítio, batizado como "Família Calixto", os participantes realizaram levantamentos fotográficos, mediram os paredões e registraram as coordenadas via GPS. Posteriormente, esses dados foram enviados ao CNSA para formalizar o cadastro no

IPHAN. O segundo sítio, nomeado “Furna”, apresentou características similares, incluindo gravuras e pilões esculpidos em rochas.

Figura 96 – Visita a comunidade Salobro.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2024).

Figura 97 – Visita ao Mirante Pedra da Mesa.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2024).

Figura 98 – Mirante Pedra da mesa.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2024).

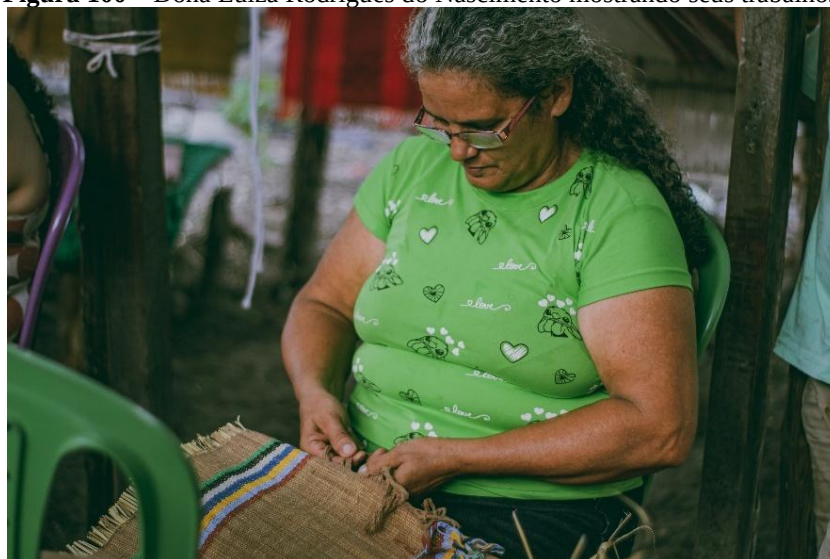
Figura 99 – Mirante Pedra da Mesa.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2024).

Após a visita aos sítios, o grupo foi recebido no assentamento Salobro. Em seguida, houve uma roda de conversa com os moradores, enriquecida por uma aula de tecelagem ministrada por Dona Luiza Rodrigues do Nascimento. Dona Luiza compartilhou sua técnica de criar tapetes inspirados nas figuras rupestres locais através do seu conhecimento sobre a arte do tear, demonstrando como produz suas peças e revelando um fato interessante: a forma como visitava os sítios, transferia as pinturas para o papel através de desenhos e os utilizava para criar tapetes com símbolos das pinturas (Figuras 100 a 103). Um dos desenhos mais marcantes foi um antropomorfo, a qual ela se referia como “molequinho”. A interação reforçou o vínculo entre a comunidade e o patrimônio arqueológico, evidenciando a importância de integrar o saber popular à valorização cultural.

Figura 100 – Dona Luiza Rodrigues do Nascimento mostrando seus trabalhos.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2024).

Figura 101 – Tapetes baseados em pinturas rupestre dos sítios do assentamento.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2024).

Figura 102 – Desenho que dona Luiza fez ao observar as pinturas e se inspirar para tecer nos tapetes.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2024).

Figura 103 – Professora Elaine Ignácio e Dona Luiza



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2024).

Durante a noite, foi realizada uma visita ao centro histórico de Pedro II. A atividade teve início com a exploração de uma antiga rádio, instalada em um dos casarões históricos da região que sofreu adaptações em sua arquitetura original. Em seguida, o grupo foi recebido por Dodora, herdeira de uma tradicional mansão local, que compartilhou histórias sobre sua família e a importância emocional do imóvel, que ela preserva em memória de seus pais.

Posteriormente, o professor Afonso percorreu sobre os casarões ao redor da praça da igreja, destacando as mudanças arquitetônicas em algumas edificações e a preservação de outras. A professora Elaine complementou, abordando os diferentes estilos arquitetônicos, como colonial, platibanda e arcos plenos, ressaltando o valor histórico e cultural dessas construções.

O professor Afonso também trouxe à tona eventos históricos marcantes, incluindo um bombardeio ocorrido em 1991 no Solar da Estrela Marrom. Para finalizar, o grupo participou de uma roda de conversa em um casarão transformado em café, proporcionando um momento de reflexão e valorização do patrimônio histórico de Pedro II.

No dia 21 de janeiro, a manhã foi dedicada à exploração do Morro do Gritador, um dos pontos mais altos do Piauí, com 729 metros de altitude. Durante uma roda de conversa, o guia Rogério contextualizou a origem do nome, relacionado aos antigos métodos de comunicação por gritos entre povoados. A paisagem do morro é caracterizada pela transição entre os biomas Cerrado e Caatinga, com vegetação adaptada e um sistema de canalização de água que sustenta as comunidades locais.

Em seguida, o grupo visitou o garimpo de opala, sendo recebido pelo garimpeiro Nivaldo de Carvalho dos Santos, conhecido como “Neguim da Roça” (Figuras 104 e 105).

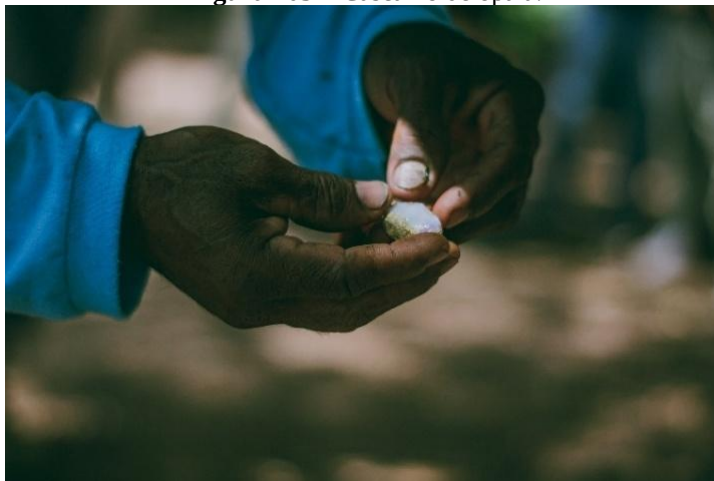
Durante a atividade, o guia Rogério explicou a história da descoberta da opala na região, iniciada na década de 1940, e sua evolução como uma importante fonte de renda local. Por volta das 13h45, o grupo retornou ao Instituto Federal do Piauí (IFPI) e, posteriormente, à cidade de Teresina.

Figura 104 – Nivaldo de Carvalho dos Santos “Neguim da Roça”



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2024).

Figura 105 – Cascalho de opala.



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2024).

Durante as atividades realizadas, foi possível aprofundar a compreensão sobre a riqueza cultural, histórica e natural da região de Pedro II, no Piauí. As experiências destacaram o expressivo potencial turístico e cultural do município, ainda que desafios relacionados à conservação do patrimônio e à melhoria da infraestrutura local permaneçam evidentes. Apesar dessas limitações, a singularidade histórica, a diversidade ambiental e a hospitalidade da população reforçam a importância de iniciativas voltadas para a valorização e preservação desse patrimônio.

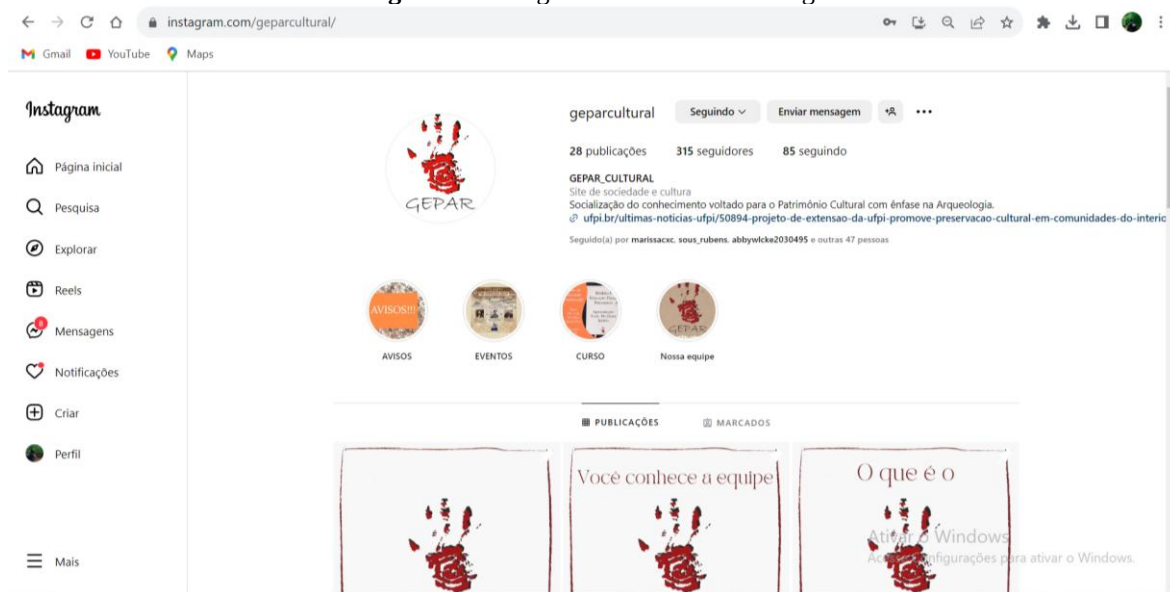
6.6 PUBLICAÇÕES

Ao longo dos anos, todas as atividades desenvolvidas pelo GEPAR foram cuidadosamente registradas e compartilhadas através das plataformas de mídia social, desempenhando um papel fundamental na divulgação. Essa divulgação englobou uma variedade de formatos, desde postagens no feed do Instagram e Facebook até histórias temporárias, além de serem apresentadas no site oficial do GEPAR, “Unidos pelo Patrimônio”, e no site da Universidade Federal do Piauí (UFPI) (Figuras 106 a 120).

Em relação a publicações de cunho acadêmico, em 2023 houve a elaboração de cinco resumos simples, os quais foram submetidos ao XXII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB): Arqueologias plurais – políticas patrimoniais e desafios contemporâneos, evento que foi realizado no período de 13 a 17 de novembro, na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina (Anexos G a K). Os textos foram apresentados através de posters, dois deles intitulados “O uso da internet como ferramenta da construção do pensamento crítico para a preservação do patrimônio cultural durante a pandemia do COVID-19” que expôs o curso de educação patrimonial realizado pelo GEPAR de forma remota em 2019 e “Construindo conexões culturais: o papel do GEPAR na socialização do conhecimento arqueológico através dos agentes culturais” que apresentou o GEPAR como um todo. Além disso, a equipe se dedicou à elaboração de um resumo expandido, que detalhou a metodologia utilizada pelo GEPAR e os resultados obtidos por meio das jornadas culturais e da utilização do livro “Insígnia Rupestre: uma estória que conta histórias”, de autoria da coordenadora do projeto Elaine Ignácio. Este resumo foi submetido ao XIII Seminário de Extensão (SEMEX) que ocorreu em 22 de novembro de 2023, e foi apresentado pela aluna Cássia Aparecida de Moraes Barboza

O uso da internet se revelou uma ferramenta indispensável para a educação patrimonial, pois permitiu que as realizações e conquistas do grupo alcançassem um público amplo e diversificado. Através das plataformas online, o GEPAR conseguiu não apenas compartilhar seus esforços, mas também sensibilizar e engajar a comunidade virtual, estabelecendo uma ponte entre o trabalho realizado no campo da arqueologia e o interesse do público em geral. Dessa forma, a internet não apenas serviu como uma plataforma de divulgação, mas também como uma ferramenta educacional poderosa para promover a conscientização sobre o patrimônio cultural.

Figura 106 –Página do GEPAR no Instagram.



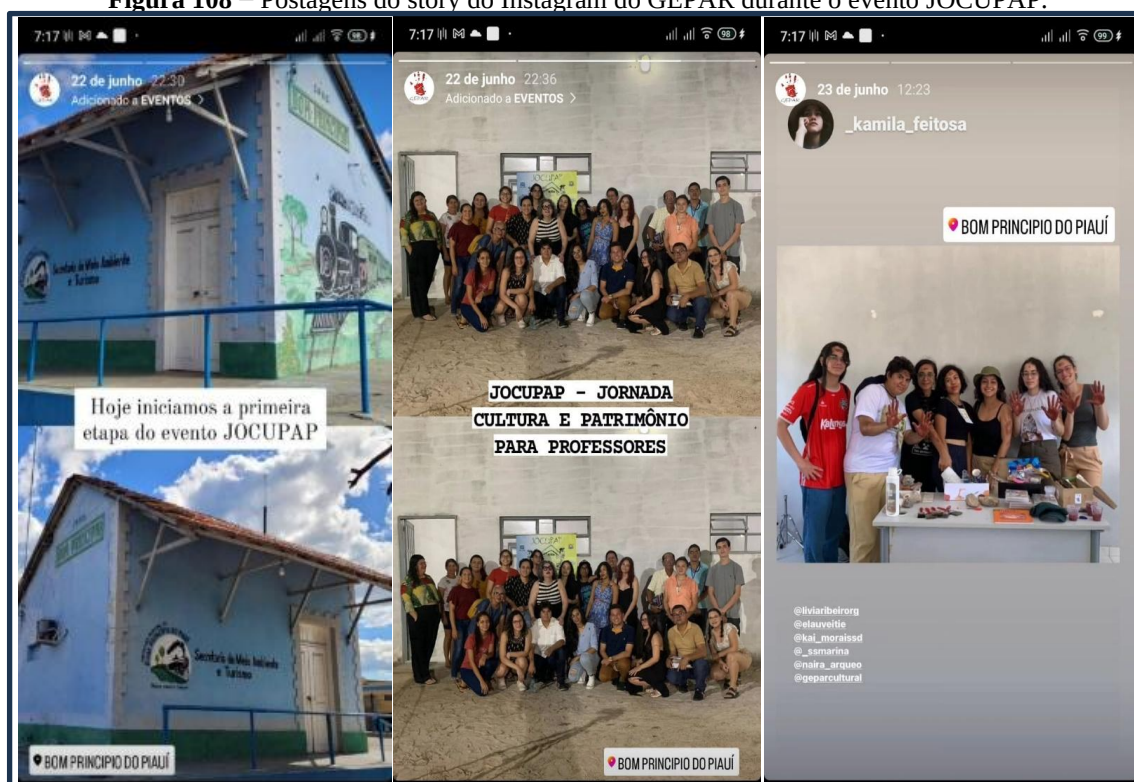
Fonte: Instagram (GEPAR, 2023).

Figura 107 – Publicações no Feed sobre o evento JOCUPAP; Divulgação de novas vagas no grupo; Apresentação do GEPAR e dos membros da extensão.



Fonte: Instagram (GEPAR, 2023)

Figura 108 – Postagens do story do Instagram do GEPAR durante o evento JOCUPAP.



Fonte: Instagram (GEPAR, 2023)

Figura 109 – Divulgação das inscrições do JOCUPAP no site Unidos pelo patrimônio

JOCUPAP

Estão abertas as inscrições para a segunda edição da JOCUPAP

08/06/2023 O evento promovido pelo GEPAR da UFPI, com foco na capacitação de professores e agentes culturais

Jornada Cultura e Patrimônio para Professores

Bom Princípio do Piauí / Parnaíba 2023
22 à 25 de junho

Bom Princípio do Piauí e Parnaíba se preparam para sediar, entre os dias 22 e 25 de junho de 2023, a segunda edição da Jornada Cultura e Patrimônio para Professores (JOCUPAP). Organizada pelo Grupo de Educação Patrimonial e Arqueologia (GEPAR), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), sob a coordenação da Professora Elaine Ignácio e com

que contemplam bens tombados, registrados e significativos com o envolvimento do público-alvo nas ações educativas desenvolvidas pelo/no projeto.

- Documentário "Um pedaço do meu quarteirão" -
- Atividade de campo do GEPAR pelo rio Pirangi -
- Mauro Rodrigues concede entrevista sobre sítio arqueológico

Fonte: <https://unidospelopatrimoniocultural.com/> (GEPAR, 2023).

Figura 110 – Matéria relatando a abertura do JOCUPAP no site Unidos pelo patrimônio

Fonte: <https://unidospelopatrimoniocultural.com/> (GEPAR 2023)

Figura 111 – Matéria relatando a visita ao povoado Brejinho durante o JOCUPAP no site Unidos pelo patrimônio

Fonte: <https://unidospelopatrimoniocultural.com/> (GEPAR, 2023).

Figura 112 – Matéria relatando a visita ao Sítio arqueológico Três Marias durante o JOCUPAP no site Unidos pelo patrimônio.



Fonte: <https://unidospelopatrimoniocultural.com/> (GEPAR, 2023).

Figura 113 – Publicação no site da UFPI relatando a visita a um sítio de gravura em Buriti dos Lopes durante o JOCUPAP.



Fonte: <https://ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/52648-GEPAR-ufpi-visita-sitio-de-gravuras-rupestres-em-buriti-dos-lopes-pi> (GEPAR, 2023).

Figura 114 – Matéria sobre o encerramento do JOCUPA realizado em junho de 2023.



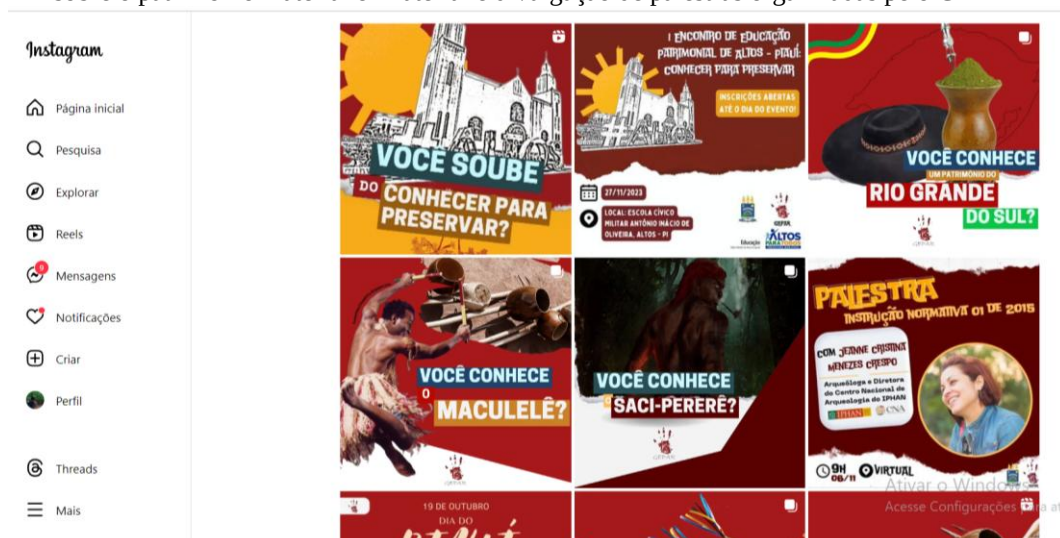
Fonte: <https://unidospelopatrimoniocultural.com/> (GEPAR, 2023).

Figura 115 – Página do GEPAR no Instagram.



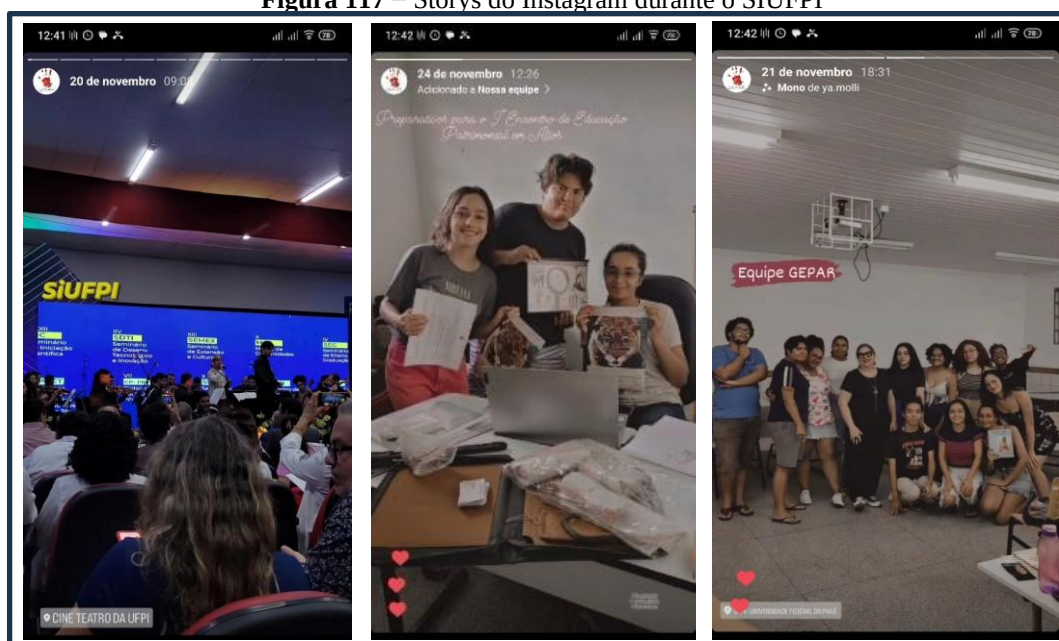
Fonte: Instagram (GEPAR, 2023).

Figura 116 – Publicações no Feed sobre o I encontro de educação patrimonial em Altos-PI, posts informativos sobre o patrimônio material e imaterial e divulgação de palestras organizadas pelo GEPAR



Fonte: Instagram (GEPAR, 2023).

Figura 117 – Storys do Instagram durante o SIUFPI



Fonte: GEPAR, 2023.

Figura 118 – Matéria sobre o I encontro de educação patrimonial em Altos-PI.


HOME QUEM SOMOS PROJETOS EPA/GEPAR GEPAR/UFPI ARTIGOS CONTATO

ALTOS, EPA/GEPAR

I Encontro de Educação Patrimonial em Altos-PI: Uma Jornada Arqueológica na Escola Cívico Militar Antônio Inácio de Oliveira

30/11/2023

No último dia 27 de novembro, a equipe GEPAR (Grupo de Estudos em Patrimônio Arqueológico) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) realizou com sucesso o "I Encontro de Educação Patrimonial de Altos-PI". Sob a coordenação da Professora Elaine Ignácio e com o apoio da PREXC, o evento teve como palco a Escola Cívico Militar Antônio Inácio de Oliveira e contou com a organização dedicada dos alunos do GEPAR: Kai Moraes, Kamila Feitoza e Lívia Ribeiro.

As preparações para o evento começaram no sábado, quando uma equipe do GEPAR composta pelas discentes Hudna Sousa, Téo Santana e Marina Sousa se deslocou até a escola juntamente com os organizadores e foram recepcionados pelo professor Paulo Rogério para montar as estruturas necessárias e garantir que tudo estivesse pronto para o grande dia, na segunda-feira (27/11). A programação do encontro foi dividida em dois momentos. Pela manhã, as atividades foram direcionadas aos alunos, enquanto à tarde, um minicurso foi oferecido aos professores.

Sobre o Projeto: O objetivo do Projeto GEPAR é a socialização do conhecimento voltado para o patrimônio cultural, tendo como base uma amostra das comunidades dos municípios que contemplam bens tombados, registrados e significativos com o envolvimento do público-alvo nas ações educativas desenvolvidas pelo/no projeto.

- Documentário "Um pedaço do meu quartirão" -

- Atividade de campo do GEPAR pelo rio Pirangi -

Fonte: <https://unidospelopatrimoniocultural.com/> (GEPAR, 2023).

Figura 119 – Publicação no site da UFPI relatando o I encontro de educação patrimonial em Altos-PI.


Última atualização em Segunda, 11 de Dezembro de 2023, 16h27

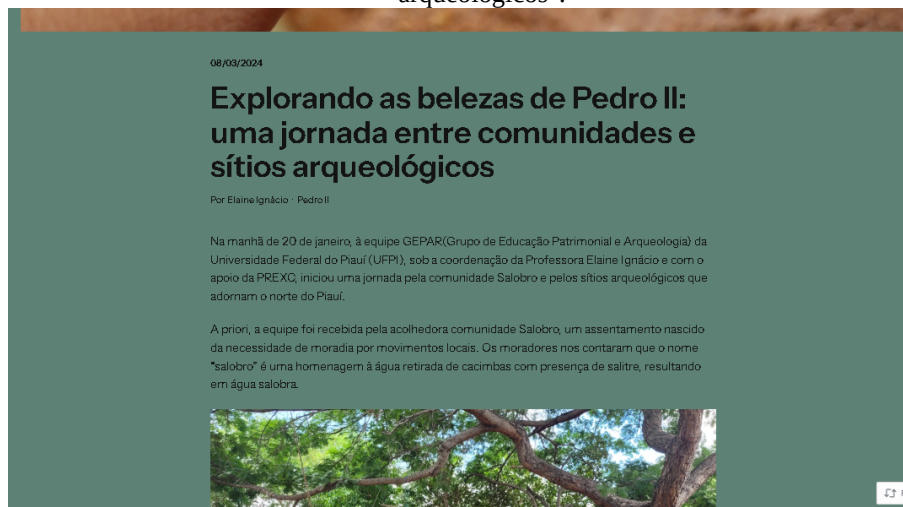
GEPAR/UFPI realiza I Encontro de Educação Patrimonial de Altos-PI

Foto: Kamila Feitoza, GEPAR, 2023

No dia 27 de novembro, a equipe do Grupo de Estudos em Patrimônio Arqueológico da Universidade Federal do Piauí

Fonte: <https://www.ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/54404-GEPAR-ufpi-realiza-i-encontro-de-educacao-patrimonial-de-altos-pi> (GEPAR, 2023).

Figura 120 – Publicação "Explorando as belezas de Pedro II: uma jornada entre comunidades e sítios arqueológicos".



Fonte: <https://unidospelopatrimoniocultural.com/2024/03/08/explorando-as-belezas-de-pedro-ii-uma-jornada-entre-comunidades-e-sitios-arqueologicos/>. (GEPAR, 2024).

6.7 DEPOIMENTOS DOS ALUNOS DA EXTENSÃO

Os depoimentos dos participantes do Grupo de Educação Patrimonial e Arqueologia (GEPAR) oferecem uma visão rica e detalhada sobre o impacto transformador das atividades realizadas pelo grupo. Essas narrativas revelam como as experiências vividas — desde jornadas culturais até oficinas e visitas a sítios arqueológicos — influenciaram de maneira profunda tanto o desenvolvimento acadêmico e profissional quanto o amadurecimento pessoal dos membros. Os relatos destacam a integração entre teoria e prática, o fortalecimento de vínculos com as comunidades atendidas e a troca de saberes que transcendem o ambiente acadêmico, promovendo uma educação patrimonial inclusiva e engajada. Por meio dessas vivências, é possível compreender a relevância do GEPAR como uma iniciativa que não apenas forma profissionais mais conscientes, mas também fomenta a valorização do patrimônio cultural e o fortalecimento da cidadania.

Os relatos das vivências no GEPAR evidenciam o impacto transformador das atividades realizadas tanto para os membros do grupo quanto para as comunidades atendidas. Kamila Carvalho Feitoza, membro do GEPAR entre 2020 e 2023, compartilha:

Particpei do Grupo de Educação Patrimonial e Arqueologia - GEPAR de 2020 a 2023. Durante esses 4 anos tive a oportunidade de vivenciar inúmeras experiências como as Jornadas Culturais, os minicursos, as aulas e conversas ministradas pela prof. Elaine, a visita a sítios arqueológicos e comunidades do Piauí. Com essas experiências pude aprender sobre a preparação, cuidado e o grande trabalho que o grupo possui antes de cada evento acontecer. Durante a execução, aprendi sobre os desafios e desvios de rotas que precisamos aprender a lidar e principalmente como o trabalho em equipe é essencial para que as coisas aconteçam. Após cada evento/atividade, aprendi que ainda temos muito que aprender e que nossos esforços para melhorar não são apenas sobre nós (na individualidade), mas também sobre o que queremos e podemos

proporcionar com a arqueologia, principalmente para as pessoas e comunidades com as quais formamos parcerias. O contato com as comunidades e as pessoas, por sua vez, trouxeram sempre os maiores ensinamentos sobre a prática arqueológica e sobre o patrimônio cultural. O trabalho que o GEPAR desenvolve, coloca em evidência pessoas, grupos e comunidades dos municípios do Piauí que foram e ainda são deixadas de lado pelo fazer arqueológico. Além de estar em contato com essas pessoas, o GEPAR as coloca num lugar de parceria, onde existe troca de conhecimentos e onde as vivências dessas pessoas são extremamente importantes para a percepção do rico patrimônio cultural que temos no estado. Todas as experiências vividas com a equipe do GEPAR contribuíram não só para minha formação enquanto arqueóloga, mas também para minha formação enquanto pessoa (Feitoza, 2024).

Bianca Probo, estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí e membro desde 2023, relata:

Desde o começo, a ideia de trabalhar com os produtores do patrimônio que tanto estudamos foi uma experiência mais que enriquecedora, entender a relação das mesmas com a arqueologia, o ambiente no qual vivem é, de fato, uma fonte rica para a investigação arqueológica, além do aprendizado, a possibilidade de socializar o conhecimento entre a academia e comunidade nos possibilita exercitar habilidades essenciais para o trabalho arqueológico, interagindo e trocando o conhecimento que não se tem em sempre em artigos científicos. A fundamentação teórica a qual o grupo é submetido, visando produções bibliográficas acerca da arqueologia pública e suas características, atua como descolonizadora do pensamento arqueológico ocidental, promovendo a reflexão em relação ao papel da comunidade e do arqueólogo dentro do estudo investigativo científico (Probo, 2024).

Blu Messias, Estudante de Jornalismo da Universidade Federal do Piauí, participante em 2023, destaca:

Minha experiência foi muito enriquecedora, proporcionando-me uma nova perspectiva sobre o curso de Arqueologia. Participar do GEPAR me levou a lugares que não esperava conhecer. Visitar sítios arqueológicos no interior e no litoral foi uma oportunidade que me tirou da zona de conforto. Produzir matérias para o GEPAR foi importante para meu desenvolvimento profissional. Tive a chance de dar voz a comunidades, conhecendo um lado vibrante e rico do nosso povo — um povo alegre, que preserva suas riquezas com orgulho. Realizar esse trabalho em equipe, apesar dos desafios, foi gratificante e reforçou o valor da cooperação (Messias, 2024).

Hudna Aléxia Lima Sousa, no 9º período do curso de Arqueologia na Universidade Federal do Piauí e membro desde 2023, descreve:

A minhas vivências no GEPAR têm sido uma autodescoberta sobre mim mesma, sobre a multidisciplinaridade do curso e sobre a minha relação com o mundo (culturalmente e socialmente). As jornadas culturais me ajudaram no desenvolvimento de trabalho em comunidade e junto a eles (colaborativo). A extensão toda como um todo me ajudou a sair da área de conforto, de uma arqueologia antropológica, na qual se lia sobre, mas não tinha a real interação. A GEPAR, na verdade, me ajudou a desconstruir sobre o que é ser um arqueólogo, e quanto mais isso ocorre, mais passo a compreender/entender o outro. É um desenvolvimento pessoal e profissional (Sousa, 2024).

Camila Marissa, estudante do curso de psicologia na Universidade Federal do Delta do Parnaíba-UFDPar, membro desde 2022, quando ainda estava no ensino médio, descreve:

Durante estes anos atuando em conjunto ao grupo grande parte da minha identidade pessoal e profissional foi consolidada e esse processo foi permeado pelos valores e objetivos discutidos no GEPAR. Quando se discute patrimônio, arqueologia e consequentemente cultura, fala-se de algo indissociavelmente social, o GEPAR busca alocar esse social em seu local de importância através das suas produções, mas principalmente através de suas trocas. Com isso, muito do que se têm colocado em pauta é essa coletividade e como ela forma e transforma a realidade, de modo a ser parte intrínseca da cultura e do bem-estar dos indivíduos, bem como todos os outros aspectos que fazem o patrimônio de um coletivo, grupo ou sociedade ser algo de extrema importância. É de praxe na convivência deste grupo ouvir "Ubuntu: Sou quem sou, porque somos todos nós" e isso evidencia o potencial da coletividade como via ativa de transformação da realidade, assim como a percepção da relevância do patrimônio cultural de uma coletividade por ela mesma e pelo meio acadêmico possibilita essa movimentação transformadora. E entender todo esse processo modificou de forma permanente e muito pertinente a minha relação com a psicologia, tanto as experiências pessoais dentro deste projeto como a formação teórica-prática de discussões, eventos e ações possibilitaram uma visão psicológica que foge dos ideais biologicistas e se aproxima do coletivo entendendo sua importância. Nesse sentido, enquanto profissional em formação, isso abriu espaço para uma perspectiva mais crítica quanto as intervenções que a psicologia propõe com os indivíduos e os grupos, percebendo como essa coletividade e esse patrimônio cultural inerente a ela reflete a saúde mental e o processo de existência das pessoas, algo que muda completamente como se dão os processos psicológicos experienciados. Assim, compreender todas estas nuances me tornou capaz de elaborar uma prática profissional muito mais sofisticada em sua sensibilidade e eficácia dentro dos conhecimentos construídos até aqui. Mais do que saber sobre as pessoas, aprender com as pessoas se torna o processo mais relevante à medida que nos aprofundamos na vivência deste grupo e isso é algo que me toca profundamente (Marrisa, 2024).

Por fim, Livia Regina Ribeiro Gomes, estudante do curso de Arqueologia na Universidade Federal do Piauí, que integrou o grupo por quase quatro anos, revela:

Durante toda a minha trajetória acadêmica, eu quis me distanciar da educação porque achava que não tinha didática para ensinar. Saí de uma licenciatura e fui para Arqueologia. No meu primeiro semestre, ingressei no Grupo Extensionista de Educação Patrimonial e Arqueologia (GEPAR), onde fiz parte do grupo por quase 4 anos (2020-2024). Participar do GEPAR foi essencial no meu processo de formação; foi onde ampliei meus conhecimentos, tive minhas primeiras experiências práticas no curso, vivenciei com as comunidades externas da academia e foi assim que me descobri como educadora no âmbito da Arqueologia, pois a educação na arqueologia é a chave para a preservação dos patrimônios arqueológicos. Não há como preservar sem conhecer. O GEPAR me fez assumir essa missão; não fujo mais. O GEPAR influenciou tanto no meu processo de formação que meu estágio foi voltado para educação patrimonial, e meu trabalho de conclusão de curso (TCC) também será na mesma linha. A paixão e dedicação que esse grupo transmite em seus trabalhos cativa membros e comunidades, além de transformar trajetórias. O GEPAR me deu um propósito (Gomes, 2023).

Esses relatos refletem como o GEPAR promoveu mudanças significativas tanto na formação acadêmica e profissional quanto no amadurecimento pessoal de seus membros. A atuação do grupo na integração entre academia e comunidades fortalece a valorização do patrimônio cultural e exemplifica o impacto transformador da extensão universitária. Os alunos da extensão mostram como o trabalho realizado pelo grupo de extensão é fundamental para a

formação de seus membros e para o fortalecimento das comunidades atendidas. A integração entre teoria e prática, promovida pelas atividades do grupo, consolidou a educação patrimonial como uma ferramenta poderosa para a valorização e preservação do patrimônio cultural. Dessa forma, o GEPAR se destaca como um exemplo de como a extensão universitária pode transformar não apenas a formação acadêmica, mas também a sociedade como um todo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho permitiu avaliar os impactos das ações realizadas pelo GEPAR nas comunidades visitadas e na formação dos alunos envolvidos, destacando sua relevância para a preservação e valorização do patrimônio cultural no norte do estado do Piauí. As atividades desenvolvidas, como oficinas, visitas guiadas e jornadas culturais, mostraram-se instrumentos eficazes para fomentar o senso de pertencimento e a sensibilização sobre a importância da preservação do patrimônio material e imaterial. As comunidades atendidas puderam ressignificar suas tradições e espaços, reconhecendo-se como protagonistas na proteção e perpetuação de suas memórias culturais.

Para os discentes participantes, o projeto constituiu uma experiência formativa de grande valor, proporcionando uma compreensão ampliada sobre o papel do arqueólogo no contexto da extensão universitária. A interação com as comunidades evidenciou a importância de práticas pautadas no diálogo e na colaboração, valorizando os saberes locais e promovendo ações educativas adaptadas às realidades culturais específicas.

Essas vivências contribuíram para o desenvolvimento de competências fundamentais para a atuação profissional, como a capacidade de articulação interdisciplinar, a sensibilização sociocultural e a mediação entre o conhecimento científico e o saber popular. A experiência de vivenciar a educação patrimonial desempenha um papel fundamental na formação e vida de um arqueólogo. Ao participar ativamente de atividades como as descritas, é possível estabelecer um contato direto com os locais de interesse arqueológico, explorar seus vestígios culturais e entrar em contato com as comunidades locais. Essas vivências proporcionam uma compreensão mais profunda da importância do patrimônio e das práticas culturais associadas a ele, além de permitir uma maior sensibilidade para com as perspectivas das comunidades envolvidas.

O GEPAR demonstrou ser um exemplo concreto de como projetos de extensão universitária podem transformar o conhecimento acadêmico em práticas que beneficiam a sociedade. A integração entre academia e comunidade possibilitou não apenas a disseminação do conhecimento arqueológico, mas também o fortalecimento das identidades culturais locais e regionais. Dessa forma, conclui-se que a educação patrimonial é uma ferramenta indispensável para promover a valorização do patrimônio cultural, ao mesmo tempo em que contribui para a formação de profissionais mais preparados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, L. B; LAMAS, N. C. Educação patrimonial no ensino formal: consciência e participação cidadã. **Educação e Pesquisa, FEUSP - São Paulo**, v. 46, 19 jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046219255>.
- BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista da USP, São Paulo**, n. 44, p. 32-51, dez./fev. 1999/2000.vo0\
- BRAGA, Emanuel Oliveira. Memória, patrimônio e cidadania. **IPHAN/PB. Educação Patrimonial: orientações ao professor**. João Pessoa: Superintendência do IPHAN-PB, p. 19-21, 2011.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 216 - Define o patrimônio cultural brasileiro. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009. Regulamenta o processo de licenciamento ambiental no âmbito do patrimônio arqueológico e outros. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2009.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 1937.
- BRASIL. Instrução Normativa IPHAN nº 001, de 25 de março de 2015. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 mar. 2015.
- BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução no 510, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 maio 2016.
- BRASIL. Portaria IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002. Estabelece diretrizes para a realização de pesquisas arqueológicas no Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 dez. 2002.
- CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil [recurso eletrônico]: comunidades, práticas e direito**. Criciúma, SC: UNESC, 2017. 276 p. DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/arq>.
- CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, Campinas, v. 20, ed. 43, p. 98 - 111, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2347>. Acesso em: 29 dez. 2024

CARNEIRO, Carla. **Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. “Arqueologia e patrimônio no século XXI”: as perspectivas abertas pela arqueologia pública. **Encontro de História da Arte**, Campinas, SP, n. 3, p. 133–140, 2007. DOI: 10.20396/eha.3.2007.3667.

CHMYZ, Igor. Monitoramento, uma abordagem complementar ao salvamento arqueológico. **Arqueologia**, v. 8, n. 1, p. 61, 2004.

COSTA, Maria Clara. Arqueologia pública: processos de origem e comunicação. **Mescla: Grupo de Pesquisa “Patrimônio Cultural, Educação e tecnologias digitais” (GPCETD)**, Ouro Preto, v. 1, n. 1, p. 1-11, 04 jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/mescla/article/view/4107>.

DAVIS, Hester A. The Crisis in American Archeology: An increase in site destruction and decreased funding for salvage has created an archeological crisis. **Science**, v. 175, n. 4019, p. 267-272, 1972.

FAGAN, Brian M. Genesis I.1; Org, Teaching archaeology to the great archaeology-loving public. *American Antiquity*, Vol. 42, Nº 1, pp. 119 –125. 1977.

FERNANDES, Tatiana Costa. **Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/D.71.2008.tde-15042008-144626.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação Patrimonial: algumas diretrizes conceituais. **Anais do V Simpósio Capixaba de Memória Institucional**, p. 9, 2015.

GOOGLE INC. (California, U.S.). **Google Earth Pro**: Software de dados geoespaciais. Versão 7.3. California, U.S., 2024. Disponível em: <https://www.google.com.br/earth/>. Acesso em: 21 dez. 2024.

GRUPO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUEOLOGIA. **Quem somos**. Disponível em: <https://unidospelopatrimoniocultural.com/quem-somos/>. Acesso em: 4 nov. 2024.

HORA, Juliana Figueira da; PORTO, Vagner Carvalheiro. Patrimônio cultural, arqueologia pública e educação patrimonial: multivocalidade e interdisciplinaridade. Veredas. *Revista Interdisciplinar de Humanidades*, v. 3, n. 6, p. 141-156, 2020. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/36295754-5a50-44fd-bb95-fce3072c5bf7/PVCP.50-3093822.pdf>

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; FARIAS, Priscila; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília, Iphan, 1999.

ICOMOS, 1990I. Carta De Lausanne, Carta Para A Protecção E Gestão Do Património Arqueológico, 1990. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 15, n. 15, 11.

IGNÁCIO, Elaine. A Arte do Bordado na Casa das Rendeiras de Ilha Grande. **Grupo Educação Patrimonial e Arqueologia**, 2023. Disponível em: <<https://unidospelopatrimoniocultural.com/2023/07/25/a-arte-do-bordado-de-bilro-na-casa-das-rendeiras-de-ilha-grande/>>. Acesso em: 21 de dez. de 2024.

IGNÁCIO, Elaine. Associação Trançado da Ilha: Tradição e Sustentabilidade em Parnaíba. **Grupo Educação Patrimonial e Arqueologia**, 2023. Disponível em: <<https://unidospelopatrimoniocultural.com/2023/07/17/associacao-trancado-da-ilha-tradicao-e-sustentabilidade-em-parnaiba/>>. Acesso em: 21 de dez. de 2024.

IGNÁCIO, Elaine. **GEPAR**: Grupo de Educação Patrimonial e Arqueologia. Projeto de extensão (Arqueologia) [manuscrito não publicado]. UFPI, Teresina, 2021.

IPHAN. Educação patrimonial [recurso eletrônico]: práticas e diálogos interdisciplinares. João Pessoa: IPHAN-PB; **Casa do Patrimônio da Paraíba**, 2017. ISBN 978-85-7334-318-2. Disponível em: www.iphan.gov.br

JAMESON, J. H. Jr. Introduction: What this book is about. IN: JAMESON, J. H. Jr (ed). Presenting Archaeology to the public: digging for truths. **London: Altamira Press**, 1997. p. 11 – 20.

JAMESON, J. H. Jr. Public archaeology in the United States. IN: MERRIMAN, Nick. Public Archaeology. **London: Routledge**, 2004. p. 21 – 58.

MEDEIROS, Mércia Carréra; SURYA, Leandro. A Importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio. **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza**, 2009.

MERRIMAN, N. Public Archaeology. 1st ed. London: **Routledge**, 2004. DOI: 10.4324/9780203646052.

PELEGRINI, S. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas presevacionistas na esfera do patrimônio cultural. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 26. nº 51, p. 115-140. 2006.

PINTO, H. A Educação Patrimonial num Mundo em Mudança. **Revista Educação e Sociedade**, Unicamp Campinas, v. 43, 10 jun. 2022.

RAAB, L. Mark; SCHIFFER, Michael Brian; KLINGER, Timothy C.; GOODYEAR, Albert C. Clients, contracts, and profits: Conflicts in public archaeology. **American Anthropologist**, v. 82, n. 3, p. 539-551, 1980.

SANTOS, Claristella; DE CASTRO, Viviane Maria Cavalcanti; LEITE, Marinete Neves. O patrimônio arqueológico rupestre no agreste pernambucano: a comunidade em foco. **Revista Arqueologia Pública**, v. 6, n. 1 [6], p. 6-16, 2012.

SCHADLA-HALL, T. Editorial: Public Archaeology. **European Journal of Archaeology**, v. 2, n. 2, p. 147-158, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1177/146195719900200201>.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova educação patrimonial. **Revista Teias**, v. 18, n. 48, p. 5-16, 2017.

SILVA, Bruno Sanches Ranzani. **Das ostras, só as pérolas: arqueologia pública e arqueologia subaquática no Brasil**. Dissertação de Mestrado. 2011.

SOUSA, Laize Carvalho. Arqueologia Pública e sua práxis social: uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos e interação social. **Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)**, v. 15, n. 30, p. 80-97, 2018.

SOUZA, Alfredo M. de. História da Arqueologia Brasileira. **Instituto Anchieta de Pesquisas**. Série Antropologia, n. 46. 1991. 11-136.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Projeto de extensão da UFPI promove preservação cultural em comunidades do interior do Piauí**. 2023.

ZANETTINI, Paulo; WICHES, Camila A. de Moraes. Arqueologia preventiva e o ensino de arqueologia no Brasil. **Habitus**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 239-256, jul. 2014.

ANEXOS

ANEXO A – CADASTRO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO “PEQUENO CÍRCULO” NO SICG (SISTEMA INTEGRADO DE CONHECIMENTO E GESTÃO) NA BASE DE REGISTROS DO IPHAN.

18/12/24, 19:54

SICG


SICG
 Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão



SICG

Contexto

Recorte territorial:
Não encontrado.

Recorte temático:
Não encontrado.

Identificação do universo:
Não encontrado.

Localização

UF: Piauí	Município: Piripiri	CEP: Não informado
---------------------	-------------------------------	------------------------------

Coordenada(s) geográfica(s):
-4,285550041072983 -41,83028203321

Endereço:
Área

Dados do bem

Nome: Pequeno Círculo	Nome popular: Não informado
Natureza: Bem Arqueológico	Tipo: Sítio
06/06/2023 - Alteração Manual no SICG	
Recadastramento: Não	
Código IPHAN: PI-2208403-BA-ST-00023	

Mapa


Dados cartográficos ©2024

Foto


Sítio Pequeno Círculo

Síntese do bem

Síntese:
Pequeno Círculo, localizado(a) no estado de Piauí, cidade(s) de Piripiri, é um Bem Arqueológico, do tipo Sítio. É um Sítio Arqueológico de Arte Rupestre com pinturas em tor vegetação presente no Sítio é transição entre Cerrado e Matas de Cocais. Os responsáveis pelo registro do sítio, foi o Grupo GEPAR(Grupo de Educação Patrimonial e Arqueolo Federal do Piauí, os componentes são: Antonio Carlos Cardoso Sousa, Ana Maria Chimendes Mesquita, Cassia Aparecida de Moraes Barbosa, Elaine Ignácio, Estephania Laura de Silva Soares, kamila Carvalho Feitosa, Livia Regina Ribeiro Gomes, Naira Echili mendes da Silva, Nyskaline Nascimento da Fonseca e Marina Sousa Soares.

Síntese histórica:
Não informado

Meios de acesso ao bem:
Estrada de rodovia e carroçável de Piripiri-PI até a comunidade da Zona rural, Barro, prosseguindo com um percurso de trilha partindo da casa do residente da comunidade, An Sousa, até o sítio, contendo aproximadamente dois quilômetros de distancia.

Outras informações:
A localidade que está situado o Sítio Arqueológico também é conhecida como Região da Cacimba Preta.

Proteção Registro de sítio arqueológico - Federal - Existente	Bem faz parte do seguinte grupo: Grupo: Não vinculado a nenhum grupo. Bens pertencentes ao grupo:	Hierarquia do bem Loading ...
---	--	---

Dados sobre gestão do bem

Arrolamento

Multimídia

ANEXO B – CADASTRO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO “O DESESPERO DA SUBIDA” NO SICG (SISTEMA INTEGRADO DE CONHECIMENTO E GESTÃO) NA BASE DE REGISTROS DO IPHAN.

18/12/24, 19:51

SICG



SICG
Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão



SICG

Contexto

Recorte territorial:
Não encontrado.

Recorte temático:
Não encontrado.

Identificação do universo:
Não encontrado.

Localização

UF: Piauí	Município: Piripiri	CEP: Não informado
---------------------	-------------------------------	------------------------------

Coordenada(s) geográfica(s):
-4,285383962713498 -41,83001400730699

Endereço:
Área

Dados do bem

Nome: O Desespero da Subida	Nome popular: Não informado
Natureza: Bem Arqueológico	Tipo: Sítio
Recadastramento: Não	06/06/2023 - Alteração Manual no SICG
Código IPHAN: PI-2208403-BA-ST-00022	06/06/2023 - FISCALIS

Mapa



Foto



Sítio O Desespero da Subida

Síntese do bem

Síntese:
O Desespero da Subida, localizado(a) no estado de Piauí, cidade(s) de Piripiri, é um Bem Arqueológico, do tipo Sítio. É um Sítio Arqueológico de Arte Rupestre, que possui em sua carimbos de mãos, além de apresentar motivos geométricos. A cor predominante das pinturas é em diferentes tonalidades de vermelho. A vegetação presente no Sítio é transi Matas de Cocais. Os responsáveis pelo registro do sítio, foi o Grupo GEPAR(Grupo de Educação Patrimonial e Arqueologia) da Universidade Federal do Piauí, os componentes Cardoso Sousa, Ana Maria Chimendes Mesquita, Cassia Aparecida de Moraes Barbosa, Elaine Ignácio, Estephania Laura de Santana, João Vitor Silva Soares, kamila Carvalho Ribeiro Gomes, Naira Echili mendes da Silva, Nyskaline Nascimento da Fonseca e Marina Sousa Soares.

Síntese histórica:
Não informado

Meios de acesso ao bem:
Estrada de rodovia e carroçável de Piripiri-PI até a comunidade da Zona rural, Barro, prosseguindo com um percurso de trilha partindo da casa do residente da comunidade, An Sousa, até o sítio, contendo aproximadamente dois quilômetros de distancia.

Outras Informações:
A localidade que está situado o Sítio Arqueológico também é conhecida como Região da Cacimba Preta.

Proteção

Registro de sítio arqueológico - Federal - Existente

Bem faz parte do seguinte grupo:

Grupo: Não vinculado a nenhum grupo.

Bens pertencentes ao grupo:

Hierarquia do bem

Loading ...

Dados sobre gestão do bem

Arrolamento

Multimídia

ANEXO C – CADASTRO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO “CÍRCULOS CONCENTRICOS” NO SICG (SISTEMA INTEGRADO DE CONHECIMENTO E GESTÃO) NA BASE DE REGISTROS DO IPHAN.

18/12/24, 19:53

SICG



SICG
Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão



SICG

Contexto

Recorte territorial:
Não encontrado.

Recorte temático:
Não encontrado.

Identificação do universo:
Não encontrado.

Localização

UF: Piauí	Município: Piripiri	CEP: Não informado
---------------------	-------------------------------	------------------------------

Coordenada(s) geográfica(s):
-4,2853999875560085 -41,830102994504

Endereço:
Área

Dados do bem

Nome: Círculos concêntricos Natureza: Bem Arqueológico 06/06/2023 - Alteração Manual no SICG Recadastramento: Não Código IPHAN: PI-2208403-BA-ST-00021	Nome popular: Não informado Tipo: Sítio 06/06/2023 - FISCALIS
---	--

Mapa



Google Dados cartográficos ©2024

Foto



Círculos Concêntricos

Síntese do bem

Síntese:
Círculos concêntricos, localizado(a) no estado de Piauí, cidade(s) de Piripiri, é um Bem Arqueológico, do tipo Sítio. Trata-se de um Sítio de Arte Rupestre, que possui cerca de sete em tonalidade vermelha. Os responsáveis pelo registro do sítio, foi o Grupo GEPAR(Grupo de Educação Patrimonial e Arqueologia) da Universidade Federal do Piauí, os componente: Cardoso Sousa, Ana Maria Chimendes Mesquita, Cassia Aparecida de Moraes Barbosa, Elaine Ignácio, Estephania Laura de Santana, João Vitor Silva Soares, kamila Carvalho Ribeiro Gomes, Naira Echili mendes da Silva, Nyskaline Nascimento da Fonseca e Marina Sousa Soares.

Síntese histórica:
Não informado

Meios de acesso ao bem:
Estrada de rodovia e carroçável de Piripiri-Pi até a comunidade da zona Rural, Barro. Prosseguindo com um percurso de trilha partindo da casa do residente, Antonio Carlos Cardo, contendo aproximadamente 2 quilômetros de distancia.

Outras Informações:
A localidade que está situado o Sítio Arqueológico também é conhecida como Região da Cacimba Preta.

Proteção

Registro de sítio arqueológico - Federal - Existente 🔍

Bem faz parte do seguinte grupo:

Grupo: Não vinculado a nenhum grupo.

Bens pertencentes ao grupo:

Hierarquia do bem

Loading ...

Dados sobre gestão do bem

Arrolamento

Multimídia

ANEXO D – CADASTRO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO “ZIGUE-ZAGUES INVERTIDOS” NO SICG (SISTEMA INTEGRADO DE CONHECIMENTO E GESTÃO) NA BASE DE REGISTROS DO IPHAN.

18/12/24, 19:55

SICG



SICG
Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão



Contexto

Recorte territorial:
Não encontrado.

Recorte temático:
Não encontrado.

Identificação do universo:
Não encontrado.

Localização

UF:
Piauí

Coordenada(s) geográfica(s):
-4,284193960639498 -41,830155982473

Endereço:
Área

Município:
Piripiri

CEP:
Não informado

Dados do bem

Nome:
Zigue-zagues invertidos

Natureza:
Bem Arqueológico

06/06/2023 - Alteração Manual no SICG

Recadastramento: Não

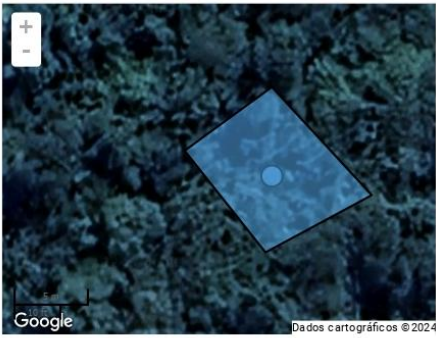
Código IPHAN: PI-2208403-BA-ST-00020

Nome popular:
Não informado

Tipo:
Sítio

06/06/2023 - FISCALIS

Mapa



Dados cartográficos © 2024

Foto



Sítio Zigue-zagues invertidos

Síntese do bem

Síntese:
Zigue-zagues Invertidos, localizado(a) no estado de Piauí, cidade(s) de Piripiri, é um Bem Arqueológico, do tipo Sítio. Trata-se de um Sítio de Arte Rupestre em tonalidade ve motivos geométricos em formatos de zigue-zagues. A vegetação presente no Sítio é transição entre Cerrado e Matas de Cocais. Os responsáveis pelo registro do sítio, foi o Gr Educação Patrimonial e Arqueologia) da Universidade Federal do Piauí, os componentes são: Antonio Carlos Cardoso Sousa, Ana Maria Chimendes Mesquita, Cassia Aparecida Elaine Ignácio, Stephanie Laura de Santana, João Vítor Silva Soares, kamila Carvalho Feitosa, Lívia Regina Ribeiro Gomes, Naira Echili mendes da Silva, Nyskal ne Nascimento   Sousa Soares.

Síntese histórica:
Não informado

Meios de acesso ao bem:
Estrada de rod via e carroçável de Piripiri-PI até a comunidade da Zona rural, Barro, prosseguindo com um percurso de trilha partindo da casa do residente da comunidade, An Sousa, até o sítio, contendo aproximadamente dois quilômetros de distância.

Outras Informações:
A localidade que está situado o Sítio Arqueológico também é conhecida como Região da Cacimba Preta.

Proteção

Registro de sítio arqueológico - Federal - Existente_ 

Bem faz parte do seguinte grupo:

Grupo: Não vinculado a nenhum grupo.

Bens pertencentes ao grupo:

Hierarquia do bem

Loading ...

Dados sobre gestão do bem

Arrolamento

Mult m dia

https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/45515

1/2

Fonte: IPHAN (2023).

ANEXO E – CADASTRO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO “LAGARTAS DE FOGO” NO SICG (SISTEMA INTEGRADO DE CONHECIMENTO E GESTÃO) NA BASE DE REGISTROS DO IPHAN.

18/12/24, 19:57

SICG


SICG
 Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão


IPHAN

SICG

Contexto
Recorte territorial:
 Não encontrado.
Recorte temático:
 Não encontrado.
Identificação do universo:
 Não encontrado.

Localização
UF:
 Piauí
Município:
 Piripiri
CEP:
 Não informado
Coordenada(s) geográfica(s):
 -4,284875009336305 -41,830224014118
Endereço:
 Área

Dados do bem
Nome:
 Lagartas de Fogo
Natureza:
 Bem Arqueológico
 06/06/2023 - Alteração Manual no SICG
Recadastramento: Não
Código IPHAN: PI-2208403-BA-ST-00019
Nome popular:
 Não informado
Tipo:
 Sítio
 06/06/2023 - FISCALIS

Mapa

 Dados cartográficos © 2024

Foto

 Sítio Lagartas de fogo

Síntese do bem
Síntese:
 Lagartas de Fogo, localizado(a) no estado de Piauí, cidade(s) de Piripiri, é um Bem Arqueológico, do tipo Sítio. Trata-se de um Sítio de Arte Rupestre com motivos geométricos e zangues e grades em tonalidade vermelha. A vegetação presente no Sítio é transição entre Cerrado e Matas de Cocais. Os responsáveis pelo registro do sítio, foi o Grupo GEPAF (Patrimonial e Arqueologia) da Universidade Federal do Piauí, os componentes são: Antonio Carlos Cardoso Sousa, Ana Maria Chimendes Mesquita, Cassia Aparecida de Moraes Bar Estephane Laura de Santana, João Vitor Silva Soares, kamila Carvalho Feitosa, Livia Regina Ribeiro Gomes, Naira Echili mendes da Silva, Nyskaline Nascimento da Fonseca e Marini
Síntese histórica:
 Não informado
Meios de acesso ao bem:
 Estrada de rodovia e carroçável de Piripiri-PI até a comunidade da Zona rural, Barro, prosseguindo com um percurso de trilha partindo da casa do residente da comunidade, Antonio Sousa, até o sítio, contendo aproximadamente dois quilômetros de distancia.
Outras informações:
 A localidade que está situado o Sítio Arqueológico também é conhecida como Região da Cacimba Preta

Proteção
 Registro de sítio arqueológico - Federal - Existente

Bem faz parte do seguinte grupo:
Grupo: Não vinculado a nenhum grupo.
Bens pertencentes ao grupo:

Hierarquia do bem
 Loading ...

Dados sobre gestão do bem

Arrolamento

Multimídia

ANEXO F – CADASTRO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO “MOVIMENTOS EM ZIGUE-ZAGUE” NO SICG (SISTEMA INTEGRADO DE CONHECIMENTO E GESTÃO) NA BASE DE REGISTROS DO IPHAN.

18/12/24, 19:59

SICG


SICG
 Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão

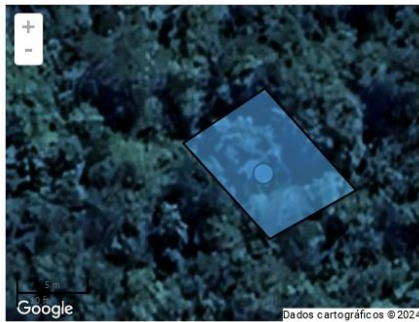


SICG

Contexto
Recorte territorial:
 Não encontrado.
Recorte temático:
 Não encontrado.
Identificação do universo:
 Não encontrado.

Localização
UF:
 Piauí
Município:
 Piripiri
CEP:
 Não informado
Coordenada(s) geográfica(s):
 -4,2843059603091 -41,830631007619
Endereço:
 Área

Dados do bem
Nome:
 Movimentos em zigue-zagues
Natureza:
 Bem Arqueológico
 06/06/2023 - Alteração Manual no SICG
Recadastramento: Não
Código IPHAN: PI-2208403-BA-ST-00018
Nome popular:
 Não informado
Tipo:
 Sítio
 06/06/2023 - FISCALIS

Mapa

 Dados cartográficos © 2024

Foto

 Sítio Movimentos em zigue-zagues

Síntese do bem
Síntese:
 Movimentos em zigue-zagues, localizado(a) no estado de Piauí, cidade(s) de Piripiri, é um Bem Arqueológico, do tipo Sítio. Trata-se de um Sítio Arqueológico de Arte rupestre com em formato de zigue-zagues em tonalidade vermelha. A vegetação presente no Sítio é transição entre Cerrado e Matas de Cocais. Os responsáveis pelo registro do sítio, foi o Gr Educação Patrimonial e Arqueologia) da Universidade Federal do Piauí, os componentes são: Antonio Carlos Cardoso Sousa, Ana Maria Chimendes Mesquita, Cassia Aparecida Elaine Ignácio, Estephane Laura de Santana, João Vítor Silva Soares, kamila Carvalho Feitosa, Livia Regina Ribeiro Gomes, Naira Echili mendes da Silva, Nyskaline Nascimento i Sousa Soares.
Síntese histórica:
 Não informado
Meios de acesso ao bem:
 Estrada de rodovia e carroçável de Piripiri-PI até a comunidade da Zona rural, Barro, prosseguindo com um percurso de trilha partindo da casa do residente da comunidade, An Sousa, até o sítio, contendo aproximadamente dois quilômetros de distancia.
Outras Informações:
 A localidade que está situado o Sítio Arqueológico também é conhecida como Região da Cacimba Preta.

Proteção
 Registro de sítio arqueológico - Federal - Existente

Bem faz parte do seguinte grupo:
Grupo: Não vinculado a nenhum grupo.
Bens pertencentes ao grupo:

Hierarquia do bem
 Loading ...

Dados sobre gestão do bem

Arrolamento

Multimídia

Ambiente: local Versão:1.0.33.6-SNAPSHOT...

<https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/45501>

1/2

Fonte: IPHAN (2023).

ANEXO G – BANNER ENVIADO AO XXII CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA (SAB): CONSTRUINDO CONEXÕES CULTURAIS: O PAPEL DO GEPAR NA SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUEOLÓGICO.

XXII CONGRESSO DA SAB
ARQUEOLOGIAS PLURAIS
 POLÍTICAS PATRIMONIAIS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
 13 A 17 DE NOVEMBRO @ FLORIANÓPOLIS . SC



SAB
 SOCIEDADE
 DE ARQUEOLOGIA
 BRASILEIRA

**CONSTRUINDO CONEXÕES CULTURAIS: O PAPEL DO
 GEPAR NA SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO
 ARQUEOLÓGICO ATRAVÉS DOS AGENTES CULTURAIS**



BARBOSA, Cássia Aparecida de Moraes; FEITOZA, Kamila Carvalho; SANTANA, Estephane Laura; SOARES, Marina Sousa; IGNACIO, Elaine (Orientadora).



INTRODUÇÃO

O Projeto GEPAR (Grupo de Educação para o Patrimônio e Arqueologia) trabalha em ações educativas desde 2014, tendo como sua missão fundamental a disseminação e socialização do conhecimento relacionado ao patrimônio cultural arqueológico. Sua abordagem se concentra na interação com amostras das comunidades residentes nos municípios que englobam bens de importância histórica, tombados ou registrados. Ao fomentar a essa percepção, o GEPAR não apenas fortalece os laços entre comunidades e seu patrimônio, mas também motiva a população a preservá-lo efetivamente.



METODOLOGIA

A metodologia empregada envolve a capacitação dos alunos através de reuniões quinzenais que contam com discussões e apresentações de projetos a serem desenvolvido, assim como a realização de jornadas culturais de caráter interdisciplinar que procuram debater as várias interfaces do patrimônio cultural em cidades beneficiadas pelo GEPAR. Esses eventos incluem minicursos, palestras, rodas de conversa, oficinas e visitas guiadas, proporcionando uma experiência educativa abrangente e interativa para todos os participantes.



Equipe do GEPAR visitando a Cooperativa das Mulheres do Bordado de Bilro na Ilha Grande durante a Jornada cultural realizada em Bom Princípio do Piauí, em 2023. Fonte: Kamila Feitoza Carvalho (Arquivo GEPAR).

CONCLUSÃO

As ações desenvolvidas pelo GEPAR se mostram positivas e benéficas, pois a troca constante entre detentores de conhecimento e aqueles que estão ávidos para aprender não só fortalece os laços comunitários, mas também nutre o pensamento crítico e a apreciação pelo patrimônio cultural, promovendo a reflexão crítica e reconhecimento dos patrimônios por parte dos indivíduos, fatores fundamentais no processo de preservação dos bens culturais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O trabalho de extensão não só beneficia os alunos, mas também enriquece as vidas das pessoas nas comunidades atendidas. Os estudantes aprendem a implementar a educação patrimonial, interagindo de maneira direta e significativa. Por sua vez, as comunidades, calorosamente acolhem a equipe, demonstrando um grande interesse e envolvimento no processo educativo, cooperando ativamente nas atividades e nas discussões empregadas acerca do patrimônio cultural e arqueologia, pois é criado um ambiente para compartilhar as vivências onde os agentes culturais compartilham seu conhecimento.

REFERÊNCIAS

MEDEIROS, Mércia Carréra de; SURYA, Leandro. **A Importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio.** In: XXV Simpósio Nacional de História. 2009, Fortaleza. ANPUH.S25.0135. Fortaleza: Anpuh, 2009. p. 1-9.

APOIO



Fonte: Elaborado pela autora (GEPAR, 2023).

ANEXO H – BANNER ENVIADO AO XXII CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA (SAB): O USO DA INTERNET COMO FERRAMENTA NA CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19.

XXII CONGRESSO DA SAB
ARQUEOLOGIAS PLURAIS
POLÍTICAS PATRIMONIAIS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
13 A 17 DE NOVEMBRO @ FLORIANÓPOLIS . SC



SAB
SOCIEDADE
DE ARQUEOLOGIA
BRASILEIRA

O USO DA INTERNET COMO FERRAMENTA NA CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19



BARBOSA, Cássia Aparecida de Moraes; FEITOZA, Kamila Carvalho; SANTANA, Estephane Laura; SOARES, Marina Sousa; IGNACIO, Elaine (Orientadora).



INTRODUÇÃO

Diante da pandemia de COVID-19, tornou-se necessário desenvolver práticas educativas de forma remota. Nesse contexto, o GEPAR - Grupo de Educação Patrimonial e Arqueologia - abriu inscrições para um curso de educação patrimonial, reconhecendo a importância de adaptar-se às circunstâncias desafiadoras impostas pelo cenário global. O curso objetivou sensibilizar as pessoas através da disseminação do conhecimento sobre o patrimônio cultural, com foco na educação sobre nosso direito à memória individual e coletiva e promovendo a reflexão crítica sobre a importância da salvaguarda dos patrimônios materiais e imateriais.

Ao final do curso, os alunos foram desafiados a criar documentários sobre suas próprias cidades, contribuindo assim para a divulgação do patrimônio cultural local.



Aula do Módulo 1: Educação para o patrimônio. Ministrada pela Prof.ª. Ma. Elaine Ignácio. Fonte: Acervo GEPAR.

METODOLOGIA

O curso foi ministrado de forma online, sendo aberto para professores do ensino fundamental/médio e comunidade em geral acima de 16 anos, dividido em nove módulos, totalizando uma carga horária de 60 horas. Ele abordou uma variedade de temas, incluindo animais da Megafauna, Oficina de Materiais Pedagógicos sobre Patrimônio, Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Histórico, Artesanatos audiovisuais pela Educação Patrimonial e Educação Patrimonial e a relação entre escola e comunidade. O curso foi divulgado nas mídias sociais do GEPAR, e todas as aulas eram anunciadas previamente no Instagram e Facebook. Os encontros ocorreram por meio da plataforma Google Meet, com aulas realizadas semanalmente, com duração de 4 horas, ao longo dos meses de outubro a novembro de 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O curso atraiu 54 inscritos de diversas regiões do Brasil, proporcionando aos alunos a oportunidade de explorar temas relacionados ao patrimônio cultural, com foco especial em arqueologia. Durante as aulas, os participantes tiveram acesso a materiais expositivos e participaram de discussões significativas.

CONCLUSÃO

As experiências proporcionadas ao longo do curso resultaram em excelentes avanços. Os participantes puderam participar de ações educativas sobre o patrimônio cultural arqueológico, tudo isso sem sair de casa. Este formato revelou-se fundamental para o desenvolvimento do pensamento crítico e para uma compreensão consciente do patrimônio, algo claramente demonstrado pelos alunos durante as aulas.

REFERÊNCIAS

MEDEIROS, Deisyane Câmara Alves de et al. **Da Capital federal ao nordeste Brasileiro: educação patrimonial em tempos de pandemia.** Revista de Extensão Universitária de Brasília, Brasília, v. 20, n. 30, p. 1-15, dez. 2021.

APOIO



Fonte: Elaborado pela autora (GEPAR, 2023).

ANEXO I – BANNER ENVIADO AO XXII CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA (SAB): O CAMINHO PARA O SÍTIO: UMA MOSTRA DE ATIVIDADES REALIZADAS PELO GEPAR/UFPI EM SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO PIAUÍ E A SOCIALIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO.

XXII CONGRESSO DA SAB
ARQUEOLOGIAS PLURAIS
 POLÍTICAS PATRIMONIAIS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
 13 A 17 DE NOVEMBRO © FLORIANÓPOLIS . SC



SAB
 SOCIEDADE
 DE ARQUEOLOGIA
 BRASILEIRA

O CAMINHO PARA O SÍTIO: UMA MOSTRA DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GEPAR/UFPI EM SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO PIAUÍ E A SOCIALIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO.

FEITOZA, Kamila C.; SOARES, Marina S.; BARBOZA, Cássia A. M.; SANTANA, Estephane L.; IGNÁCIO, Elaine (orientadora)

INTRODUÇÃO

O GEPAR é um projeto de extensão ligado à Universidade Federal do Piauí-UFPI, idealizado e coordenado pela professora Elaine Ignácio. Ele tem a socialização do conhecimento voltado para o patrimônio cultural como propósito e busca desenvolver com a comunidade uma reflexão crítica sobre a importância da cultura material e imaterial na conjuntura histórica, social e no fortalecimento das identidades. Nesse sentido, dentro do projeto, são realizadas formações em educação patrimonial, ações junto às comunidades, produções gráficas e midiáticas e outras atividades.

Dentre as atividades realizadas pelo GEPAR/UFPI junto às comunidades, está a visitação de sítios arqueológicos durante a realização de eventos, como a Jornada Cultura e Patrimônio- JOCUPA (2022) e Jornada Cultura e Patrimônio para Professores JOCUPAP (2023). Essas ações têm contribuído para a ampliação do conhecimento sobre a arqueologia e patrimônio através do compartilhamento de saberes entre a comunidade acadêmica e a comunidade em geral.

OBJETIVO

A atividade de visitação dos sítios arqueológicos em conjunto com as comunidades locais onde os sítios estão inseridos teve como objetivo promover a socialização do conhecimento sobre arqueologia e patrimônio e oportunizar a troca entre comunidade e universidade, ressaltando a importância dos saberes das populações locais para a construção e valorização do patrimônio e o papel da arqueologia no fortalecimento de identidades.

METODOLOGIA

A visitação dos sítios arqueológicos ocorreu como parte da programação dos eventos Jornada Cultura e Patrimônio-JOCUPA e Jornada Cultura e Patrimônio para Professores- JOCUPAP que foram realizados no ano de 2022 e 2023, respectivamente. Os sítios mencionados se localizam em comunidades rurais do município de Piri-piri-PI (JOCUPA) e Bom Princípio- PI (JOCUPAP).

As visitas foram guiadas por moradores do entorno dos sítios e contaram com a participação dos monitores do GEPAR, alunos do curso de Arqueologia da UFPI, professores e alunos dos municípios supracitados que participaram do evento.

RESULTADOS

Como resultado da visitação em Piri-piri-PI em conjunto com o evento de Educação Patrimonial promovido pelo GEPAR, houve o cadastro de seis novos sítios de arte rupestre junto ao IPHAN e a visita guiada foi de extrema importância para a formação dos monitores do GEPAR, fomentando debates a respeito da Educação patrimonial e da preservação do patrimônio.

O sítio de gravura e arte rupestre visitado em Bom Princípio, por sua vez, por contar com uma maior gama de público (alunos, professores, monitores e comunidade local) apresentou-se como de grande relevância para o reconhecimento do potencial arqueológico da cidade e a identificação da comunidade com o mesmo.



Visita ao sítio arqueológico em Piri-piri-PI. Foto: Kamila Feitoza, 2022.



Visita ao sítio de gravuras e pinturas rupestres em Bom Princípio-PI. Foto: Kamila Feitoza, 2023.

CONCLUSÃO

Em síntese, a visitação de sítios arqueológicos em comunidades do interior do Piauí configura-se como uma importante ferramenta na socialização do conhecimento arqueológico, uma vez que as comunidades tanto locais como acadêmicas têm a oportunidade de experienciar os sítios arqueológicos e compartilhar conhecimentos acerca do mesmo.

REFERÊNCIAS:

MEDEIROS, Mécia C.; SURYA, Leandro. *A Importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio*. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Fortaleza, 2009.

AZEVEDO NETTO, Carlos X. *Preservação do patrimônio arqueológico – reflexões através do registro e transferência da informação*. Ciência da Informação: Brasília, 2008.

AGRADECIMENTOS:



Fonte: Kamila Carvalho Feitoza (GEPAR, 2023).

ANEXO J – BANNER ENVIADO AO XXII CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA (SAB): EXTROVERSÃO DO CONHECIMENTO IN SITU: A FORMAÇÃO PRÁTICA DO EDUCADOR PATRIMONIAL EM CONTATO DIRETO CO OS AGENTES CULTURAIS.

XXII CONGRESSO DA SAB
ARQUEOLOGIAS PLURAIS
POLÍTICAS PATRIMONIAIS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
13 A 17 DE NOVEMBRO © FLORIANÓPOLIS .SC



EXTROVERSÃO DO CONHECIMENTO IN SITU: A FORMAÇÃO PRÁTICA DO EDUCADOR PATRIMONIAL EM CONTATO DIRETO COM OS AGENTES CULTURAIS

SANTANA, Estephannie Laura de; SOARES, Marina Sousa; BARBOSA, Cássia Aparecida de Moraes; FEITOZA, Kamila Carvalho; IGNACIO, Elaine (Orientadora).

RESUMO

O conceito de extroversão do conhecimento emerge como um paradigma fundamental na contemporaneidade, valorizando a disseminação ativa e colaborativa de saberes. No contexto da educação patrimonial, esse princípio se manifesta como uma oportunidade rica e transformadora, onde a interação entre educadores patrimoniais em formação e as comunidades locais se destaca como um eixo central, desempenhando um papel crucial na formação de educadores patrimoniais. Nesse cenário, o presente trabalho explora as dinâmicas da influência mútua entre educadores patrimoniais e comunidades e analisa os frutos dessa colaboração tendo como base a primeira edição do evento JOCUPA – Jornada de Cultura e Patrimônio, promovido pelo GEPAR – Grupo de Educação Patrimonial e Arqueologia, do curso de Arqueologia da UFPI – Universidade Federal do Piauí, de vínculo com a PREXC e coordenação da professora Elaine Ignácio. Serão considerados os reflexos do contato entre os educadores patrimoniais em formação e agentes culturais em diversos aspectos no processo de adquirir maior compreensão das dinâmicas sociais, das histórias individuais e das práticas tradicionais das comunidades, ponderando a experiência vivencial para a construção de pontes de diálogo e respeito mútuo; enfatizando como a abertura para a troca de conhecimentos entre as partes impacta o processo formativo e a valorização do patrimônio cultural, promovendo uma educação mais contextualizada, comprometida e inclusiva.

INTRODUÇÃO

Em uma definição básica, ser um educador patrimonial envolve a atuação dedicada à divulgação, preservação e promoção do patrimônio cultural e histórico de uma comunidade ou região. Um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo (HORTA et al, 1999:6). Embora a tecnologia tenha se tornado uma ferramenta valiosa e facilitadora no exercício desta, considerando também as sequelas de um mundo caminhando para o fim de uma pandemia, o valor do contato direto entre o educador patrimonial e os agentes culturais permanece inestimável e insubstituível. A interação pessoal permite uma conexão e compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, históricas e culturais que moldaram o patrimônio de uma comunidade. Mesmo em uma era onde as barreiras físicas podem, em muitos casos, ser superadas por meio de recursos virtuais, ainda se apresentam problemáticas como a falta de acesso de boa parte da população. A troca de histórias, tradições e conhecimentos entre o educador e a comunidade é o cerne da educação patrimonial. A tecnologia pode complementar e enriquecer essa interação, mas o contato humano continua a ser o alicerce sobre o qual se constrói o respeito, o diálogo e a valorização do patrimônio cultural. É sob esta perspectiva que o presente trabalho investiga a conexão entre os educadores patrimoniais do GEPAR tendo como base o evento JOCUPA – Jornada de Cultura e Patrimônio, ocorrido em novembro de 2022, no município de Píripri, estado do Piauí, Brasil.



Figura 1. Madrinha Rosário, patrimônio vivo da Comunidade Quilombola Marinheiro, em Píripri-PI, conta a história do quilombo através de uma canção acompanhada pelas palmas dos ouvintes. Fonte: Kamila Feitosa. Arquivo pessoal do GEPAR - 2022.

METODOLOGIA

Explorar as dinâmicas da influência mútua entre educadores patrimoniais em formação e as comunidades locais dependeu do processo puro e simples de "aprender fazendo". Tendo o evento ocorrido em formato presencial, contando com o deslocamento dos membros da equipe entre uma localidade e outra, foi realizada uma análise do fruto dessa colaboração com base nesta primeira edição do evento, considerando a ação como o primeiro contato de fato dos educadores em formação com os habitantes de outra região durante as atividades de prospecção, visitas guiadas, minicursos e rodas de conversa ofertadas durante. Foram avaliadas a capacidade de contextualização, sensibilidade ética, colaboração, transparência, inclusão e, mais importante, a demonstração de respeito, sendo este o primeiro passo para estabelecer uma relação de confiança. Educadores patrimoniais devem ser abertos e receptivos às perspectivas, histórias e preocupações das comunidades. Isso envolve ouvir atentamente e demonstrar empatia.



Figura 2. Antônio Carlos Cardoso Sousa, o seu Carlos, morador da Comunidade Barro e membro honorário da equipe GEPAR.



Figura 3. Seu Carlos e equipe GEPAR ao final de uma prospecção.

RESULTADOS

Explorar as dinâmicas da influência mútua entre educadores patrimoniais em formação e as comunidades locais dependeu do processo puro e simples de "aprender fazendo". Tendo o evento ocorrido em formato presencial, contando com o deslocamento dos membros da equipe entre uma localidade e outra, foi realizada uma análise do fruto dessa colaboração com base nesta primeira edição do evento, considerando a ação como o primeiro contato de fato dos educadores em formação com os habitantes de outra região. Foram avaliadas a capacidade de contextualização, sensibilidade ética, colaboração, transparência, inclusão e, mais importante, a demonstração de respeito, sendo este o primeiro passo para estabelecer uma relação de confiança. Educadores patrimoniais devem ser abertos e receptivos e empáticos às perspectivas, histórias e preocupações das comunidades.

CONCLUSÃO

De acordo com Farias (2002:62), cabe à educação patrimonial proceder à escuta e à mediação dos sujeitos sociais portadores de tradições, de saberes e fazeres que, em sua diversidade, constroem atrativos geradores de significação e integradores da identidade e identificação cultural. Sob esta ótica, os resultados do estudo destacam a experiência vivencial como um fator preponderante na construção de pontes de diálogo e respeito mútuo, evidenciando como a abertura para a troca de conhecimentos entre as partes impacta o processo formativo, enriquece o repertório dos educadores patrimoniais, amplia a voz dos agentes culturais e contribui para uma compreensão e conexão mais profunda com o patrimônio cultural. A colaboração entre educadores patrimoniais e comunidades promove uma educação mais contextualizada, comprometida e inclusiva, fortalecendo o senso de identidade cultural e a valorização do patrimônio.

REFERÊNCIAS

HORTA, M. L.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. Guia Básica de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

FARIAS, E. K. V. A construção de atrativos turísticos com a comunidade. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (org.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

Agradecimentos:



Fonte: Estephannie Laura de Santana (GEPAR, 2023).

ANEXO K – BANNER ENVIADO AO XXII CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA (SAB): EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO VIÉS DE ENSINO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO PIAUÍ.

XXII CONGRESSO DA SAB
ARQUEOLOGIAS PLURAIS
POLÍTICAS PATRIMONIAIS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
13 A 17 DE NOVEMBRO @ FLORIANÓPOLIS, SC



SAB
SOCIEDADE
DE ARQUEOLOGIA
BRASILEIRA

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO UM VIÉS DE ENSINO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO PIAUÍ

SOARES, Marina Sousa; BARBOSA, Cássia Aparecida de Moraes; FEITOZA, Kamila Carvalho; SANTANA, Estephane Laura; IGNACIO, Elaine (Orientadora).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI

INTRODUÇÃO

No mês de junho de 2023 ocorreu a segunda edição do evento JOCUPAP, dessa vez no município de Bom Princípio do Piauí – PI. O evento foi realizado pelo GEPAR – Grupo de Educação Patrimonial e Arqueologia (PREXC/UFPI), coordenado pela professora Elaine Ignácio. Visando a socialização do conhecimento orientado para a importância do Patrimônio Cultural, desenvolveu-se ações educativas com professores, alunos, pesquisadores e comunidade em geral.



Imagem 1 – Participes da oficina de Exploração Arqueológica
Fonte: Feitoza (2023).

OBJETIVOS

O evento teve como objetivo a socialização do conhecimento entre comunidade local e acadêmica, bem como a compreensão dos espaços e relações sociais da cidade. Através disso, foi possível construir um espaço de vivências educativas entre alunos, professores e comunidade.

METODOLOGIA

O evento foi realizado de forma presencial, reunindo professores, alunos e detentores de saberes culturais. Foram ministradas palestras, minicursos, oficinas e rodas de conversa. A oficina foi realizada com alunos do município de Bom Princípio do Piauí e Buriti dos Lopes, levando-os a andar pelas ruas, prospectando, e distinguindo aquilo que consideravam como identificador daquela comunidade. Assim, possibilitou aos participantes uma aproximação com os bens culturais, entendendo a importância de preservá-los.



Imagem 2 – Materiais da oficina
Fonte: Feitoza (2023).



Imagem 3 – Aluno observando objeto.
Fonte: Feitoza (2023).

RESULTADOS

Através da oficina, com os alunos de ensino fundamental e médio, o JOCUPA pôde proporcionar a esses alunos uma reflexão crítica quanto a importância da preservação dos bens culturais materiais e imateriais. Como resultado, houve um entusiasmo por parte dos alunos, os quais questionavam mínimos detalhes. Essa interação fomentou o fortalecimento de suas identidades, os quais repassarão o aprendizado adquirido para demais membros da comunidade.



Imagem 4 – Alunos prospectando
Fonte: Feitoza (2023).



Imagem 5 – Aluno participe do evento
Fonte: Feitoza (2023).



Imagem 6 – Alunos após na finalização da oficina
Fonte: Feitoza (2023).



Imagem 7 – Etapa de finalização da oficina
Fonte: Feitoza (2023).

CONCLUSÃO

As vivências proporcionadas pelo JOCUPAP não cessaram com o encerramento do evento. Após a carga de conhecimentos adquiridas, os membros o GEPAR elencaram desenvolver novas atividades em diferentes escolas de rede pública do Piauí. Assim, o evento alcançou novos horizontes para a conscientização da preservação do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação Patrimonial. Reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: Iphan, 1999.

APOIO



Fonte: Marina Sousa Soares (GEPAR, 2023).